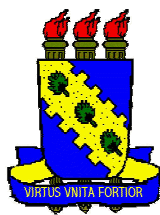


SORAIA GADELHA CAROLINO

Prof. Orientador: Dr. Hermínio Borges Neto



**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O USO DE
TECNOLOGIAS DIGITAIS: O MODELO DO CRP**

**FORTALEZA – CEARÁ
2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O USO DE TECNOLOGIAS
DIGITAIS: O MODELO DO CRP**

SORAIA GADELHA CAROLINO
Prof. Orientador: Dr. Hermínio Borges Neto

**FORTALEZA – CEARÁ
2007**

SORAIA GADELHA CAROLINO
Prof. Orientador: Dr. Hermínio Borges Neto

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O USO DE TECNOLOGIAS
DIGITAIS: O MODELO DO CRP**

**Dissertação apresentada ao Curso de
Pós-Graduação, em Educação
Brasileira, da Universidade Federal do
Ceará – UFC, como requisito à
obtenção do título de Mestre.**

Orientador:

Prof. Dr. Hermínio Borges Neto

**FORTALEZA – CEARÁ
2007**

SORAIA GADELHA CAROLINO

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS: O
MODELO DO CRP**

APROVADA EM: ____/____/____

Prof. Dr. HERMINIO BORGES NETO

Prof. Dr. ANTONIO MAURO BABOSA DE OLIVEIRA

Prof. Dr. JÚLIO WILSON RIBEIRO

FORTALEZA - CEARÁ
2007

Os profetas não são homens ou mulheres, desarrumados, desengonçados, barbudos, cabeludos, sujos, metidos em roupas andrajosas e pegando cajados.

Os profetas são aqueles ou aquelas que se molham de tal forma nas águas da sua cultura e da sua história, da cultura e história de seu povo, dos dominados de seu povo, que conhecem seu aqui e seu agora e, por isso, podem prever o amanhã, que eles mais que adivinham, realizam...

Eu diria aos educadores e educadoras, ai daqueles e daquelas, que pararem com a sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem de denunciar e anunciar. Ai daqueles e daquelas que em lugar de visitar de vez em quando o amanhã, o futuro, pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e com o agora, se atrelem a um passado, de exploração e de rotina.

Paulo Freire

*Dedico este trabalho a Deus.
Aos meus avós José Gadelha
e Isabel por serem fonte de
inspiração, força, alegria e
bondade. Sempre...*

AGRADECIMENTOS

De algo tenho certeza: Nem um passo seria capaz de dar na solidão.

Por isso muito tenho a agradecer aos que se fazem presentes em minha história, inspirando, apoiando, instigando, acreditando e muitas vezes doando parte de si para que eu tenha podido aqui estar.

Agradeço à Deus por todas as bênçãos sobre mim derramadas, pelo discernimento e paz para assim poder prosseguir.

Agradeço ainda:

O apoio de meus pais, Jaime e Socorro, que acreditaram sempre em meus sonhos incentivando para que eu achasse que seriam possíveis.

As irmãs Sandra e Samia, que de diversas formas demonstraram apoio acreditando em minha capacidade muitas vezes até mais do que eu mesma pude crer.

Ao Prof. Dr. Hermínio Borges Neto, que me orientou, confiou em meu trabalho, me fez crer era capaz e deu espaço para que eu pudesse desenvolver esta pesquisa de forma prazerosa.

A FUNCAP, financiadora imprescindível à realização deste sonho.

Pessoas surgem em nosso caminho e motivam, dão graça ao que às vezes parece sem norte. Por este motivo agradeço ainda:

A amiga de tantas batalhas Rose Vasconcelos, com quem compartilhei vitórias, incertezas e esperanças.

Ao comparte de muitos momentos Ricardo França, por ter me mostrado um outro mundo diferente do meu, por estar presente sempre, valorizando cada atitude, se mostrando cúmplice, compreensivo e entusiasta de todo o processo criativo desta etapa.

À minha extensão, meu lindo filho, Jaime Pietro, o *Pi*, que me faz ter orgulho de mim mesma, que me traz vontade de ser mais para que cresçamos juntos, por estar do meu lado cada dia, pois ele com seus 11 anos, mais que ninguém escutou, perguntou, entendeu, abriu mão e se mostrou maduro, estando feliz ou mesmo aflito quando assim determinava a ocasião.

Enfim, nada se constrói só e nessa caminhada existiram muitas pessoas que foram essenciais à construção e solidez de minha formação, me deram a mão e me ajudaram de forma especial. A todos meu respeito e agradecimento mais profundo.

RESUMO

O presente trabalho trata da formação do professor para o uso das tecnologias digitais na educação e repercussão destas em sua prática pedagógica. Assim, elegeu-se o meio público, através da Rede Municipal de Ensino (Fortaleza), como ambiente formador e teve-se como objetivo analisar a formação oferecida pelo Centro de Referência do Professor - CRP, órgão responsável por essa preparação, aos docentes das escolas municipais da Capital. Busca-se, ainda, na pesquisa, averiguar se esta preparação condiz com as expectativas e nível de conhecimentos técnico-pedagógico do professor. Essa formação baseia-se no uso de possibilidades e ferramentas tecnológicas na educação, que incluem a utilização da Internet e suas ferramentas de comunicação, além de *softwares* educativos desenvolvidos com o intuito de auxiliar a aprendizagem. Assim, foi realizada uma investigação qualitativa, por meio de questionários, entrevistas e observação participante, sobre os procedimentos e iniciativas desenvolvidas no CRP, buscando compreender como é realizada esta formação. Relatou-se com base nas observações, aspectos diversos da formação como perfil dos formadores, estratégias utilizadas e conteúdos dos cursos, além de averiguar a opinião e avaliação dos educadores que participaram do processo formativo sobre os cursos. Nesse sentido, foram enfatizados também aspectos funcionais e estruturais dos cursos, como possibilidade de participação dos docentes (horários e pré-requisitos), incentivos da Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF para a participação deles nas ações e probabilidade de posterior aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. Pode-se concluir que a referida formação, ainda que em pequena proporção, considerado o número de educadores da Rede Municipal, obtém resultados positivos e significativos quanto à utilização das tecnologias digitais. Enfim, este trabalho buscou compreender um pouco mais sobre a formação do professor com vistas ao uso da tecnologia, no intuito de reconhecer aspectos positivos e identificar elementos que ainda possam ser potencializados. A intenção é, desse modo, contribuir para o melhor entendimento e crescimento da educação por intermédio do uso das tecnologias digitais.

Palavras-Chaves: Educação – Formação de Professores - Tecnologia

ABSTRACT

This research treat of the formation of the teacher for the use of the digital technologies on the education and repercussion of this in the pedagogic practice. Than, we choose the public way, using the City of Fortaleza Education Web, like a formation ambience and we had objective, to analyze the kind of formation offered for CRP, responsible bureau for this kind of formation, to the municipality school teachers of Fortaleza. We try to bring to our research if this preparation is in the same level with the expectations of the knowledge technical-pedagogic of the teachers. This formation have basement on the possibilities use and technologic tools on the education, who include the utilization of the Internet and the tools of communication, also educational software's developed to help the learning. So, it was realized a qualitative investigation, using the questionnaires, interviews and participating observation, about the procedures and initiatives developed on CRP, trying to understand how this formation is realized. We reported since our observations, different kinds of aspects of the formation, like a educators, used strategies and contains of the courses, also see the opinion and evaluation of the educators who participated of the process of the courses. In this way, we also gave emphasis to functional and structural aspects of the courses, like possibility of participation of the teachers (schedules and pre requisites), incentives of the PMF to participate of the teachers in the actions and probabilities of the posterior practice application of the knowledge's. So, this work tries to bring understanding a little more about the process of formation of the teacher for the technology use, and to recognize positives aspects and to identification aspects who can be potencialized. Our intentions are, in this case, is contribute for the entertainment and growing of the education by the use of the digital technologies.

Key-Words: Education - Technology - Teacher formation

SUMÁRIO

CAPÍTULO 01 - IDÉIAS, INDAGAÇÕES E PERCURSOS	14
1.1 Delimitação do Problema	18
1.2 Objetivos	22
1.2.1 Geral	22
1.2.2 Específicos	22
CAPÍTULO 02 - OPÇÕES METODOLÓGICAS	24
2.1 Procedimentos e Instrumentos	25
2.2 Elaboração da Análise	31
CAPÍTULO 03 - CONTRIBUIÇÕES BRASILEIRAS À HISTÓRIA DA IE	34
3.1 Políticas Públicas Educacionais e a introdução da IE no Brasil	34
3.2 O Ceará e sua Parte na História	42
3.3 Década de 90 - a Chegada dos Computadores nas Escolas da Rede Municipal de Ensino em Fortaleza	47
CAPÍTULO 04 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES: NOVAS COMPETÊNCIAS E TECNOLOGIA	51
4.1 O Perfil do Novo Educador	52
4.2 A Preparação do Educador para a Utilização das Tecnologias Digitais na Educação.....	56
CAPÍTULO 05 - UM NOVO MODO DE PERCEBER A APRENDIZAGEM....	61
5.1 Computador e Cognição: Novas perspectivas sobre a aprendizagem	61
5.2 O Centro de Referência do Professor: Modelo de Formação.....	66
5.2.1 NTE – O Ambiente Multiplicador	69
5.3 CRP e Informática Educativa: Objetivos e Ações.....	70
5.4 CRP Hoje: Estrutura e Ações para a Formação de Professores em Serviço	71
5.4.1 Quanto à Concepção da Direção do CRP a Respeito da Estrutura, Profissionais e Objetivos do Projeto Geral do Centro.....	72
5.4.2 Quanto a Concepção dos Professores Formadores sobre os Objetivos, Estratégias e Resultados da Formação	76

5.4.3 Quanto à Concepção dos Professores que já Participaram de algum dos Cursos de Formação Oferecidos pelo CRP: Expectativas, habilidades e Avaliação	85
CAPÍTULO 06 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

APÊNDICES

APÊNDICE I – Questionário I

APÊNDICE II – Questionário II

APÊNDICE III – Questionário III

APÊNDICE IV – Um pouco da história do CRP

ANEXOS

ANEXO I – Modelo de Planejamento de Curso realizado no NTE do CRP

ANEXO II – Modelo de Planejamento de Aula feito pelo professor regular após formação no CRP

ANEXO III – Modelo de Grade de oferta de cursos do CRP

ANEXO IV – Diretrizes para Educação Básica da Rede Pública Municipal e Lotação de Professores págs. 30, 31 e 32

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AVE	Ambiente virtual de ensino
CAI	Computer assisted instruction - instrução auxiliada por computador
CIC	Centro de Informação ao Cidadão
CIED	Centro de Informática Educativa
CRP	Centro de Referência do Professor
IE	Informática educativa
EDUCADI	Projeto de Educação à Distância do Ministério da Ciência e Tecnologia
EDUCOM	Programa Brasileiro de Informática na Educação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FORMAR	Curso de Especialização em Informática na Educação
FUNCJ	Fundação da Criança da Cidade
ICAI	Instrução inteligente auxiliada por computador
KHOUSE	Organização internacional, coordenada por educadores, que trabalham voluntariamente usando a Internet para conectar mais de 50000 crianças e adolescentes em cerca de 100 países. FREITAS (1999)
KIDLINK	Projeto da Organização Kidlink, objetiva a inclusão digital e a comunicação entre jovens de países diversos.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9394/96
LIE	Laboratório de Informática Educativa
LOGO	Linguagem de programação voltada para a educação desenvolvida por Seymour Papert
MEC	Ministério da Educação / Ministério da Educação e Cultura / Ministério da Educação e Desporto
NIED	Núcleo de Informática Aplicada à Educação
NTE	Núcleo de Tecnologia Educacional
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PROINFO	Programa Nacional de Informática na Educação
PRONINFE	Programa Nacional de Informática Educativa
SEDAS	Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social

TIC	Tecnologias de informação e comunicação
UFC	Universidade Federal do Ceará
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPe	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP	Universidade de Campinas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01: Atual logomarca do CRP, idealizada por Daniel Capelo	66
FIGURA 02: Fachada atual do Centro de Referência do Professor	67
FIGURA 03: Ambientes tecnológicos do Centro de Referência do Professor	68
FIGURA 04: Ambientes destinados a manifestações culturais do Centro de Referência do Professor	68
FIGURA 05: Sala de aula do NTE do CRP em pleno funcionamento	69
QUADRO 01: Principais características do novo professor	55
QUADRO 02: Estrutura da Formação em Informática Educativa no CRP	82
QUADRO 03: Freqüência de Professores no NTE no período de nov/00 a set/01	84
QUADRO 04: Freqüência de Professores no NTE no período de fev/06 a dez/06	84
TABELA 01: Dados do Questionário I	27
TABELA 02: Dados do Questionário II	27
TABELA 03: Dados do Questionário III	29
TABELA 04: Cronograma de atividades da pesquisa de campo	33
TABELA 05: Cronologia da história da Informática educativa no Brasil segundo Moraes (1997)	40
TABELA 06: Competências básicas para o desenvolvimento das dinâmicas de trabalho através das TIC	58
TABELA 07: Resultados do Questionário I	72
TABELA 08: Resultados do Questionário II	76
TABELA 09: Resultados do Questionário III	85
TABELA 10: Informações gerais de um dos cursos da formação em IE	94

CAPÍTULO 01

IDÉIAS, INDAGAÇÕES E PERCURSOS

O mundo foi alvo grandes transformações sociais, políticas, religiosas e mercadológicas. Observamos diariamente verdadeiras revoluções na descoberta de produtos mais eficientes, novas máquinas facilitam a produção de materiais, o visual das lojas e das pessoas é alterado constantemente, seguindo novas tendências, e assim é travada uma luta constante na conquista do consumidor.

Essa “sedução” busca uma aproximação com os interesses do público-alvo, de seus desejos, atingir sua vaidade, enfim, procura oferecer motivação aos clientes. Esse modelo de mercado, notadamente, reforçou uma sociedade consumista e uma acentuada divisão de classes sociais.

Paralelamente a essa realidade, percebemos o sistema educacional atual como objeto de manobras políticas que seguem visões diversas e alheias ao interesse comum, sem continuidade nas ações a que se propõe e sem condições reais de atender a sociedade atual em suas reais necessidades. Segundo Cunha (1991) apud Oliveira (2003), a educação manteve-se excludente, herança do sistema escravagista, deixando como seqüela um capitalismo discriminatório. Contrastando com a visão sedutora de público a qual nos referimos anteriormente, Oliveira (2003, p.8) observa que:

Além da visão fragmentada dos planejadores educacionais, a busca de adequação da política educacional (e de outras políticas sociais) aos interesses econômicos fez com que a realidade da escola pública sofresse apenas uma modificação superficial, como por exemplo, o aumento do número de vagas. No entanto, outros aspectos de ordem qualitativa permaneceram inalterados, levando a que problemáticas tais como altos índices de reprovação e evasão escolar passassem a ser preocupante.

Podemos assim entender que a exclusão social é uma característica predominante na sociedade em que vivemos e então partimos para a abordagem de uma das faces deste fenômeno – *a nova face da exclusão social* – que conforme o paradigma da sociedade do conhecimento, é a da exclusão digital, a qual, segundo

Silveira (2003, p. 17), priva principalmente os menos favorecidos de interagir com diversos conteúdos e arquivos *on-line* como atualidades, política, simulações, alta interação com as pessoas do mundo todo etc.

Antes de tudo, porém, precisamos entender o que chamaremos de inclusão digital. A expressão nasceu do termo “digital divide”, que em inglês significa algo como “divisória digital”. Hoje, dependendo do contexto, é comum ler expressões similares como democratização da informação, universalização da tecnologia e outras variantes parecidas e politicamente corretas. Na perspectiva de Rebelo¹ (2006) inclusão digital significa, antes de tudo:

...melhorar as condições de vida de uma determinada região ou comunidade com ajuda da tecnologia. ... Em termos concretos, incluir digitalmente não é apenas “alfabetizar” a pessoa em informática, mas também melhorar os quadros sociais a partir do manuseio dos computadores.

Conhecedora dos argumentos que embasam a divisão social, acreditamos ser a inclusão digital uma vasta produtora de riquezas simbólicas, uma disseminadora de idéias e incubadora de talentos que, aliada à educação, promete ser grande indutora da inclusão social. Voltada à educação, a tecnologia age de forma diferenciada dos outros métodos tradicionais de ensino, trata-se do uso da tecnologia para a efetivação da aprendizagem, referindo-se à abertura de um mundo de conhecimentos interativos, instigantes, imediatos e democráticos para quem os utiliza, visto que todos que têm acesso a essa tecnologia e aos seus diversos conteúdos.

Assim sendo, e acreditando em uma contribuição para democratização do conhecimento, por intermédio da inclusão digital, dedicaremos nossos estudos à Informática educativa - IE, que neste trabalho entenderemos, em concordância com Valente (2002), *como a inserção do computador no processo de ensino-aprendizagem de conteúdos curriculares de todos os níveis e modalidades de educação*. Já na compreensão de Borges Neto (1998, p.4).

¹ Artigo [Inclusão digital: o que é e a quem se destina?](http://webinsider.uol.com.br/index.php/2005/05/12/inclusao-digital-o-que-e-e-a-quem-se-destina/) Disponível em: <http://webinsider.uol.com.br/index.php/2005/05/12/inclusao-digital-o-que-e-e-a-quem-se-destina/>. Visitada em 15/10/2006.

A Informática Educacional traz como perspectiva uma utilização da Informática que concorra para a educação, caracterizando-se pelo uso do computador como ferramenta para resolução de problemas.

A proposta de utilização da Informática como ferramenta na educação tem como fundamento o emprego do computador e dos recursos das tecnologias digitais como ferramentas auxiliares da aprendizagem, visando o desenvolvimento de competências e aquisição do conhecimento do aluno. Referimo-nos, neste contexto, aos diversos tipos de equipamentos tecnológicos utilizados pela sociedade em geral, que, influenciados e amparados pelo advento da Internet, evoluem e obedecem a uma tendência mundial de modernização, facilitação e interatividade² de usuários, dispondo de soluções que através da Internet e de seus incontáveis recursos tramitam de um simples *site* com ajuda *on-line* a conversas em bate-papos com videoconferência.

Para o bom entendimento de nossa pesquisa, torna-se necessário esclarecer que muitos autores anteriormente utilizavam, para caracterizar a tecnologia da educação, a expressão “tecnologias da informação e comunicação - TIC” e que, para assinalar esta nova geração de aparatos tecnológicos amparados pela Internet, surge em seu lugar a denominação tecnologias digitais na educação.

Sabemos que, para a história da educação, a implementação das tecnologias digitais é iniciativa bastante recente. Sua divulgação e efetiva utilização nas escolas é observada com maior frequência nos últimos 10 anos. Desde a década de 1970, no entanto, diversos estudos são realizados pelas universidades brasileiras no sentido de apontar as melhores estratégias para facilitar esta inserção.

Com início na década de 1980, alguns programas oficiais, como o EDUCOM, CIED e Projeto FORMAR, aos quais nos reportaremos no decorrer deste trabalho, foram implementados nesta caminhada, com bastante sucesso, focalizando tanto a formação dos profissionais para a utilização e aplicação destes novos recursos, como a disseminação de computadores para as escolas públicas brasileiras.

Com base nos resultados positivos obtidos nestes programas, muitas outras iniciativas oficiais de formação emergiram e foram desenvolvidas no meio público, sendo bastante propagadas pelos mecanismos da política educacional vigente.

² Segundo Levy (1999, p.79) “o termo “interatividade” em geral ressalta a participação ativa do beneficiário de uma transação de informação”.

Na atualidade, não faltam argumentos que justifiquem o uso do computador no processo de ensino-aprendizagem, como o fato de ser ele forte aliado das ações relativas a inclusão digital, e o uso das tecnologias na educação ser um caminho facilitador dos processos de aprendizagem em todos os níveis. Muitos autores, como Valente (2002) e Almeida (2000), ratificam freqüentemente essas afirmações.

Esta nova aliada da educação apresenta diversas ferramentas atrativas como editores de texto e imagem, simuladores e som, além de se propor a viabilizar o acesso à informação e às novas modalidades de interação de grupos, superando a distância territorial e cultural mediante processos cooperativos e personalizados.

Diante de um novo modelo educacional, baseado em práticas pedagógicas inovadoras, e, afastados da realidade na qual foram educados e conhecem, encontramos os profissionais da educação, os professores, agentes fundamentais para sucesso do novo modelo de ensino-aprendizagem.

Assim, Inseridos neste âmbito de uso da tecnologia pela escola, encontram-se os professores, considerados importantes agentes mediadores para o uso das tecnologias digitais, mas que, na maioria das vezes, se encontram alheios a esta prática e as ações referidas pelos discursos oficiais, que se valem da retórica da inclusão digital e, em especial, da inclusão docente na sociedade do conhecimento.

Vale indagar se estariam os professores que se vêem frente a frente com essa nova realidade educacional sendo incluídos no processo de incorporação das tecnologias na educação, como agentes de conquista de uma nova realidade educacional, ou sendo “engolidos”, com a obrigatoriedade de sua inserção e qualificação tecnológica, que não leva em conta suas necessidades, anseios e histórias de vida.

Reconhecendo a necessidade de uma formação³ para o uso de instrumentos contemporâneos de cada época, faz-se necessário analisar as formas de inclusão digital docente e avaliar suas particularidades.

³ Referimo-nos à formação como um conjunto de conhecimentos técnicos e didáticos, adquiridos ao longo de sua vivência e atuação profissional, que possibilitem explorar os recursos contemporâneos.

1.1 - Delimitação do Problema

Atualmente, graças ao rápido desenvolvimento da tecnologia na educação, as políticas educacionais reconhecem cada vez mais a necessidade de uma formação efetiva e continuada do corpo docente. Assim, entendemos que a preparação do professor é um elemento básico para uma mediação pedagógica eficaz na utilização dos recursos tecnológicos oferecidos hoje nos laboratórios de informática das escolas. Ensina Valente que

... a formação do profissional para atuar nessa nova sociedade, implica em entender a aprendizagem como uma maneira de representar o conhecimento, provocando um redimensionamento dos conceitos já conhecidos e possibilitando a busca e compreensão de novas idéias e valores. (2002, p.15).

Com suporte nesta visão, que acentua a necessidade da contextualização dos profissionais em educação com um novo *layout* educacional, torna-se indispensável investigar que saberes os professores precisam adquirir para mediar atividades que motivem e dêem significância aos conhecimentos. Nesta visão, vislumbramos que os alunos consigam desenvolver habilidades como análise, senso crítico e reelaboração de conteúdos, além de estimular a reflexão, a resolução de problemas e o desenvolvimento da autonomia.

Quanto à contextualização do professor de modo geral, vários autores, como Schön (2000), e Nóvoa (1999), afirmam haver uma série de saberes e competências fundamentais para a formação docente, como conhecimentos de conteúdos específicos e saberes das disciplinas e domínios de competências que, segundo Perrenoud (2000), podem ocasionar em outras mais específicas.

Tratando especificamente da formação do professor para o uso das tecnologias digitais, Borges Neto (2002) sugere, como competências básicas, os conhecimentos em educação, domínio tecnológico, especificidade de formação e transposição didática. Sobre estas competências mais adiante faremos exposição explicativa.

Segundo a educação contemporânea, as atividades escolares devem estimular o desenvolvimento de habilidades como análise, senso crítico e reelaboração de conhecimentos. Como leciona Perrenoud,

... formar para as novas tecnologias é formar o julgamento, o senso crítico, o pensamento hipotético e dedutivo, as faculdades de observação e de pesquisa, a imaginação, a capacidade de memorizar e classificar, a leitura e a análise de textos e de imagens, a representação de redes, de procedimentos e de estratégias de comunicação. (2000, p.128).

Para isso, faz-se necessário que o professor esteja apto a interagir com uma série de recursos e inovações técnico-metodológicas, na tentativa de extrapolar os modelos tradicionais de educação, buscando fomentar em seus educandos uma compreensão mais profunda dos conteúdos estudados.

Cabe, em tempo, questionar quais tipos de formação, hoje, são oferecidos aos professores para o uso das tecnologias na educação, se estas recuperam a história de vida desses profissionais, sua formação inicial, sua qualificação técnica inicial, ou se apresentam como necessidade obrigatória e inquestionável, que visa apenas treinar os professores e não a incentivá-los a serem agentes ativos e pesquisadores de sua prática.

No intuito de investigar programas de formação para o uso das tecnologias digitais na educação, e de analisar como estes ocorrem e que frutos originam, surgiu a instância deste trabalho, que teve início em nossa pesquisa monográfica em curso especialização *latu sensu*, a qual inquiriu a formação de professores para o uso das TIC em uma escola particular, estudos que produziram um grande interesse no assunto.

Para uma investigação mais precisa sobre estas questões elegemos como objeto de observação o meio público, especificamente a Rede Pública Municipal de Educação de Fortaleza, mediante um estudo de caso sobre o Centro de Referência do Professor - CRP, órgão da Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF, que sedia ações relativas à tecnologia. Assim, torna-se importante destacar que utilizaremos o CRP como um modelo de formação a ser observado.

O interesse em investigar o meio público proveio no intuito de contribuirmos com a Rede Municipal de Educação de Fortaleza, da qual fazemos parte, atuando como supervisora escolar, o que nos torna mais próxima de sua realidade. Daremos

neste caso enfoque específico ao CRP, local onde são realizadas ações no sentido de formar professores da rede para o uso das tecnologias digitais na educação.

Torna-se também imprescindível expressar o fato de que o CRP está, de certa forma, vinculado diretamente a nossa história de vida, pois no local onde funciona, ainda quando ali era instalado o antigo Mercado Central, voltado para a venda de ferragens, confecções e artesanato, nossa família possuiu comércio durante muitos anos. Após ter sido demolido o velho prédio, para construção do atual centro de vendas, coincidentemente participamos da primeira turma de estagiários do CRP, criando-se um círculo de relações entre o emocional e o profissional, entre a velha e a nova realidade.

Incorporando o desafio de focar a formação oferecida pelo CRP aos educadores da Rede Municipal de Fortaleza e, em especial, aos docentes lotados nos laboratórios de Informática das escolas – LIE, focalizaremos a preparação desses professores para planejar e executar atividades pedagógicas com a utilização das tecnologias digitais na educação.

Seguindo essa linha de pensamento, a presente proposta, de caráter dissertativo, trata da formação de docentes da PMF, dando uma conotação especial à realidade na qual os educadores estão inseridos, observando que tipos de estrutura e de formação lhes são disponibilizados, além de verificar seu nível e perfil de formação acadêmica.

Ao arrostar esses desafios, cabe refletir a respeito do modo como os educadores, neste caso, da Rede Pública Municipal de Fortaleza, são preparados para proporcionar aos seus alunos novas experiências, que transcendam o tradicional e dêem margens a uma significativa aprendizagem, estimulando a reflexão, a resolução de problemas, o desenvolvimento da autonomia e da criatividade do educando mediados pelo uso dos recursos disponíveis.

Nessa medida, temos como problema central *a formação de professores da Rede Municipal para o uso da tecnologia, tomando como modelo a formação realizada pelo CRP*.

Percebemos, por experiência como professora e coordenadora de Informática educativa desde 1995, que a inserção dos professores regulares no uso da tecnologia ainda se encontra na fase do desvelamento e que estes profissionais, ainda nos dias de hoje, apresentam certa resistência a esta inserção. Essa suposta

resistência muitas vezes pode ser percebida na falta de planejamento das atividades, ou mesmo na não-utilização dos materiais disponíveis nos laboratórios das escolas.

Surgem, então, algumas indagações elaboradas ao longo de nossa experiência profissional:

- Qual a formação necessária aos professores para uma utilização das tecnologias digitais na educação para a efetiva formulação de conhecimentos?
- Como instigar os professores a desenvolver novas estratégias de utilização das tecnologias digitais na educação, com base na realidade em que ele próprio e seus alunos estão inseridos?
- Como oferecer uma formação contínua do docente para o uso das tecnologias digitais, de modo que estes se achem realmente estimulados a dar prosseguimento ao estudo e efetivar ações concretas em seu cotidiano?

Ciente da complexidade desta temática, consideramos que este estudo se justifica por alguns motivos. Em primeiro lugar, pela importância dos cursos de formação para a formação de novos paradigmas que possibilitem o uso, pelos professores, dos recursos tecnológicos existentes nas escolas como recurso didático, pois estes novos paradigmas referem-se a uma releitura periódica das práticas, de conhecimento e troca do que se produz. Depois, pela importância em investigar novas formas didático-metodológicas indispensáveis à sociedade do conhecimento. Em terceiro lugar, por fim, por elencar as habilidades indispensáveis ao uso das novas tecnologias de forma reflexiva, condizentes com um discurso teórico e que possibilitem a conquista de uma sociedade mais justa e igualitária. Mais objetivamente, justifica-se por dedicar uma perspectiva mais apurada sobre o CRP, um centro de formação equipado que tem potencial para dar um grande impulso ou mesmo iniciar uma reforma nas ações realizadas nas escolas municipais de Fortaleza, quanto ao uso das tecnologias digitais na educação, com vistas a buscando não serem estas mais um elemento fortalecedor da desigualdade social.

Visando a sistematizar este estudo, abordaremos a seguir os objetivos da investigação.

1.2 Objetivos

Diante das inúmeras questões referentes à problemática da formação de professores para o uso das tecnologias digitais que poderiam se levantados, elegemos alguns objetivos para melhor delimitar nossa investigação, consoantes descritos na seqüência.

1.2.1 Geral

Analisar a formação oferecida pelo CRP aos professores das escolas municipais de Fortaleza e averiguar se esta formação condiz com o conjunto de expectativas e nível de conhecimentos técnico-pedagógico do professor.

1.2.2 Específicos

- Descrever algumas estratégias didático-metodológicas propostas na formação de professores para o uso das tecnologias digitais na educação;
- caracterizar as formas de articulação entre a formação e as realidades escolares, buscando compreender em que é baseado o planejamento desses cursos e se há uma avaliação a *posteriori* sobre a aplicabilidade dos novos saberes adquiridos e
- inventariar os principais obstáculos a transpor quanto à aplicação das tecnologias digitais na educação.

O presente trabalho está estruturado em sete capítulos. No primeiro, buscamos apresentar a idéia da dissertação, explanando o assunto com o intuito de inserir o leitor na problemática acerca da formação de educadores para utilizar tecnologia como ferramenta pedagógica, dando seqüência com a apresentação dos objetivos pretendidos.

No segundo módulo tratamos das questões técnicas da pesquisa, apresentando as opções metodológicas adotadas para coleta e análise das informações que nos foram necessárias, opções estas que norteiam o presente ensaio.

No terceiro segmento serão descritos alguns relatos feitos por pesquisadores que narram a história da Informática educativa em nosso País, destinando uma vista de olhos especial à participação do Ceará, e na cidade de Fortaleza, focada em nossos estudos.

Na busca de fundamentar ainda mais nossa pesquisa, no quarto capítulo focalizaremos a formação de professores, metodologias utilizadas, o papel do professor e as novas competências necessárias para desenvolver atividades utilizando a tecnologia como ferramenta.

Dando continuidade à análise a cerca da formação de professores, no quinto capítulo resgatamos algumas bases teóricas relativas à aprendizagem e que abalizam o uso da Informática Educativa como ferramenta potencializadora da aprendizagem e descreveremos como modelo de formação o CRP.

Finalmente, no sétimo capítulo, serão dadas as considerações finais do estudo realizado, seguindo-se a lista ordenada de autores/obras que embasaram teórica e empiricamente a investigação, bem como apêndices e anexos facilitadores da leitura e compreensão da pesquisa.

CAPÍTULO 02

OPÇÕES METODOLÓGICAS

Com o objetivo de analisar a formação em IE proporcionada aos professores da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, buscamos conhecer estrutura, conteúdo e metodologia dos cursos oferecidos. Assim, procuramos averiguar qual a contribuição desta formação para a prática pedagógica do professor no que diz respeito à utilização das tecnologias digitais na educação.

Para dar suporte à nossa pesquisa de campo, elegemos como objeto de estudo as ações para formação de professores em Informática educativa realizadas no Centro de Referência do Professor.

Para compreendermos melhor essas ações e suas intenções, realizamos um estudo qualitativo, que se caracteriza, segundo Haguette (1992), como um método que “ênfatiza as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser”. Desse modo, centra-se mais nos processos do que nos resultados, focalizando a provisoriidade da realidade e a análise ocorre de forma indutiva. A flexibilidade é condição fundamental na apreensão da realidade.

Assim, um estudo qualitativo é elaborado entre idas e vindas do pesquisador, em que cada processo se efetiva num movimento de constante retroalimentação, na qual, com respaldo em cada etapa da pesquisa, elementos são agregados e outros substituídos.

Com base nessa compreensão, traçamos um diagnóstico dessas atividades, abordando que tipo de política de formação de professores é implementado e até que ponto esta formação incentiva as novas práticas pedagógicas nas escolas onde trabalham os professores que participaram dos cursos envolvidos.

Decidimos por realizar uma pesquisa de natureza etnográfica, pelo fato de este método permitir, segundo Michaliszyn (2006, p.31), uma “análise descritiva das sociedades humanas e grupos sociais (de pequena escala)”.

Os sujeitos (ou participantes) de nossa pesquisa são pessoas que participam ou participaram diretamente do Programa de Formação de Professores para o Uso das Tecnologias Digitais no CRP, no caso, profissionais do CRP, representados pela direção e pelos formadores e educadores da rede municipal de ensino de Fortaleza que já participaram de algum dos cursos da referida formação.

Esse critério foi estabelecido para que possamos especificar de modo mais preciso os elementos apontados como problemática deste estudo, ou seja, a formação de professores para o uso das novas tecnologias na educação.

Quanto ao nosso interesse em investigar o meio público, este teve início ao observarmos que as primeiras iniciativas oficiais em Informática educativa foram realizadas nesse meio, de modo que tencionamos dar-lhes continuidade, na busca de contribuir para um maior entendimento das ações e desenvolvimento do patrimônio cultural social e inclusivo.

Outro motivo da escolha do meio público é reconhecermos este segmento como ambiente oficial de ensino e sistematização dos saberes segundo a LDB.

Dessa forma, surgiu a idéia de averiguar a Rede Municipal de Educação de Fortaleza, da qual hoje fazemos parte, atuando como Supervisora Escolar, o que nos torna mais próxima de sua realidade pedagógica.

2.1 Procedimentos e Instrumentos

Dedicaremos neste relatório de pesquisa enfoque específico ao CRP local, onde são realizadas ações no sentido de inserir os professores da PMF no uso da tecnologia como ferramenta facilitadora da aprendizagem.

Para a realização deste estudo, solicitamos ao CRP, por meio de sua direção, autorização para acompanhar, *in loco*, suas atividades didáticas, além de aplicar instrumentos e realizar procedimentos indispensáveis ao desenvolvimento de nossa pesquisa, os quais serão descritos no decorrer a seção.

Ao iniciar o trabalho de campo, realizamos um levantamento documental sobre a proposta inicial do CRP, seu projeto de criação e objetivos primeiros relacionados à formação de professores para o uso das tecnologias digitais nas escolas da Rede. Este levantamento ocasionou algumas conversas informais com a Direção do CRP, que apontaram para uma história de formação em IE na PMF anterior à criação do CRP, o que nos levou a descrever um pouco do percurso da inserção da IE na PMF.

Conhecedora dos caminhos percorridos até o surgimento do CRP, levam a efeito o segundo levantamento concernente ao parque tecnológico do referido Centro, elencando os recursos disponíveis para a formação dos docentes, enquanto,

em paralelo procuramos averiguar se os professores, em geral, possuem esses mesmos recursos em suas escolas.

Levantados estes indicadores, procuramos identificar que tipo de formação é oferecida pelo CRP para que os professores da rede passem a utilizar a tecnologia em sua prática, observando os seguintes aspectos: quais os objetivos dessa formação; metodologia utilizada nas ações; qual o perfil do quadro de formadores responsáveis pela formação; e realização, ou não, de ações continuadas no sentido de acompanhar o trabalho posterior dos educadores com as Tecnologias Digitais na educação.

No decorrer do trabalho, dedicamos pequeno destaque aos professores gestores de LIE das escolas, que atuam como pivôs do processo de inserção das tecnologias na educação na PMF. Assim, investigamos os requisitos para sua investidura no cargo, assim como o acompanhamento e formação específica oferecida também a estes pelo CRP, e ainda, como as atividades e responsabilidades atribuídas ao cargo.

Realizamos a pesquisa de campo nas dependências do CRP e em duas escolas da PMF, cujas direções também foram consultadas e concordaram em colaborar com o nosso trabalho.

Dessa forma, contando com a presença nestes ambientes, pudemos observar, interagir com os sujeitos e colher dados para esta pesquisa da seguinte forma: pela análise de documentos disponibilizada pela equipe do CRP; por meio de questionários e entrevistas semi-estruturadas aplicadas às categorias de sujeitos de nossa pesquisa; por via de uma observação participante, na interação com a clientela de um dos cursos da formação; e intermédio do uso de um diário de campo, no qual inúmeros dados, que nos pareceram relevantes, foram registrados, incluindo indicativos de conversas informais e impressões pessoais.

A opção por questionários e entrevistas semi-estruturadas decorre do fato de estes instrumentos enfocarem questões da pesquisa de maneira mais simples e objetiva, considerando os relatos de experiências como ponto de partida para a investigação.

Participando de um dos cursos oferecidos na formação, pudemos realizar uma observação participante que possibilitou a interação com vários sujeitos da pesquisa, além de propiciar uma impressão real de como acontecem os cursos.

No decorrer de pesquisa de campo aplicamos três questionários, descritos a seguir, e apensos no final deste relatório dissertativo. Referidos questionários tiveram objetivo de conhecer a formação aqui abordada por meio de pontos de vista distintos.

Estes instrumentos foram assim divididos:

QUESTIONÁRIO 01	
Público-alvo	Direção do Centro de Referência do Professor
Nº de participantes da pesquisa	01
Objetivos	Conhecer o modelo de formação de professores para o uso das TIC adotado pelo Centro de Referência do Professor.
Assuntos abordados	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Principais idéias do projeto original; ✓ Objetivos da formação; ✓ Estrutura organizacional de ambientes e pessoal envolvidos; ✓ Metodologia utilizada; e ✓ Público atendido;

TABELA 01: Dados do questionário I. Fonte: elaboração própria.

Com esteio nos resultados deste instrumento, obtivemos a primeira visão a respeito da estrutura do CRP, o perfil dos profissionais envolvidos na formação de professores para o uso das TIC e sobre o funcionamento dos cursos oferecidos.

Tendo como “termômetro” inicial os resultados deste material e algumas entrevistas informais realizadas com a Direção do CRP, criamos o segundo questionário, para ser aplicado aos profissionais que trabalham diretamente nos cursos de IE do CRP, os formadores. Em seguida descrevemos alguns dados deste material.

QUESTIONÁRIO 02	
Público-alvo	Formadores das ações referentes ao uso da tecnologia na educação realizadas no CRP.
Nº de participantes da pesquisa	03
Objetivos	Conhecer a metodologia e estratégias

	aplicadas nos cursos de formação para o uso das tecnologias digitais no CRP, com base na concepção dos profissionais encarregados de seu desenvolvimento.
Assuntos abordados	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Objetivos específicos dos cursos oferecidos; ✓ Estratégias e metodologias utilizadas na formação; ✓ Aspectos observados para seleção de conteúdos; ✓ Sistema de avaliação da formação e dos resultados posteriores; e ✓ Critérios necessários aos alunos-professores para participação da formação;

TABELA 02: Dados do questionário II. Fonte: elaboração própria

Arrimada nos resultados deste instrumento pretendemos diagnosticar como é realizada a formação e como são feitos seu planejamento e desenvolvimento prático. Abordamos referencialmente aspectos pedagógicos e didáticos da formação, como seleção de conteúdos, metodologia, público-alvo e aplicabilidade posterior dos conhecimentos adquiridos pelos educadores que participam desta formação.

Após a análise dos resultados deste material, que nos permitiu conhecer a filosofia da formação oferecida, além de fornecer detalhes se seu funcionamento, pudemos apreender melhor a realidade pertinente ao processo formativo oferecido aos professores da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza.

Assim, com uma ótica mais apurada ao que tange as ações desenvolvidas no CRP, foi possível vislumbrar novos questionamentos, que só poderiam ser respondidos por pessoas que já tivessem participado desta formação. Assim, foi idealizado e aplicado o terceiro questionário, que descreveremos na seqüência.

QUESTIONÁRIO 03	
Público Alvo	Professores que já participaram dos cursos de formação para o uso da tecnologia na educação realizados no CRP.
Nº de participantes da pesquisa	12
Objetivos	Investiga o interesse destes professores a respeito do uso das TIC assim como sua avaliação sobre a experiência que tiveram no CRP.
Assuntos abordados	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Qual o perfil do professor que participa dos cursos de formação do CRP; ✓ Qual a visão que os professores têm sobre essa formação específica; ✓ Qual o interesse destes profissionais em participar de formações oferecidas pelo CRP; ✓ Quais expectativas de aprendizagem possuem relativamente à formação; ✓ Qual o nível de satisfação com: <ul style="list-style-type: none"> ○ Incentivo à formação docente; ○ Disponibilidade de vagas e horários; ○ Metodologia e material utilizados; ○ Resultados obtidos na formação; ○ Aplicabilidade prática posterior em suas escolas; e ○ Continuidade da formação.

TABELA 03: Dados do questionário III. Fonte: elaboração própria.

De resultados deste instrumento, pretendemos diagnosticar como é notada pelos professores-alunos a formação de professores para o uso das TIC oferecidas pelo CRP.

Procuramos, ainda, identificar qual o aproveitamento dos encontros para os professores questionados em relação ao uso pessoal das tecnologias digitais, além de observar se supriram as expectativas iniciais do grupo e sondar se existe interesse, por parte destes, participar de algum tipo de formação neste sentido.

Após o período de aplicação dos questionários, tivemos a oportunidade de participar de um dos cursos da formação de educadores para o uso das TIC na educação, o qual se intitulava “Tecnologia da Informação e Comunicação na Gestão Pedagógica”, com carga horária de 24h/a, destinado a um público de supervisores e orientadores educacionais da rede.

Referido curso contou com a participação de 30 profissionais, entre supervisores e orientadores e alguns diretores de escolas. Durante a participação nesta experiência educativa para docentes, foi-nos possível perceber melhor as expectativas e angústias dos educadores em relação à tecnologia e observar o interesse que esta formação tem despertado nestes profissionais da educação.

Ao final da aplicação de todos estes instrumentos de pesquisa, recolhemos alguns indicadores que, depois de analisados, nos mostram um retrato da realidade da política de formação de professores na PMF.

Com esse diagnóstico a disposição, foi-nos propiciada uma visão do processo formativo como um todo, o que nos capacitou a entender um pouco sobre esta experiência, aprendendo com os acertos e identificando alguns pontos que ainda podem ser fortalecidos para potencializar desta formação.

Entendemos que a formação de professores não é uma preocupação unicamente da esfera municipal, induzindo-nos a crer que os relatos contidos neste documento poderão, de alguma forma, servir como contribuição para outras iniciativas, como fonte de pesquisa ou norte para outros estudos que poderão complementá-lo, confirmando-o ou retificando-o, cumprindo assim o papel da ciência.

2.2 Elaboração da Análise

Uma vez selecionada a metodologia anteriormente apresentada, realizamos nossa pesquisa, no intuito de elucidar de obter a indicação da forma como podemos chegar às possíveis conclusões e impressões acerca de nossa temática.

O primeiro passo da busca de campo foi visitar o CRP e solicitar à Diretoria autorização para a pesquisa e acompanhamento das ações referentes à formação de professores para o uso das tecnologias digitais.

Esta visita representou grata surpresa, ao percebermos a boa vontade da Diretoria em nos ajudar, sendo, inclusive, neste encontro disponibilizados diversos documentos relacionados à história do CRP, além de fotos que exibiremos no decorrer deste trabalho.

O primeiro encontro pode ser considerado o grande marco de nossa investigação, pois, como frutos deste, ainda tivemos o agendamento do segundo momento de entrevista com a Direção e equipe técnica de manutenção, orientação sobre quando e como contactar os profissionais formadores. Marcamos um encontro para o recebimento de outros documentos de posse pessoal da direção do CRP disponibilizados para análise e composição de nossos relatos.

Em nossa segunda estada no CRP, fui recebida, primeiramente, pela Direção, que disponibilizou, como combinado, alguns outros documentos (inclusive alguns que relatam a inserção da IE nas escolas municipais de Fortaleza) e, em seguida, pela responsável pela manutenção dos equipamentos do referido Centro que nos descreveu a estrutura disponibilizada para o atendimento dos professores, além de nos fornecer um *folder* explicativo sobre a estrutura do CRP.

Em nosso terceiro encontro com a Direção do Centro, aprofundamos nossa pesquisa com a aplicação do primeiro questionário que pôde ser elaborado graças às primeiras informações obtidas em visitas anteriores ao Centro, que instigaram alguns questionamentos, e orientado pelas necessidades de nossa pesquisa que procurou explorar as seguintes categorias gerais: formação de professores para o uso das tecnologias digitais na educação; expectativas docentes acerca da formação em Informática educativa; conhecimentos técnico/pedagógicos do público-alvo da formação; e aplicabilidade real dos conhecimentos adquiridos nos cursos

Os resultados do primeiro instrumento fizeram-nos entender um pouco sobre a estrutura e objetivos do Centro de Referência do Professor além de esclarecer

alguns aspectos básicos da formação de docentes para o uso das tecnologias digitais, como, por exemplo, o perfil exigido aos formadores para assunção do cargo.

Posteriormente, dando continuidade às nossas investigações, realizamos dois encontros com 03 formadores do CRP, com os quais aplicamos o segundo questionário. Mencionados formadores fazem parte do corpo de técnicos efetivos do CRP e foram indicados pela Direção em virtude da disponibilidade de tempo no período em que realizamos as entrevistas. Este instrumento foi elaborado tendo como “termômetro” o resultado do primeiro questionário e abordando detalhes específicos da formação, no intuito de termos uma visão pedagógica do processo formativo e de seus elementos funcionais como critérios para seleção de participantes, escolha de conteúdos etc.

Analisando as respostas dos formadores, compreendemos como ocorre a formação de professores, seus objetivos, estratégias e carências. Pudemos observar as concepções dos formadores acerca da IE e a intencionalidade de criar uma real cultura de utilização da tecnologia nas escolas da rede.

Para concluir nosso ciclo de entrevistas, aplicamos o Questionário 03 com um público de 12 professores atuantes na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza. Para tanto selecionamos 03 escolas da Rede que possuíssem laboratórios de Informática educativa para realizar os estudos, o que favoreceu bastante o trabalho.

A cada escola foi solicitado facilidade para o contato com alguns de seus professores, que participaram da entrevista e responderam o terceiro questionário. Este instrumento inquiriu sobre percepções pessoais, experiências e expectativas acerca da IE, além de sua avaliação da formação oferecida pelo CRP e incentivos da PMF para a participação neles.

Referidos professores foram selecionados consoante os seguintes critérios: ser professor efetivo de escolas da Prefeitura Municipal de Fortaleza e estar em plena atuação; e já haver participado de algum dos cursos de formação de professores para o uso das tecnologias digitais na educação oferecidos pelo CRP.

O período de visita às escolas, que durou aproximadamente 01 mês, possibilitou ainda a observação dos laboratórios das referidas escolas, seus equipamentos e atividades desenvolvidas ali. Torna-se importante ressaltar que esta observação não faz parte dos objetivos diretos de nossa pesquisa, mas tornou-se importante para uma melhor percepção da realidade aplicada à Rede Municipal.

Dando continuidade às ações da pesquisa de campo, realizamos mais uma visita aos formadores do CRP, na intenção de coletar alguns documentos da formação como modelos de planejamentos e grade de oferta de cursos. Nesse encontro, foi possível agendar o último momento de nossa investigação, *in loco*, uma observação participante que contemplou o acompanhamento de um dos cursos do CRP. Citado programa, intitulado “Tecnologia da Informação e Comunicação na Gestão Pedagógica”, tinha duração de 24 horas/aula, cuja ementa se definia como uma “Discussão da importância de inserir as TIC no contexto escolar como ferramenta de suporte a construção do conhecimento em uma perspectiva teórico-prática de Informática Educativa”. Durante o período de realização do curso, realizamos diversas observações, tanto a respeito da interação dos professores com os equipamentos, quanto às sensações e expectativas que estes experimentaram.

As observações e procedimentos pertinentes à pesquisa de campo foram realizadas durante o período de 6 meses, momento posterior às etapas de levantamento bibliográfico e acomodação das idéias relativas ao projeto inicial de investigação.

Durante este intervalo foram contempladas as etapas de criação de materiais, delimitação da amostra de sujeitos e encontros com eles nos qual todo o processo foi sistematicamente relatado em um diário de observações. Em seguida, apresentamos em que tempo foi possível realizar cada etapa de nossa pesquisa de campo.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	
Elaboração dos instrumentos de coleta de dados (Os materiais foram sendo elaborados de acordo com as etapas da pesquisa)	18/07 a 10/10 de 2006
Entrevista dos sujeitos	27/09 a 22/11 de 2006
Observação Participante	08 a 31/01 de 2007

TABELA 04: Cronograma de atividades da pesquisa de campo. Fonte: Elaboração própria

A seguir, faremos breve narrativa a respeito da história da Informática educativa, as primeiras iniciativas brasileiras, políticas implantadas e a chegada deste novo recurso educacional em nosso meio, até sua implantação na Rede Municipal de ensino de Fortaleza.

CAPÍTULO 03

CONTRIBUIÇÕES BRASILEIRAS À HISTÓRIA DA IE

Com o necessário embasamento teórico, procuramos fazer breve análise das políticas públicas educacionais, perpassando a formação de professores e a Informática educativa no Brasil, além de perfilar as primeiras iniciativas neste sentido no Ceará.

Este segmento do relatório abordará também as diversas concepções acerca do uso das tecnologias digitais e sua articulação com as atuais discussões sobre a formação de professores, o novo perfil de professor profissional reflexivo, as novas competências apontadas pela sociedade do conhecimento, embasadas nos postulados destacados pelas diversas teorias de aprendizagem. Finalmente, já contextualizados sobre a formação de professores para o uso das tecnologias digitais na educação de um modo geral, enfocaremos nossa problemática central, mostrando o que é o projeto Centro de Referência do Professor (CRP), sua história, ambientes e propostas.

Sobre o CRP dedicaremos um olhar especial para as ações na área de formação de professores, os núcleos de Tecnologia Educacional - NTE e os objetivos destas ações.

3.1 Políticas Públicas Educacionais e a Introdução da Informática Educativa no Brasil

Para melhor entender o processo de formação de professores na área da Informática Educativa, é imprescindível conhecer um pouco do histórico da introdução da Informática na educação em nosso País, no que se refere à capacitação de professores e técnicos.

Há cerca de 30 anos, a Informática na educação no Brasil tem sido objeto de vários estudos, por parte de pesquisadores vinculados a universidades brasileiras, interessados em desenvolver novas perspectivas pedagógicas acerca da utilização da tecnologia.

Segundo autores como Armando Valente (2002), Maria Cândida Moraes (1997) e Ramon de Oliveira (2003), a história da Informática educativa desponta na década de 1970, período em que são descritas as primeiras iniciativas nas

universidades e os programas oficiais criados na área no contexto da política educacional do setor.

Podemos destacar, entre outras, as pesquisas produzidas pelo Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação, na década de 1970, coordenados pelo Prof. Ubiratan D'Ambrósio e financiado pela Organização dos Estados Americanos, além de várias iniciativas de muitos pesquisadores importantes, que continuam atuando, como a Prof^a Léa Fagundes, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e do Prof. Armando Valente, da Universidade de Campinas.

Conforme noticia Moraes (1997), nossos pesquisadores buscavam, nesse período de iniciação dos estudos em IE,

(...) construir uma base que garantisse uma real capacitação nacional nas atividades de informática, em benefício do desenvolvimento social, político, tecnológico e econômico da sociedade brasileira.
Moraes (Nº.1: 1997)

Valente (2002) evoca o fato que estes estudos norteavam-se em experiências ocorridas em outros países, como França e Estados Unidos, e buscavam melhoria na qualidade do processo educacional.

A mesma autora relata ainda que, na década de 1970, algumas universidades realizaram estudos sobre a utilização de *softwares* educativos, mais notadamente *softwares* de Instrução Assistida pelo Computador. Como exemplo, tivemos a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que utilizou *softwares* de simulação no ensino da Química; a Universidade de São Paulo que realizou experiências simulando fenômenos da Física; e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que desenvolveu um *software* para avaliação dos alunos de pós-graduação.

Moraes (op. Cit.) destaca ainda que, nas primeiras décadas de estudos em IE, foram implementadas políticas públicas de incentivo, juntamente com diversos programas de apoio à formação de multiplicadores, buscando dar capacitação científica e tecnológica, a fim de promover a autonomia nacional em diversos setores da aplicação da tecnologia, e não só na educação. A autora acentua que se esperava formar professores para o domínio da tecnologia em ambientes de ensino e pesquisa, para utilizar a Informática na prática educativa e

nos planos curriculares, além da integração, consolidação e ampliação das pesquisas, e socialização de conhecimentos e experiências desenvolvidas.

Muitos outros estudos sucederam-se e podemos enfatizar as atividades desenvolvidas pela Universidade de Campinas (UNICAMP), que já realizava pesquisas na área da Informática para o ensino de Ciências e Matemática e que, a partir de 1975, com a visita de Seymour Papert e Marvin Minsky ao Brasil, iniciou o uso da linguagem LOGO.⁴ Consolidou-se na UNICAMP Núcleo de Informática Aplicada à Educação (NIED)⁵, e, juntamente com outras diversas iniciativas sobre o uso da Informática na educação espalhadas por todo o País, suscitou uma grande expectativa a respeito da educação auxiliada pelos recursos tecnológicos.

Se a década de 1970 foi marcada pela implantação do telensino no País e pelas primeiras iniciativas das universidades no uso da Informática na educação, foi nas décadas de 1980 e 1990 que surgiram os primeiros programas oficiais na área e que se elaborou efetivamente uma política de Informática na educação.

Com o início da utilização dos computadores pela sociedade, além do crescente interesse por este tipo de tecnologia, o Governo criou programas oficiais, no sentido de introduzir o uso da Informática na educação brasileira. Uma das primeiras iniciativas contempladas pelo Governo Federal foi o projeto EDUCOM – Educação com Computadores, cujo o papel era de implantar e nortear a política de Informática educativa em nosso País.

Na perspectiva de Oliveira (2003), o Projeto EDUCOM, que teve primeiras ações de surgimento em 1983 nortear as iniciativas no Brasil. O autor assinala ainda que, *Fruto das recomendações do I Seminário Nacional de Informática na Educação, o Projeto EDUCOM representou a primeira ação oficial, concreta, de levar computadores às escolas públicas brasileiras.* (2003, p.34).

Na busca de levar a IE às escolas do Brasil, referido projeto tinha como principal objetivo, ainda segundo Oliveira (2003,p.34), “...estimular o desenvolvimento da pesquisa multidisciplinar voltada para a aplicação das tecnologias de informática no processo de ensino-aprendizagem.”

Sua efetivação ocorreu em 1983, período em que as universidades tomaram conhecimento dos critérios para que pudessem se candidatar como sede

⁴ Segundo Papert (1994, p.22), o LOGO “... utiliza uma versão não-formalizada de um tipo de Matemática chamado geometria da tartaruga”.

⁵ www.nied.unicamp.br

de centros pilotos. Das vinte e seis instituições de ensino superior que se candidataram, apenas cinco foram selecionadas para sediar os centros (UFPE, UFRJ, UFMG, UFRGS e UNICAMP), com propostas de *investigar o uso de computadores no processo ensino-aprendizagem, em especial no ensino médio, bem como a formação de recursos humanos*. (OLIVEIRA:2003,p.35).

Desde o início do programa, a decisão da comunidade de pesquisadores foi a de que as políticas a serem implantadas deveriam ser sempre fundamentadas em pesquisas pautadas em experiências concretas, usando a escola pública, prioritariamente, o ensino de 2º grau".Essas foram as bases do projeto EDUCOM, realizado em cinco universidades: UFPe, UFMG, UFRJ, UFRGS e UNICAMP. Esse projeto contemplou ainda a diversidade de abordagens pedagógicas, como desenvolvimento de software educativos e uso do computador como recurso para resolução de problemas. (VALENTE, 2002, p. 16).

O projeto EDUCOM, desde o princípio, se diferenciava das demais experiências dos outros países, pois suas propostas e decisões eram articuladas entre o MEC e algumas universidades do país, além de terem como base, para sua política, as experiências vivenciadas nas escolas públicas.

Como lembra Valente,

No caso da Informática na Educação as decisões e as propostas nunca foram totalmente centralizadas no MEC. Eram fruto de discussões e propostas feitas pela comunidade de técnicos e pesquisadores da área. A função do MEC era a de acompanhar, viabilizar e implementar essas decisões. Portanto, a primeira grande diferença do programa brasileiro em relação aos outros países, como França e Estados Unidos, é a questão da descentralização das políticas. No Brasil as políticas de implantação e desenvolvimento não são produto somente de decisões governamentais, como na França, nem consequência direta do mercado como nos Estados Unidos. (2002, p.16).

Corroborando a idéia de Valente, Moraes (1997) ressalta que

É importante registrar que com o EDUCOM foi diferente e procurou-se respeitar as recomendações da comunidade científica nacional, pois a equipe coordenadora do Projeto acreditava que a abordagem interdisciplinar permitiria analisar a multidimensionalidade dos problemas envolvidos na questão, examinar os aspectos educacionais em sua complexidade e não apenas sob os enfoques educacional e tecnológico. (Moraes:1997, p.05).

Após o EDUCOM, diversos programas, projetos, e congressos foram viabilizados para caracterizar a intenção do Governo de consolidar experiências nessa área, como nos casos do Programa de Ação Imediata, do 1º Congresso Nacional de Software Educacional e do Projeto Formar, entre outros.

Moraes, tomando um viés científico, preocupa-se ainda em esclarecer que:

Na realidade, se mais não foi feito, foi porque os organismos governamentais deixaram de cumprir parte de suas obrigações financeiras, apesar dos diversos protocolos firmados e do interesse e iniciativa de implantação do Projeto partir do próprio Governo Federal. (1997, p.8)

Inserido nas articulações e nas decisões a respeito dos rumos que a Informática educativa seguiria no Brasil, surge em 1987 o projeto FORMAR, cujo objetivo adicional era capacitar pesquisadores e profissionais das escolas públicas no uso das tecnologias na educação para o trabalho com Informática educativa.

O Projeto Formar *visou à formação de professores e técnicos das redes municipais e estaduais de ensino de todo o Brasil, para o trabalho com Informática Educativa. (Valente apud Oliveira, 1997, p. 45).*

Assim, como marco do início dos trabalhos do FORMAR em 1987 foi realizado o 1º Curso de Especialização em Informática na Educação (Projeto Formar) na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, que atendeu 52 professores e técnicos de 24 estados da Federação, com duração de 360 horas. Esta especialização tinha como objetivo formar multiplicadores para projetar e implantar, junto às suas secretarias de educação, os centros de Informática na

educação – CIEd, além de capacitar outros docentes de seus respectivos estados para os trabalhos com IE.

Tais centros, implantados em vários pontos do País, cuidavam, além da parte administrativa, da supervisão dos laboratórios das escolas públicas, bem como de suporte e coordenação pedagógica.

Oliveira ressalta que a criação do Cied

(...)representou um novo momento nas ações de levar os computadores às escolas públicas brasileiras, pois a partir de sua existência, as intervenções para utilização desta tecnologia educacional na rede pública deixaram de ser concentradas no âmbito do MEC e passaram a contar com a participação de Secretarias Municipais e Estaduais de Educação (...) Dessa forma, com a implementação dos Cied's, a Informática Educativa no Brasil deixa de limitar-se aos muros das universidades e passa a ocupar as escolas públicas de alguns estados brasileiros. (1987, p. 47).

Com efeito, as iniciativas até aqui mencionadas tinham como uma de suas idéias principais capacitar pesquisadores e profissionais das escolas públicas no uso das tecnologias na educação, o que se consolidou em programas de formação como o FORMAR – Curso de Especialização em Informática na Educação, recebendo uma atenção especial nos CIEd – Centro de Informática em Educação, implantados em vários pontos do Brasil.

Em busca de um novo projeto educacional com propósitos pedagógicos, em 1997, criou-se o Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO (Portaria MEC nº 522, 09/04/97), vinculado ao MEC. Este, possuía metas ambiciosas e avançadas no que diz respeito à implantação da Informática na educação, propondo-se a inserir laboratórios, instalar equipamentos, capacitar pessoal e atender a mais de 6 milhões de alunos. Importante é salientar que esta ação foi antecedida por diversas ações e seminários que fomentaram a criação do programa oficial, como pode ser constatado na opção de linha do tempo no *site* do PROINFO⁶.

Informe Valente (2002), que em 1997, o PROINFO, na idéia de formar recursos humanos especializados, ganhou maior relevância, estruturando

⁶

<http://www.proinfo.mec.gov.br/>

definitivamente uma política nacional de implantação de Informática na educação brasileira, com a criação dos núcleos de tecnologia educacional em 27 estados, além do Distrito Federal, com o objetivo de capacitar multiplicadores para atuar nesses núcleos.

Pretendia-se com esses centros, a criação de novos ambientes que possibilitassem novas dinâmicas sociais de aprendizagem, no sentido de resgatar algo que a educação se propunha há muito tempo e pouco vinha realizando, ou seja, os atos de pensar, aprender, conhecer e compreender, a partir do uso de novos instrumentos. (Moraes, 1997, p.16).

A autora cria um quadro com as ações aqui citadas além de outras iniciativas, que potencializa o entendimento da cronologia dos fatos ocorridos na história da Informática Educativa no Brasil. Aqui o disponibilizamos:

CRONOLOGIA

DATAS	FATOS
Agosto/81	Realização do <i>I Seminário de Informática na Educação</i> , Brasília/DF, UNB. Promoção MEC/SEI/CNPq.
Dezembro/81	Aprovação do documento: <i>Subsídios para a implantação do programa de Informática na Educação</i> - MEC/SEI/CNPq/FINEP.
Agosto/82	Realização do <i>II Seminário Nacional de Informática na Educação</i> , UFBA/Salvador/Bahia.
Janeiro/83	Criação da <i>Comissão Especial Nº 11/83- Informática na Educação</i> , Portaria SEI/CSN/PR Nº 001 de 12/01/83.
Julho/83	Publicação do documento: <i>Diretrizes para o estabelecimento da Política de Informática no Setor de Educação, Cultura e Desporto</i> , aprovado pela Comissão de Coordenação Geral do MEC, em 26/10/82
Agosto/83	Publicação do Comunicado SEI solicitando a apresentação de projetos para a implantação de centros-piloto junto as universidades.
Março/84	Aprovação do <i>Regimento Interno do Centro de Informática Educativa CENIFOR/FUNTEVÊ</i> , Portaria nº 27, de 29/03/84.
Julho/84	Assinatura do <i>Protocolo de Intenções MEC/SEI/CNPq/FINEP/ FUNTEVÊ para a implantação dos centros-piloto e delegação de competência ao CENIFOR</i> .
Julho/84	Expedição do Comunicado SEI/SS nº 19, informando subprojetos selecionados: UFRGS, UFRJ, UFMG, UFPe e UNICAMP.
Agosto /85	Aprovação do novo <i>Regimento Interno do CENIFOR</i> , Portaria FUNTEVÊ_ nº246, de 14/08/85.

Setembro/85	Aprovação Plano Setorial: Educação e Informática pelo CONIN/PR.
Fevereiro/86	Criação do Comitê Assessor de Informática na Educação de 1º e 2º graus - CAIE/SEPS.
Abril/86	Aprovação do Programa de Ação Imediata em Informática na Educação.
Maio/86	Coordenação e Supervisão Técnica do Projeto EDUCOM é transferida para a SEINF/MEC.
Julho/86	Instituição do I Concurso Nacional de "Software" Educacional e da Comissão de Avaliação do Projeto EDUCOM:
Abril/86	Extinção do CAIE/SEPS e criação do CAIE/MEC.
Junho/87	Implementação do Projeto FORMAR I, Curso de Especialização em Informática na Educação , realizado na UNICAMP.
Julho/87	Lançamento do II Concurso Nacional de Software Educacional.
Novemb./87	Realização da Jornada de Trabalho de Informática na Educação: Subsídios para políticas , UFSC, Florianópolis/SC.
Novemb./87	Início da Implantação dos CIEd.
Setembro/88	Realização do III Concurso Nacional de Software Educacional .
Janeiro/89	Realização do II Curso de Especialização em Informática na Educação - FORMAR II
Maio/89	Realização da Jornada de Trabalho Luso Latino-Americana de Informática na Educação , promovida pela OEA e INEP/MEC, PUC/Petrópolis/RJ.
Outubro/89	Instituição do Programa Nacional de Informática Educativa PRONINFE na Secretaria-Geral do MEC.
Março/90	Aprovação do Regimento Interno do PRONINFE.
Junho/90	Reestruturação ministerial e transferência do PRONINFE para a SENETE/MEC.
Agosto/90	Aprovação do Plano Trienal de Ação Integrada - 1990/1993.
Setembro/90	Integração de Metas e objetivos do PRONINFE/MEC no PLANIN/MCT.
Fevereiro/92	Criação de rubrica específica para ações de informática educativa no orçamento da União.
Abril/ 1997	Lançamento do Programa Nacional de Informática na Educação PROINFO.

TABELA 05: Cronologia da história da Informática Educativa no Brasil. (Moraes:1997, p.11)

Estas iniciativas e estudos permitiram que o Brasil acumulasse uma sólida base experimental e teórica, revelando resultados positivos em suas ações, sustentando-se e se multiplicando, hoje nos dando suporte para continuarmos este

trabalho, tendo como base a certeza de que cada experiência contribui para posteriores estádios das ações.

Atentem para o que exprime Valente:

A análise das ações e políticas de informática na educação realizadas no Brasil nos permite afirmar que, inquestionavelmente, temos conhecimento e experiências sobre informática na educação instalados nas diversas instituições do país.(2002, p. 15)

Tendo por substrato esses ensaios, muito se aprendeu e produziu no tocante à Informática Educativa em o nosso País, principalmente no concernente à capacitação e criação de recursos humanos para a área. Dentre as conclusões e aprendizados extraídos, Valente acredita que a criação de iniciativas neste sentido precisa ser contextualizada, e democratizante, alcançando os interesses locais, principalmente quanto à formação de seus professores.

Como podemos observar, mesmo sendo recentes as iniciativas e o interesse pelas políticas de Informática educativa, as poucas ações neste sentido apontam para a necessidade de formação de profissionais nessa área de atuação. É preciso divulgar os estudos vitoriosos da área e mostrar para que aspectos apontam, além de se disseminar as experiências positivas para que possam ser avaliadas e readaptadas para a realidade de outras localidades. Assim haverá um intercâmbio de produção, aproveitando-se as práticas de outras comunidades e provando que as experiências em registro e as futuras se complementam.

A seguir discorreremos sobre a participação e influência do estado do Ceará neste momento embrionário da informática na educação.

3.2 O Ceará e sua parte na História

O desenvolvimento da Informática educativa no Ceará esteve sempre ligado a dois fortes aliados: o primeiro refere-se a uma intensa base científico-acadêmica por meio de pesquisadores das universidades em sintonia com as ações desenvolvidas no restante do País; e o segundo, de grande relevância, contextualiza-se em um cenário político favorável à realização de ações que favorecessem o desenvolvimento do Estado.

Em relação ao referido cenário político, Reis (2006) esclarece que

O Ceará até meados da década de 80, foi caracterizado por uma política Coronelista⁷ que imprimia a visão militarista e em consonância com a política desenvolvimentista⁸ da União, que segundo Parente (2002) “tinha a incumbência de consolidar o Estado como o terceiro pólo industrial do Nordeste” (PARENTE, 2002, p.129). Portanto, além das imposições legais, democratizar o ensino era um elemento essencial para o desenvolvimento do Estado. (2006,p.31)

Essa busca pelo desenvolvimento, crescimento e modernização do Estado vem acarretar a necessidade de mão-de-obra hábil a lidar com as novas tecnologias. Daí a abertura e o incentivo à formação de pessoal especializado. A autora, discorrendo sobre a necessidade da nova mão-de-obra, acentua ainda que

(...) tais aspectos influenciaram diretamente a história da informática na educação no Estado, pois com a necessidade de industrialização, iniciava também a necessidade de formar recursos humanos para lidar com a tecnologia. (2006,p.32)

Foi nesse panorama efervescente de transformações e ações político-pedagógicas, que, no final da década de 1980, iniciavam-se as primeiras experiências em Informática na educação em Fortaleza, pioneira no Estado do Ceará, com a implantação dos Cied, vinculados à Secretaria de Educação do Estado, e iniciativas individuais/espóricas de alguns pesquisadores pioneiros, como o Curso Mirim de Informática, em 1987. Esse curso foi o primeiro projeto nesse campo em Fortaleza e trabalhou com os alunos da rede pública e do sistema particular do Estado.

O recorte da história a qual nos referimos foi marcado por dois momentos distintos: a primeira fase, referente ao final dos anos 1980 até meados dos anos 1990, constituída pela inserção/atuação de bolsistas de pesquisa, que segundo

⁷ A oligarquia coronelista do Ceará no período da ditadura militar era representado por Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra.

⁸ Segundo Ailton de Farias “Apoiadas num contexto do nacional desenvolvimentismo, em moda no Brasil nos anos 1950 a 1960, passaram a estimular a industrialização cearense, na intenção de fortalecer a economia estadual e consolidar a classe dominante...” (FARIAS, 2002, p. 18)

nossa pesquisa exploratória, eram geralmente alunos de graduação, que habitualmente não tinham um conhecimento pedagógico do uso do computador na Educação, mas que possuíam o “gosto pela Informática”, ou seja, algum domínio do uso da tecnologia, em particular da Informática. Nesse período algumas escolas particulares de Fortaleza começaram também a implantar laboratórios de Informática, aspecto que começou a fazer diferença no mercado educacional do Estado.

A segunda fase, marcada pela criação em 1997 do Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO, desencadeou diversas ações⁹ correspondentes às variadas áreas de atuação do Programa. Segundo consta no *site* do MEC, *suas ações serão desenvolvidas sob responsabilidade da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação e do Desporto, em articulação com as secretarias de educação do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.*

As ações do PROINFO ocasionaram uma demanda por formação mais acentuada, direcionada para os cursos de especialização em Informática educativa.

Até meados dos anos 1990, era comum estudantes de graduação assumirem a função de professores-monitores dos projetos desenvolvidos, haja vista a escassez de pessoas qualificadas para atuar nessa época. Essa falta de formação e de conhecimentos pedagógicos para lidar com o uso do computador na Educação não era só referente aos bolsistas e sim aplicava-se também aos professores do ensino superior, mesmo que estes já fossem professores experientes em outras áreas. (REIS:2006, p.26)

No âmbito estadual, uma das primeiras ações foi a criação do CIEd do Instituto de Educação do Ceará, no início dos anos 1990, implantado pela Secretaria de Educação do Estado, em convênio com o MEC, e financiado pelo FNDE, sendo coordenado pelo prof. Dr. Elian de Castro Machado. O CIEd foi a primeira ação concreta da Política Nacional de Informática na Educação no Estado, articulada com o Governo Federal.

Com relação ao PROINFO, observa-se a inserção de professores das universidades, por conta da demanda de formação instituída pelo Programa. Eram

⁹ Criação do INSOFT, dos centros vocacionais tecnológicos - CVT's, do Instituto Centro de Ensino Tecnológico do Ceará - CENTEC'S, EDUCADI, entre outros.

docentes de áreas diversas¹⁰ que em sua maioria já atuavam em outras áreas¹¹, mas que também não tinham um conhecimento pedagógico do uso das tecnologias digitais na educação e sim alguma compatibilidade com a tecnologia e seus recursos. O que os diferenciava era a experiência docente, pois, nesse momento da história, há maior participação de profissionais com uma experiência docente em outras áreas do conhecimento, aspecto não contemplado no perfil dos bolsistas.

No final dos anos 1990, podemos destacar três ações que caracterizam a história da Informática na educação em Fortaleza: o EDUCADI, projeto de educação à distância do Ministério da Ciência e Tecnologia; o Tempo de Aprender, componente multimeios, Programa Estadual de Informatização das Escolas Públicas e, em sua decorrência, os cursos de especialização em Informática educativa do PROINFO. Nesse período, a Internet apresentou-se como mais um recurso tecnológico a ser utilizado no âmbito educativo, mesmo que ainda de forma incipiente.

O EDUCADI, projeto-piloto idealizado pelo Governo federal, teve a participação de três estados (Ceará, São Paulo, Rio Grande do Sul) e o Distrito Federal. O referido projeto, segundo Quirino (2000, p.02) *Teve por objetivo interligar escolas através da Internet, procurando criar novas formas de ensino-aprendizagem a partir da interoperatividade em projetos construídos entre essas escolas. O EDUCADI, ainda segundo a autora foi financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa-CNPq, com uma previsão inicial de três anos de funcionamento, durou apenas dois anos, por conta dos cortes no orçamento do governo federal no final de 1997.*

A partir da criação do PROINFO, o Estado do Ceará implantou em 1997 o seu 1º Projeto Estadual de Informática na Educação, o Tempo de Aprender que, segundo Chagas (2002, p.17), visa à *universalização da informática educativa para formação docente e discente*. A autora complementa que:

No projeto “Tempo de Aprender” são trabalhados pela SEB/CE (1997:p.17) os seguintes conceitos relativos ao uso da informática:

- *Informática Escolar: Relacionada à administração escolar, referente aos aspectos de matrícula, acompanhamento e análise de rendimento escolar e informatização das secretarias das escolas.*

¹⁰ Engenharia Civil, Pedagogia, Matemática.

¹¹ Computação, Matemática, Política Educacional.

- *Informática Educativa: Refere-se ao uso da informática como apoio didático pedagógico e curricular nos processos de ensino e aprendizagem nos diversos graus e modalidades de ensino.*

Ainda em 1997, reafirmando ações positivas do PROINFO, foram efetivados no Ceará diversos cursos de especializações realizados nas universidades do Ceará. Em 1998 foi criado o I Curso de Especialização em Informática educativa, através do PROINFO/MEC, realizados pela Universidade Federal do Ceará e pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (UFC-PMF), sendo destinados em sua maioria a professores do Estado. Ainda em 1998 e 1999, foram criados os II e III Cursos de Especialização em Informática na Educação para professores-multiplicadores dos núcleos de tecnologias educacionais do Estado, os NTE, ministrados pela Universidade Estadual do Ceará – UECE; e em setembro/2000 foi oferecido o II Curso de Especialização em Informática Educativa, realizado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC, sendo 50% da turma composta por professores da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Referindo-se ao período posterior à realização das especializações, Reis (2006) assinala que:

Desde então, os cursos de especializações ministrados pelas universidades, passaram a oferecer uma fundamentação teórica para o uso da informática na educação no Estado, explicitando modelos e abrindo discussões sobre o papel do professor como mediador da aprendizagem no uso da tecnologia. (2006, p.37)

Essas ações apresentam-se como pano de fundo preliminar para entendermos a evolução da história da Informática na educação no Estado do Ceará e em especial em Fortaleza, até os anos 1990. Importante ressaltar que o PROINFO foi um importante elemento para o desencadeamento de ações do programa de Informática Educativa da Prefeitura de Fortaleza, ao qual este estudo se dedica, e que esse programa inseriu definitivamente as universidades nesse campo por meio dos cursos de especialização em Informática educativa no Estado.

Veremos a seguir como ocorreu o planejamento e as primeiras ações referentes à história da Informática na Educação, no âmbito público municipal, em Fortaleza.

3.3 Década de 1990 - a Chegada dos Computadores às Escolas da Rede Municipal de Ensino em Fortaleza

Para melhor entender a atual relação do professor da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza com a tecnologia, torna-se mister conhecermos como aconteceu a aproximação do professor com as tecnologias digitais nesse segmento de ensino, para podermos refletir sobre esta inserção e tirar conclusões, mais adiante, baseadas no contexto encontrado.

Haja vista a grande demanda de computadores sendo absorvida rapidamente pela sociedade, a tecnologia passa a fazer parte de um novo propósito educacional, surgindo então a necessidade das escolas se adaptarem à nova realidade, fazendo parte do novo perfil educacional que acompanha as necessidades do mercado.

Influenciada pelas mudanças do cenário educacional emergente caracterizado pela disseminação dos computadores nas escolas, a Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF, a partir de 1991, na gestão do prefeito Juraci Magalhães e mediada pela Secretaria da Educação e Cultura, passa a realizar pesquisas nessa área, visando a montar um programa de ação.

Para efetuar referidas pesquisas e ações, formou um grupo de multiplicadores, entre técnicos e professores, que seriam capacitados por meio de estudos, visitas a outros estados e participação em seminários, para idealizar um programa embrionário de inserção dos computadores na rede municipal das escolas de Fortaleza.

Em meados de 1992 surge o primeiro LIE da PMF. Instalado na Escola Ambiental Dr^a Francisca de Assis Canito Frota e com equipamentos financiados pelo MEC, este projeto-piloto atendia crianças de 7^a e 8^a séries provenientes da Rede Municipal. Referido LIE contava com seis computadores, que davam suporte a aulas de operador de microcomputador para adolescentes em situação social de risco, integrantes do projeto SEMEAR, da Fundação da Criança da Cidade – FUNCI/PMF.

Dando continuidade às ações, em agosto de 1995, por meio da Secretaria da Educação e Cultura do Município e do Departamento de Desenvolvimento Curricular, é instaurado um projeto de Informática educativa. Segundo o relatório do Programa, datado em 01 de agosto de 1996, este projeto visava, além da continuidade do atendimento aos alunos, oferecer também aos educadores e funcionários da Escola ambiental um curso de Introdução à Informática, que posteriormente seria expandido aos demais profissionais da Rede.

O ano de 1997 foi caracterizado pela idéia de democratização da tecnologia, com a chegada da Internet e criação do PROINFO – Programa Nacional de Informática na Educação, que beneficiaria escolas das redes municipal e estadual. No mesmo ano, possibilitada com a doação de oito computadores pela coordenação da Kidlink¹², no Brasil surge a Khouse¹³ SEMEAR, que tinha, segundo Freitas (1998,1999), como objetivo, atender a um dos intentos do programa de Informática Educativa da PMF, que é o uso da Internet estimulando a pesquisa, a comunicação e a troca de experiências entre crianças/adolescentes e professores.

Dado o sucesso das primeiras experiências, surge a proposta de expandir o projeto de implantação de LIE para outras escolas da Rede. Assim o PROINFO instala sete LIE em escolas distintas para atender uma maior demanda de jovens.

As ações ora mencionadas foram sintetizadas em 1998, em um documento intitulado Programa de Informática Educativa, que relata as experiências do projeto-piloto da Escola Dra. Francisca Frota e aponta avanços, como a instalação da Internet e a adesão ao projeto Kidlink, o qual, por intermédio da Khouse SEMEAR, promove a democratização do uso da tecnologia e estimula a comunicação e capacitação dos jovens.

Citado documento menciona ainda como foi pensada a introdução dos LIE nas escolas da Rede Municipal e afirma que o Projeto de Informática Educativa da PMF tem como objetivos e metas:

Objetivos:

- ✓ *Capacitar professores para o uso do computador como ferramenta para melhoria do processo educativo;*
- ✓ *Fornecer aos alunos e professores conhecimentos básicos de computação;*

¹²Organização internacional, coordenada por educadores, que trabalham voluntariamente usando a Internet para conectar mais de 50000 crianças e adolescentes em mais de 100 países. (FREITAS:1999).

¹³Projeto da organização Kidlink objetiva a inclusão digital e a comunicação entre jovens de diversos países.

- ✓ *Proporcionar aos alunos os primeiros contatos com a informática, estimulando-os a pensar, criar e pesquisar;*
- ✓ *Oferecer acesso à Internet, ampliando as oportunidades de conhecimento metodologias e pesquisas educacionais;*
- ✓ *Oportunizar aos alunos condições para ingressar no mercado de trabalho.*

Metas:

- ✓ *Capacitação de sete professores da Rede Municipal de Ensino, através do Curso de Especialização em Informática Educativa, na Universidade Federal do Ceará, que atuarão como multiplicadores;*
- ✓ *Instalação de sete laboratórios de Informática nas escolas da rede municipal;*
- ✓ *Capacitação de professores da rede municipal, ministrada pelos multiplicadores da rede municipal para atuarem nos laboratórios instalados;*
- ✓ *Criação de sete Khouses do projeto Kidlink nos laboratórios;*
- ✓ *Realização de convênios com a Universidade Federal do Ceará - UFC, Escola Técnica Federal do Ceará – ETFCE e Universidade Estadual do Ceará – UECE, para capacitação e contratação de 24 alunos bolsistas que atuarão nos três turnos nos laboratórios.*

Vale ressaltar o fato de que, nos documentos das secretarias ou órgãos oficiais da Prefeitura analisados, há sempre a presença de três focos principais: a utilização da abordagem pedagógica, ou seja da Informática educativa; a capacitação de técnicos; e a capacitação de professores da rede em Informática. Valente corrobora este pensamento ensinando que

A introdução da informática na educação, segundo a proposta de mudança pedagógica, como consta no programa brasileiro, exige uma formação bastante ampla e profunda dos educadores. Não se trata de criar condições para o professor simplesmente dominar o computador ou o software, mas sim auxiliá-lo a desenvolver conhecimento sobre o próprio conteúdo e sobre como o computador pode ser integrado no desenvolvimento desse conteúdo. (2002, p.18).

Consoante as diretrizes do PROINFO, cada estado deveria criar um programa estadual de Informática Educativa. No Ceará, foi instituído em 1998 o Programa Estadual de Informatização das Escolas Públicas – Tempo de Aprender Componente Multimeios, ação que viabilizou a criação dos cursos de pós-graduação em Informática educativa.

Assim tendo sido, em 1998, com o início do curso de pós-graduação em Informática educativa na UFC puderam ter início às ações previstas pelo Projeto de Informática Educativa da PMF, no qual seriam formados os primeiros multiplicadores da rede, que dariam suporte ao restante das ações.

Paralelamente ao curso, decisões estruturais foram tomadas para a instalação de equipamentos, seleção de professores, bolsistas e demais providências necessárias, o que culminou, em julho de 1999, com a chegada dos primeiros LIE das escolas da PMF. Em 2000, a PMF já dispunha dos sete LIE implantados e em plenas condições de uso, o que foi o início de um trabalho que se ampliou e se realiza até hoje na realidade das escolas da PMF.

Buscando aprofundar algumas questões pedagógicas, indispensáveis ao entendimento da relação estabelecida entre a tecnologia e a aprendizagem, apontaremos a seguir recortes de modelos educacionais que nos fazem acreditar na potencialidade do uso das TIC na educação.

CAPÍTULO 04

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: NOVAS COMPETÊNCIAS E TECNOLOGIA

A escola encontra-se em urgente mudança. As práticas pedagógicas procuram delinear-se, buscando formas de melhor favorecer a aprendizagem e assim esquadrinham estímulos promissores, novas formas de motivar e nessa busca tentam incorporar novas ferramentas de trabalho, principalmente as tecnológicas, que tanto atraem com sua diversidade de recursos.

Diante deste cenário contemporâneo no qual a escola parece, depois de tantos anos, ter revisto sua práxis, a Educação passa a ter papel fundamental na formação de profissionais para que consigam lidar com essa nova realidade. Segundo Reis (2006), os processos formativos estão sendo cada vez mais focados como alvo das atuais reformas educacionais brasileiras e estas apresentam-se como opções de adaptar os indivíduos para que possam responder de forma eficiente às necessidades mercadológicas.

Nessa perspectiva de formação voltada para o mercado, a escola deve formar cidadãos críticos, democráticos, criativos, dinâmicos e qualificados (LDB – Lei nº 9394/96) e os cursos de formação adequam-se para formar um profissional capaz de lidar com a nova dinâmica da sociedade do conhecimento.

Revistos os papéis da escola, ao tratarmos da temática Informática educativa, precisamos dedicar atenção especial aos professores, agentes importantes para o ensino-aprendizagem, que passam a ter o papel de mediadores, motivadores, criadores de situações que despertem o interesse e possibilitem uma maior significação da aprendizagem.

No decorrer deste capítulo, explanaremos alguns pontos essenciais à discussão da temática da formação de professores, assim como conheceremos o trabalho de alguns agentes sobre assunto para que posteriormente tenhamos condição de nos posicionar crítico/teoricamente e assim contemplar os objetivos de nossa pesquisa.

4.1 O Perfil do Novo Educador

Com a modernização dos procedimentos e rotinas no contexto do mercado, a maioria das profissões passou pela necessidade de se adaptar à nova realidade tecnológica, e assim refez sua prática, incorporando novos conhecimentos e se abrindo para o novo.

Com efeito não poderia, mesmo com certo atraso, ser diferente na educação. O professor, profissional fundamental da área da educação, precisa adequar-se à nova realidade “multimidiatizada”, cheia de atrativos interativos e em constante mutação de seus alunos para que o processo de aprendizagem aconteça de forma expressiva e prazerosa.

Sobre os caminhos para essa adequação, entendemos que todo o trabalho realizado acerca da formação de um educador que assuma novas práticas pedagógicas com o uso de recursos inovadores da tecnologia pode ser considerado uma tarefa em constante elaboração.

Esta formação continuada deve ser pautada em uma prática construcionista-contextualizada, uma formação que, como explica Valente (2002, p.23), é baseada intensamente no uso do computador, realizada na escola onde esses professores atuam, criando condições para que eles apliquem os conhecimentos com os seus alunos.

Perrenoud (2001, p.19) reforça a idéia de formação continuada, quando assegura que *o professor profissional constrói progressivamente as suas competências a partir de sua prática e de uma teorização a sua experiência*. Tardif (2002, p. 12) corrobora essa linha de pensamento, ressaltando que o saber não é uma coisa que flutua no espaço: *o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a sua experiência de vida e com a sua história profissional*.

A gênese das práticas do educador contudo, pode tomar caminhos diversos, que podem seguir flexíveis à sintonia com os interesses pessoais e da comunidade envolvida. Logo, torna-se necessário que o educador conheça alguns modelos de abordagem pedagógica diferentes, que se envolva em maneiras distintas de mediar os processos de aprendizagem, conseguindo assim criar seu modelo de dinâmica educacional.

É necessário que, no processo de formação do professor, haja vivências e reflexões com diferentes abordagens de uso do computador, para que ele possa assim experimentar a dialética da própria aprendizagem e futuramente possa tê-la como aporte para sua prática. Passando por experiências da didática, aplicação e metodologias diversas, o professor pode analisar seus limites e seu potencial, de forma a criar maior autonomia para decidir qual a abordagem com que vai trabalhar.

Partindo dessas idéias acima sobre a formação do professor e norteando-se nas exigências da sociedade contemporânea quanto a uma nova atitude do educador, se faz necessária a concepção de um profissional crítico-reflexivo. O “novo professor” sugere um perfil que organize situações de aprendizagem e que atue em ambientes abertos à elaboração do conhecimento pelo próprio aluno, um professor consciente de um novo conceito de educação e não apenas adepto de novas técnicas de ensinar. Valente (1993c, p.115) considera que o conhecimento necessário para que o professor assuma essa posição “não é adquirido através de treinamento”. É necessário um processo de formação permanente, dinâmico e integrador, que se fará através da prática e da reflexão sobre essa prática – da qual se extrai o substrato para a busca da teoria que revela a razão de ser da prática. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Moran afirma que:

Aprendemos melhor quando vivenciamos, experimentamos, sentimos. Aprendemos quando relacionamos, estabelecemos vínculos, laços, entre o que estava solto, caótico, disperso, integrando-o em um novo contexto, dando-lhe significado, encontrando um novo sentido. (2000, p. 23).

O novo educador reflete e aprende com a própria prática, tem o papel de instigar as percepções do aluno, causar interesse e curiosidade em aprofundar seus conhecimentos, dando uma seqüência lógica aos fatos e desencadeando uma aprendizagem realmente significativa, contextualizada com os interesses dos educandos.

O interesse do próprio professor, seu *habitus*, a percepção e suas experiências serão elementos que influenciarão diretamente em sua prática e envolvimento dos projetos. Na idéia de Perrenoud

No centro das competências profissionais, o habitus de cada professor estrutura-se desde a mais tenra infância através do conjunto de experiências de socializações vividas, com conseqüências tanto para o aluno quanto para o futuro professor. (1992, p.12).

Desse modo também, Tardif (2002, p.22) aponta que os saberes dos professores são construídos ao longo de suas vivências e devem ser considerados como plurais e temporais.

Diante desta nova maneira de pensar o educador e a construção dos seus saberes, faz-se necessária uma formação baseada também na reflexão e na prática, condizente com o profissional que tenciona formar, atrelada aos estudos científicos, mas que dê condições de o docente desenvolver habilidades necessárias ao novo papel que assumirá, o papel de mediador de um público que, segundo Moran (op. cit) não aprecia a demora, quer resultados imediatos e adora pesquisas síncronas, as que acontecem em tempo real e oferecem respostas quase simultâneas.

A formação adequada para promover a autonomia é coerente com um paradigma de preparação de professores críticos-reflexivos, comprometidos com o próprio desenvolvimento profissional e que se envolvam com a implementação de projetos em que serão atores e autores da construção de um prática pedagógica transformadora. (ALMEIDA, 2000, p. 111).

O educador, de certa forma, torna-se um modelo para o educando, pois “vivencia e compartilha com os alunos a metodologia que está preconizando” (VALENTE, 1994, p.19). Sua atitude é a de refletir sobre suas ações, traçando estratégias e definindo os métodos mais adequados para a mediação das atividades, de forma que esta prática se torne essencial e enriquecedora, tanto para si mesmo quanto para o aluno. Como anota Loiola (2000), a função do professor não somente consiste em produzir conhecimentos válidos a propósito do ensino e da aprendizagem, mas também assume o papel de professor reflexivo, ou seja, ele é capaz de controlar situações em parte indeterminadas, flutuantes, contingentes, e criar soluções novas.

Ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em

comunhão, mediatizados pelo mundo (PAULO FREIRE: 1996, p.59).

Na ilustração abaixo explicitamos algumas características do que se espera do novo educador



QUADRO 01: Principais características do novo professor (Fonte: Elaboração própria)

Diante das idéias rapidamente esplanadas até aqui sobre o perfil do novo educador e as novas possibilidades educacionais, entendemos que a tecnologia é uma ferramenta que se enquadra nas novas expectativas educacionais podendo proporcionar resultados de construção e descentralização do conhecimento, assim como sua expansão e divulgação. Resta preocuparmo-nos com a preparação do profissional para atuar com os novos recursos.

A seguir, faremos uma breve discussão a respeito dos caminhos a serem percorridos pelo professor para que possa desenvolver trabalhos utilizando as TIC.

4.2 A Preparação do Educador para a Utilização das Tecnologias Digitais na Educação

O ambiente de sala de aula, tão conhecido por nós, onde o professor sempre executou a maioria de suas atividades com os alunos, adveio de uma educação tradicional, na qual não havia ainda muitos dos recursos hoje conhecidos. Com suporte em estudos, muitos métodos e recursos foram criados para propiciar maior interação e significação aos conteúdos abordados.

Com o avanço da tecnologia, recursos como a televisão e o computador foram rapidamente incorporados ao cotidiano das pessoas e, diante dessa realidade, nada mais objetivo do que utilizar esses elementos a favor da aprendizagem. Moran (2003, p.46) ensina que

(...) a linguagem audiovisual desenvolve atitudes perceptivas: solicita constantemente a imaginação e reinveste a afetividade com um papel de mediação primordial. Afirma ainda que a frente destes novos recursos, o papel do professor amplia-se significativamente. Do professor, que dita o conteúdo, transforma-se em orientador de aprendizagem, em gerenciador de pesquisa e comunicação (...).

O desafio não é apenas ajudar a formar profissionais capazes de selecionar conteúdos, informações e conhecimentos, mas, acima de tudo, profissionais capazes de se adaptarem às novas exigências do mundo globalizado. Não se trata simplesmente de melhorar a transmissão de conhecimentos nem a informatização do processo ensino-aprendizagem, mas significa, como observa Almeida (2000), uma transformação educacional, ou seja, uma *mudança de paradigma, que favoreça a formação de cidadãos mais críticos, com autonomia para construir o próprio conhecimento*. Além dessas capacidades, o novo profissional é chamado a assimilar e manipular competências e habilidades específicas em função do seu perfil profissional.¹⁴

A inclusão das tecnologias digitais no cotidiano da sociedade atual, apontadas por muitos autores, como Perrenoud (2000) e Oliveira (2001), como de

¹⁴ A LDB prevê o estabelecimento de Diretrizes Curriculares para a Educação Básica e Superior no lugar do currículo mínimo antes determinado. Dentro dessa lógica, as diretrizes curriculares contemplam, na sua elaboração, a definição e o desenvolvimento de competências e habilidades para os diferentes níveis de ensino.

grande valia no processo de aprendizagem, preconiza a necessidade da inserção do professor neste contexto educacional que se utiliza de novas ferramentas e baseia-se em abordagens diferenciadas das tradicionais tão conhecidas. Dessa forma, alguns passos são necessários para tornar este processo o mais viável possível. O primeiro, segundo Moran, é facilitar ao máximo o acesso e o conseqüente contato de professores e alunos com ambientes dotados de recursos tecnológicos. O ideal seria que estes ambientes se constituam salas de aula conectadas à Internet e laboratórios bem equipados e também conectados, dando uma estrutura de suporte às ações, de forma que o professor tenha à sua disposição recursos para pesquisa e realização de atividades diversas.

Havendo a disponibilização e facilitação do acesso a estes materiais, o próximo passo, ainda consoante Moran, será uma orientação pedagógica para o uso da Internet e dos programas multimídias para os professores, indicando-lhes como pesquisar e navegar pela Internet conhecendo ambientes virtuais diversos, *sites* de busca, bibliotecas virtuais etc. Ensinar utilizando a Internet exige forte dose de atenção do professor. A navegação precisa de bom senso, gosto estético e intuição, porém é preciso deixar o professor livre, à vontade, para explorar e criar, para que desenvolva suas potencialidades e interesses pessoais pelo trabalho. Fagundes¹⁵ (2004) assinala que a capacitação do professor deve oferecer situações de aprendizagem com as mesmas características das que este terá que proporcionar ao aluno. Deve-se passar sempre ao professor a idéia de

que não tenha medo de errar nem vergonha de dizer “não sei” quando estiver em frente ao micro. O computador não é um simples recurso pedagógico, mas um equipamento que pode se travestir em muitos outros e ajudar a construir mundos simbólicos. O professor só vai descobrir isso quando se deixar conduzir pela curiosidade, pelo prazer de inventar e de explorar as novidades, como fazem as crianças. (Fagundes: 2004).

Acontecendo uma inserção gradual e facilitada do acesso do professor ao uso dos recursos tecnológicos, resta ainda a realização de uma formação continuada e contextualizada com a realidade em que cada educador está inserido.

¹⁵ A professora Lea Fagundes é pioneira no uso da Informática educacional no Brasil, sendo a coordenadora do Laboratório de Estudos Cognitivos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (www.lec.ufrgs.br)

Valente (2003, p. 22) defende o argumento de que a formação do educador deve ocorrer de forma não linear e não isolada das ações, que implante mudanças significativas em sua prática pedagógica proporcionando uma recontextualização daquilo que já sabe, para relacionar, relativizar e assim construir junto com outras personagens o seu conhecimento. O autor completa o pensamento acentuando que

A formação sendo desenvolvida no local de trabalho do professor favorece a criação de uma nova cultura na comunidade escolar e propicia o envolvimento dos demais profissionais (professores, coordenadores, gestores e orientadores pedagógicos), que poderão apoiar e mobilizar para a realização de práticas inovadoras (VALENTE, 2000, p.24).

Quanto a esta formação, Borges Neto (2002) e Oliveira (2002) apresentam quatro competências que consideram básicas para o desenvolvimento das dinâmicas de trabalho por meio das TIC, que são: *conhecimentos em educação, domínio tecnológico, especificidade de formação e transposição didática*. Os primeiro autor, apresenta estas competências, sinteticamente, da seguinte forma:

CATEGORIAS DE FORMAÇÃO	CARACTERIZAÇÕES
<i>Conhecimentos em educação</i>	<i>Conhecimentos gerais sobre o processo educacional em vários níveis: educação infantil, ensino fundamental e médio: questões da psicologia, sociologia e filosofia da educação.</i>
<i>Domínio tecnológico</i>	<i>Domínio dos conhecimentos, pelo menos, básicos acerca da tecnologia a ser utilizada.</i>
<i>Especificidade de formação</i>	<i>Ser especialista em algum nível ou conhecimento no âmbito educacional: matemática, história, física ou ser especialista na educação infantil, por exemplo.</i>
<i>Transposição didática</i>	<i>Passagem que se opera desde a produção do conhecimento até sua transformação em prática escolar, que é conduzida pelo professor.</i>

TABELA 06: Competências básicas para o desenvolvimento das dinâmicas de trabalho através das TIC (Borges Neto: 2002).

Segundo os autores, o professor deve dominar essa ferramenta para poder planejar e atingir seus objetivos pedagógicos, mas não basta que tenha somente uma formação técnica, sendo necessários conhecimentos e o compromisso com a educação.

Moran (2003) e Valente (2003) são unânimes ao apresentar a formulação do conhecimento como um caminho de mão dupla, cheio de idas e vindas, no qual todos os envolvidos no processo participam e crescem juntos. Segundo Moran (op. Cit), o conhecimento, elaborado com base na partir da própria experiência, torna-se muito mais forte e definitivo. Moraes (1997) ainda corrobora o pensamento dos autores, citando que:

O modelo científico da atualidade lembra que qualquer construção é sempre coletiva, destacando a importância de se adotar novos conceitos e princípios de administração voltados para a cooperação, a solidariedade, o respeito e a atenção entre os parceiros alinhados em torno de uma visão comum e de objetivos compartilhados (Moraes: 1997).

Este novo paradigma educacional contempla alunos nascidos já envoltos na tecnologia, que vêem estes recursos em seu dia-a-dia, mas que, segundo Moran (op. cit.), estão acostumados a receber tudo pronto do professor, segundo o modelo tradicional de “dar aula”. Para relacionar-se com este público, que de certa forma também está passando por uma remodelação da transmissão/aquisição do conhecimento, Almeida (op. cit) anota ser necessária atitude reflexiva e inovadora. Logo o profissional necessita ser preparado para incitar em seus alunos posições e competências como “Aprender a aprender”, instigando a curiosidade e o interesse destes, mostrando o quão interessantes podem ser as novas descobertas e a investigação de novos saberes. E ainda: ter autonomia para selecionar as informações pertinentes à sua ação, refletindo sobre situações-problema e, a partir daí, escolher a opção adequada de atuação para resolvê-la; sobre as ações efetivadas, é necessário incentivar os alunos a refletirem sobre os resultados obtidos e depurarem seus procedimentos, reformulando suas ações, buscando assim compreender os conceitos envolvidos ou levantar e testar outras hipóteses. Almeida (2000) entende que

A formação adequada para promover a autonomia é coerente com um paradigma de preparação de professores crítico-reflexivos, comprometidos com o próprio desenvolvimento profissional e que se envolvam com a implementação de projetos em que serão atores e autores da construção de uma prática pedagógica transformadora. (2000, p. 111).

Dessa maneira, faz-se necessária uma análise criteriosa sobre a formação de professores, no nosso caso, os da Rede Municipal de Fortaleza, e a formação de competências para o uso das novas tecnologias na educação, enfatizando o desenvolvimento de uma prática reflexiva, com suporte na análise da articulação entre os cursos de formação e as instituições de ensino. Estes aspectos pretendemos abordar no decorrer desse estudo.

Para melhor entender como acontece, na prática, um programa de formação de professores, no próximo capítulo, descreveremos o CRP e suas ações, na busca da inclusão digital dos professores da PMF.

CAPÍTULO 05

UM NOVO MODO DE PERCEBER A APRENDIZAGEM

Perante um contexto de mudanças das práticas pedagógicas para tendências que se utilizam novos recursos potencializadores da aprendizagem, surge a necessidade de um “novo professor”, com uma atitude diferenciada da que conhecemos e daquela que possivelmente foi educado.

Assim, buscamos neste segmento, entender as novas práticas pedagógicas e sua relação com o desenvolvimento da aprendizagem, focando a tecnologia como ferramenta, e é estribada nessa nova proposta educacional que daremos continuidade ao presente ensaio.

5.1 Computador e Cognição: Novas Perspectivas sobre a Aprendizagem

Cognição: Aquisição de um conhecimento.

(LAROUSSE: 2004, p.192)

Ponderar sobre cognição, significa buscar conhecer como acontece a aprendizagem, de que forma ela pode ser potencializada e mediante quais processos isso pode ser realizado. Assim, procurando conhecer e criar caminhos facilitadores da aprendizagem buscamos relacionar as tecnologias digitais, suas vantagens e atrativos, às teorias pedagógicas/psicológicas conhecidas criando outras práticas.

Carraher (1992,p.17) explica que, “a psicologia cognitiva envolve o estudo das bases do conhecimento humano”. São questões sobre como o homem aprende, como a memória funciona, se há diferenciação do nível de aprendizagem em ambientes diferenciados etc.

Segundo Flavell (1999), não é possível nem desejável definir a cognição, limitando assim seu sentido de maneira precisa ou inflexível. O autor acrescenta que:

...Inclui entidades psicológicas do tipo definido como processos mentais superiores tais como o conhecimento, a consciência, a inteligência, o pensamento, a imaginação, a criatividade, a geração de planos e estratégias, o raciocínio, as inferências, a solução de problemas, a conceitualização, a classificação e a formação de relações, a simbolização e, talvez, a fantasia e os sonhos. (FLAVELL:1999, p. 9)

Ainda na concepção desse autor, a cognição em si não exclui outros processos como os movimentos motores e a percepção, além de outros elementos sociopsicológicos e a linguagem.

Como mencionamos anteriormente, muitos foram as contribuições e estudos a respeito da aprendizagem e várias foram as abordagens e teorias desenvolvidas em virtude dessa visão. Dentre elas, algumas tiveram grande relevância quanto à significação do que entendemos hoje, como a epistemologia genética, que Piaget explica pelos estádios do desenvolvimento humano, o interacionismo de Vygotsky que foca o homem como um ser social e suas relações com o meio, a visão construtivista e interacionista de Henri Wallon, que valoriza as relações entre o “eu” e o “outro” entre outras.

Entendemos que a inteligência funciona seriando, ordenando, fazendo relações. Então, o desenvolvimento se realiza em diversas ações, como andar, falar, usar o computador, ler etc. Reafirmando a questão da relação com o meio, Oliveira (2001) ressalta que, na visão de Vygotsky, *o homem, ao mesmo tempo que age na natureza transformando-a, sofre os efeitos dessa transformação que ele mesmo promove.*

Assim, compreendendo as relações entre o homem e o meio como interação indispensável à construção da aprendizagem, entendemos ser fundamental a viabilização desses processos e criação de recursos e metodologias que dêem a possibilidade de o homem ir além, organizar seus pensamentos e criar, aprendendo cada vez mais. Segundo Jorge R. M. Fróes in Vidal (2002) *a tecnologia modifica a expressão criativa do homem, modificando sua forma de adquirir conhecimento, interferindo assim em sua cognição.*

No Ceará e em Fortaleza, inseridos neste cenário de ebulição dos paradigmas educacionais e aquisição de novas ferramentas, encontramos os educadores. Estes provêm historicamente de um meio tradicional¹⁶ de ensino e se vêem envoltos em uma nova realidade contemporânea que dispõe de recursos e abordagens diferenciadas, novas possibilidades de comunicação e linguagem, além de ser contextualizada em uma ótica também inovadora de construção do conhecimento.

Segundo Carraher (1992) o modelo tradicional de educação trata o conhecimento como um conteúdo, como informações, coisas e fatos a serem transmitido ao aluno. Nesse tipo de abordagem, concebemos o professor como detentor do conhecimento que o repassa ao aluno e esse conhecimento é planejado em módulos, em fatos que podem ser “aprendidos” isoladamente.

Nesse estilo de escola, o que se pode chamar de prática tradicional está na abordagem, na cultura docente, centrada na figura do professor, encarregado de transmitir o conhecimento e acreditando na exposição e memorização e na reprodução do conteúdo por meio de exercícios, e não na resolução de problemas e significação das questões propostas. O aluno é um elemento passivo, que simplesmente recebe e assimila o que é transmitido. Essa linha de ensino difundiu-se no século XVIII, desde o Iluminismo, e tinha por objetivo universalizar o acesso do indivíduo ao conhecimento. Foi considerada não crítica e ultrapassada nas décadas de 60 e 70, mas ainda tem prestígio. Seus defensores enfatizam a noção de que não há como formar um aluno crítico e questionador sem uma sólida base de informação.

Assim, é importante ressaltar que os meios tecnológicos por si só não poderiam mudar a atitude de um professor que repete práticas tradicionais, pois as ferramentas tecnológicas, que poderiam ser aproveitadas para o desenvolvimento de projetos e habilidades do aluno, podem ser usadas como “máquinas de ensinar” e ser tão instrucionistas quanto um caderno.

Estamos tão acostumados a salientar os fatos e informações consideradas “importantes” que

¹⁶ Essa proposta de ensino, com ênfase na memorização, privilegia o conteúdo e é centrada na figura do professor, encarregado de transmitir o conhecimento tratando o aluno como um elemento passivo que recebe e assimila o que é transmitido.

esquecemos a importância de estimular o raciocínio, o pensamento ativo, a reflexão e a descoberta pelo aluno. (CARRAHER,1992, p.15)

O educador dos dias de hoje sente o desejo de inovar, identifica-se com o que chamamos de educação moderna¹⁷, com suas novas ferramentas e possibilidades tecnológicas e interativas, mas sente ainda dificuldade em se adaptar e criar modelos de práticas. Segundo Carraher (1992, p.16), “Fomos criados e educados nesse sistema e continuamos aceitando esta doutrina mesmo sentindo a necessidade de mudar as coisas.” Assim sendo, reforçamos a importância de dedicarmos estudos ao educador, que se encontra em um meio de transição.

Na educação contemporânea, as atividades escolares devem estimular o desenvolvimento de habilidades como senso de análise, senso crítico e reelaboração de conteúdos; como diz Perrnoud (2000, p.128), *Formar para as novas tecnologias é formar o julgamento, o senso crítico, o pensamento hipotético e dedutivo, as faculdades de observação e de pesquisa, a imaginação, a capacidade de memorizar e classificar, a leitura e a análise de textos e de imagens, a representação de redes, de procedimentos e de estratégias de comunicação.*

Para isso, faz-se necessário que o professor esteja apto a interagir com uma série de recursos e inovações técnico-metodológicas, para que consiga extrapolar os modelos tradicionais de educação, buscando fomentar em seus educandos uma compreensão mais profunda dos conteúdos estudados.

É relevante mencionar, ainda, que o educador deve despertar para formas interessantes e eficazes de estimular a aprendizagem. Além dos elementos mencionados anteriormente, é importante enfatizar a formulação do conhecimento apoiada no coletivo. Nesse sentido, a Internet pode favorecer a construção cooperativa, o trabalho conjunto entre professores e alunos, próximos física ou virtualmente, o que corrobora, ainda, por outro prisma, as idéias de Schon apud Valente (2003, p. 24) que afirma ser a atividade prática fundamental para a formação do professor.

Assim sendo, reforçamos mais uma vez a importância de dedicarmos estudos e esforços para o educador, que se encontra em um meio de transição e que está

¹⁷ Chamamos aqui de moderna a proposta de ensino centrada na formulação do conhecimento pelo próprio aluno, pela interação com o meio, no qual o professor é concebido como um facilitador dos processos de aprendizagem e não como detentor do conhecimento.

também aprendendo, descobrindo formas de aplicar a educação. É preciso ousar, ser inventivo, criar projetos interdisciplinares, não lineares, que proponham problemas, que possam ter várias soluções e que acima de tudo dêem chance aos alunos de se identificarem com a temática. Segundo o autor, “se não houve aprendizagem autêntica, o educador tem que mudar de estratégia.”

O mediador deve buscar opções criativas, porém significativas e condizentes com a realidade dos alunos. Pode utilizar, então e de maneira positiva, a tecnologia, e assim dispor de seus recursos multimídias para despertar o interesse dos alunos, usar a comunicação fácil com lugares distantes e a praticidade da pesquisa na Internet ao seu favor. Flavell (1993, p, 20) é muito assertivo quando diz que “...os adultos são incentivadores cognitivos, estimulando e orientando as crianças para que elas sejam tudo o que podem ser”.

Podemos perceber que os modelos modernos de educação se abalizam no modelo cognitivo de aprendizagem, que destaca as construções mentais valorizando a linguagem, o raciocínio, a percepção e o pensamento.

No modelo cognitivo, segundo Carraher (1992), o ensino é visto como um convite a exploração e a descoberta, aprender a pensar sobre os assuntos é mais importante que aprender fatos sobre os mesmo assuntos. Então, cabe aos nossos mestres questionar quais os interesses do seu público e de que forma alcançá-lo. O novo educador reflete e aprende com a própria prática, tem o papel de instigar as percepções do aluno, causar interesse e curiosidade em aprofundar seus conhecimentos, dando uma seqüência lógica aos fatos e desencadeando uma aprendizagem realmente significativa, contextualizada com os interesses dos educandos.

Cabe aos nossos mestres questionar quais os interesses do seu público e de que forma alcançá-lo. Resta ao educador acreditar na educação, dar asas a imaginação e projetar estratégias vitoriosas, que agreguem novas conquistas para seus alunos; lembrar que crianças e adolescentes gostam de superar desafios e também gostam de conhecer coisas novas. Bom é lembrar ainda que a tecnologia pode ser uma grande aliada nesse desafio, na realização de projetos inovadores, interdisciplinares e concretos.

A grande questão é fazer com que os educadores percebam estes novos recursos como aliados à sua prática e assim lancem mão de suas idéias atreladas a

estas facilidades tecnológicas, tornando a aprendizagem mais prazerosa e significativa.

A seguir, dando continuidade às observações pertinentes às questões pedagógicas necessárias ao nosso entendimento sobre as novas práticas, apresentaremos o Centro de Referência do Professor como um dos modelos de formação de educadores.

5.2 O Centro de Referência do Professor: Modelo de Formação

O CRP, segundo descrição do seu próprio *site*¹⁸ e projeto de implantação, caracteriza-se como um órgão da Prefeitura Municipal de Fortaleza, idealizado como um centro de referência para professores, mas que também idealiza um parque de inclusão social, onde o lazer, a cultura e a inclusão digital fazem deste ambiente um movimentado centro de pesquisa e entretenimento.

Hermínio Borges Neto, professor da Universidade Federal do Ceará, ao criar o projeto inicial do CRP, que compõe todos os aspectos, desde sua filosofia, estrutura física, idealização dos ambientes, desenvolvimento e instalação lógica de equipamentos até a metodologia pedagógica a ser aplicada, refere-se ao mesmo como uma Biblioteca Virtual¹⁹ (BV) e afirma que “a Biblioteca Virtual (BV) é um espaço público, concebido para consultas a fontes de informações, em formas virtuais ou digitais”.



FIGURA 01: Atual Logomarca do CRP, idealizada por Daniel Capelo

O CRP situa-se no centro da cidade de Fortaleza, constituindo-se um núcleo de cultura e tecnologia que se propõe a atender aos cidadãos como um todo por meio de programas culturais diversos além do acesso livre à Internet e mais

¹⁸ <http://www.crp.ce.gov.br/>

¹⁹ Chama-se Biblioteca Virtual (BV) a um ambiente onde se possa localizar informações utilizando as chamadas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação – NTIC (Borges Neto:1998)

especificamente ao universo de alunos e professores da Rede Municipal de Ensino, com a disponibilização de recursos tecnológicos, como computadores e Internet, aulas programadas e cursos de formação oferecidos aos docentes da Rede, cursos estes que serão nosso objeto de estudo.

Mencionado Centro, tido como referência para a formação de professores em tecnologias Digitais na educação e acompanhamento de LIEs nas escolas do Município, tem como proposta subsidiar toda a Rede Municipal de Educação de Fortaleza que, hoje, é composta por 212 escolas patrimoniais, 124 unidades anexas e 53 creches, atendendo a 252.908 educandos, o que constitui a terceira maior rede municipal de educação do País, contando com, aproximadamente, 10 mil professores.



FIGURA 02: Fachada atual do Centro de Referência do Professor (Arquivo CRP)

Para tanto, as instalações do Centro, referentes às tecnologias digitais, são compostas por diversas instalações de atendimento ao público, que se compõe de:

- 01 sala de CIC (Centro de Informação ao Cidadão) que se caracteriza como um ambiente equipado com computadores interligados à Internet, com o objetivo de atender à comunidade em geral, acesso do acesso livre e gratuito.

- 03 salas de AVE (ambientes virtuais de ensino) destinados ao atendimento dos alunos da Rede Municipal, por meio de cursos, livre acesso e aulas planejadas pelos professores das escolas municipais. Estas salas também são equipadas com computadores conectados à Internet e outros equipamentos que facilitam a execução das aulas.

- 02 salas de NTE (Núcleo de Tecnologia Educacional). Semelhantes ao AVE, estes ambientes também são bem equipados, possuindo recursos adicionais que propiciam a preparação/elaboração de aulas. É nestes ambientes que ocorrem a formação de professores, por esse motivo, daremos ênfase a eles.



FIGURA 03: Ambientes tecnológicos do Centro de Referência do Professor(Arquivo CRP)

Vale ressaltar que o CRP é dotado, ainda, de espaços com finalidades culturais a serviço da comunidade, como galerias de arte, anfiteatro etc.



FIGURA 04: Ambientes destinados a manifestações culturais do Centro de Referência do Professor. (Arquivo CRP)

5.2.1 NTE - O Ambiente Multiplicador

Segundo *folder* institucional distribuído aos usuários do CRP, o NTE representa “um espaço reservado aos professores da Rede municipal de Ensino, onde são oferecidos Cursos de Informática Educativa, possibilitando a capacitação e o acesso às novas tecnologias de informação”.

O Núcleo de Tecnologia Educacional - NTE é composto por duas salas-ambientes, sendo reservadas, exclusivamente, para capacitação em serviço dos professores municipais em Informática educativa.

Com 30 (trinta) computadores ligados à Internet, no NTE são ofertados, durante o ano, cursos²⁰ que favorecem a formação dos educadores para o uso da moderna tecnologia, agregando um novo conhecimento.

Um dos ambientes - sala de aula - com 12 computadores, é destinado à capacitação de professores por intermédio de cursos. O outro espaço - sala de estudo – destina-se aos professores que queiram realizar atividades pedagógicas individuais avançadas; não necessitando estes de freqüentar os cursos ofertados. Nesse ambiente os professores realizam estudo individual e ou coletivo, fazem pesquisas, planejamentos etc.



FIGURA 05: Sala de aula do NTE do CRP em pleno funcionamento. (Arquivo CRP)

²⁰ Há vasta gama de opções de cursos sendo oferecidos periodicamente pelo CRP. Nos anexos apresentamos um exemplar de grade de cursos oferecidos aos professores da rede.

A estrutura do NTE/Municipal está subordinada à Coordenação Nacional do PROINFO - MEC (Código - CE - 22) e à Coordenação Estadual da Secretaria da Educação Básica do Ceará (Departamento de Educação à Distância), tendo seu corpo docente 13 professores especialistas em Informática educativa.

As capacitações, oferecidas pelo NTE, visam a dar ao professor a fundamentação necessária para que ele possa utilizar o computador como suporte para desenvolver uma nova prática pedagógica. Sobre esta capacitação nos deteremos mais a diante.

5.3 CRP e Informática Educativa: Objetivos e Ações

Quanto aos professores atendidos pelo CRP, existe um projeto de capacitação para a utilização dos laboratórios de Informática educativa das escolas públicas do Município de Fortaleza. A formação continuada de professores em Informática educativa é a proposta maior do CRP. Sobre este ponto discorreremos mais detalhadamente no decorrer do trabalho.

Quanto aos estagiários, a compreensão filosófica do processo pedagógico desenvolvido no CRP se alicerça, segundo definição encontrada em seu *site*, na concepção humanista de desenvolvimento, em que o ser humano constitui a mola mestra do dinamismo social, sintonizado com os grandes avanços científicos e tecnológicos; Empreendendo-se a si próprio, ele conquista a autonomia, tornando-se um cidadão livre, criativo, reflexivo, político e produtivo.

O contexto das atividades pedagógicas, realizadas nos ambientes da Biblioteca Virtual, propõe-se a complementar o conteúdo das atividades escolares, extrapolando os conteúdos curriculares, compondo, assim, um conjunto de aprendizagem contínua de forma atemporal, independente e autônoma, assegurando à seu usuário um progresso individual e uma educação permanente.

Todo o trabalho no CRP é desenvolvido dentro da perspectiva de uma formação permanente e aberta. Assim, conta com o suporte de 50 jovens universitários, criteriosamente selecionados (com a publicação de edital) e capacitados para um estágio de dois anos nos ambientes do CRP.

Universitários de Pedagogia, Informática e dos cursos de licenciatura são orientados, acompanhados e avaliados, para atuarem como formadores na área de Informática educativa, em um processo de formação aberta, profissional e permanente.

5.4 CRP Hoje: Estrutura e Ações para a Formação de Professores em Serviço

Buscamos reconhecer por meio de alguns instrumentos de pesquisa, posteriormente citados, como acontece a formação oferecida hoje aos professores da rede municipal de ensino. Para isso, pesquisamos diversas esferas de profissionais relacionados à esta formação como a Direção do CRP, os professores formadores e os professores em formação.

Procuramos extrair resultados que, indicassem, sob óptica qualitativa, quais caminhos estão sendo seguidos para a inserção do professor ao uso das tecnologias digitais na educação, vislumbrando um resultado produtivo posterior, ou não. Para isso, observamos os formadores do CRP e sua formação para tal, os objetivos principais da formação oferecida, as estratégias utilizadas e o público-alvo a que se dedicam os cursos.

Para melhor reconhecer as estratégias utilizadas, pesquisamos como acontece a formação de professores para o uso das tecnologias digitais no CRP, quais seus objetivos e que resultados são esperados com essa formação. Além disso, verificamos condições estruturais, como aspectos físicos, divulgação, perfil para participação dos cursos, seleção de conteúdos e elaboração da grade de cursos, se há algum incentivo à formação para os professores, até o posterior acompanhamento dos docentes que realizam os cursos.

Observamos, ainda, até que ponto os profissionais pesquisados se sentem preparados para conduzir atividades com o uso das tecnologias digitais, que tipo de formação têm para isso e se existe interesse por parte destes em dar continuidade a esta formação. Finalmente, verificamos a expectativa destes professores a respeito do uso pessoal das tecnologias digitais.

Na pesquisa, utilizamos questionários, observações e entrevistas que serviram de canal para obtenção dos dados. Aplicamos primeiramente questionários

de sondagem para melhor conhecer o trabalho realizado no CRP e assim poder nos inserir no âmbito de ações.

Em seguida, buscando sondar outros detalhes sobre a percepção dos formadores, não transcrita nos questionários, realizamos algumas entrevistas e conversas informais. Outros dois encontros se sucederam dando-nos a oportunidade de observar, entrevistar e coletar informações e materiais.

Para finalizar, participamos de um dos cursos oferecidos pelo CRP na condição de “aluna” o que muito enriqueceu a visão de formação oferecida pelo Centro.

Seguindo a ordem cronológica das aplicações, será descrita em seguida cada um dos resultados obtidos. Apresentaremos primeiramente as tabelas dos questionários aplicados e seus dados quantitativos. Na seqüência comentaremos os dados obtidos.

A pesquisa iniciou-se com um instrumento de sondagem, descrito em nossas opções metodológicas, e nos forneceu os dados descritos a seguir.

5.4.1 Quanto à Concepção da Direção do CRP a Respeito da Estrutura, Profissionais e Objetivos do Projeto Geral do Centro:

CRP - Estrutura física e projeto inicial	
O que é o CRP?	É um espaço destinado à inclusão social e digital.
Objetivos principais do CRP	<ul style="list-style-type: none"> • Atender alunos e professores no uso das TIC; • Inclusão digital para o público em geral; • Programa de inclusão para a 3ª idade; • Formação profissionalizante para jovens; • Disponibilização de espaço para eventos da PMF.

<p>Estrutura física voltada para o trabalho com as tecnologias digitais na educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 03 salas-ambientes para uso dos alunos da PMF, com 33 computadores cada, denominadas AVE – ambientes virtuais de ensino; • 02 salas-ambientes para uso dos professores da rede, com 22 computadores cada uma, denominadas NTE – núcleos de tecnologia educacional; • 01 sala de uso da comunidade em geral para utilização da Internet e softwares diversos, com 15 computadores, denominada CIC – Centro de formação do cidadão.
<p>Recursos disponíveis no CRP para a formação de professores no uso da tecnologia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 44 computadores no NTE; • 02 impressoras (01 por ambiente); • 01 <i>scanner</i>; • 01 <i>webcam</i> por computador; • 01 câmera fotográfica digital; • Gravadoras de CD e DVD; • 02 TVs de 29" (01 por ambiente);
<p>CRP – Profissionais Formadores</p>	
<p>Profissionais responsáveis pela formação de professores para o uso das TIC no CRP</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Professores da rede municipal, com especialização em Informática educativa pela Universidade Federal do Ceará

CRP – Objetivos da formação de professores em Informática Educativa e público-Alvo	
Objetivos da formação	<ul style="list-style-type: none"> • Formar professores para assumirem os laboratórios de Informática das escolas da PMF;
Estratégias utilizadas na formação	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos; • Oficinas; • Estágios em manutenção e planejamento de aulas para aplicação de aulas no AVE ou em suas próprias escolas.
Público-alvo	<ul style="list-style-type: none"> • Professores dos LIE e da rede em geral
Resultados esperados da formação	<ul style="list-style-type: none"> • Professores preparados para assumir os LIE das escolas; • Professores de sala de aula regular inseridos na cultura de IE para trabalhar em conjunto com os LIE.

TABELA 07: Resultados do Questionário I. (Elaboração Própria)

Em nossa pesquisa, grande foi a abertura oferecida pela Direção do CRP no sentido de nos receber, esclarecer dúvidas, responder aos questionamentos e, acima de tudo, oferecer com transparência os materiais por nós solicitados, como documentos, fotos etc.

Assim, a partir das respostas dadas pela Gestão, entendemos que o Centro de Referência do Professor “é um espaço destinado a inclusão social e digital” o que nos leva a compreender que a formação de professores se soma aos objetivos como mais uma das ações dentre outras desenvolvidas.

Como podemos observar no quadro relativo aos objetivos gerais do CRP, a maioria das ações desenvolvidas prioriza a inclusão digital da comunidade como um todo, além de sediar eventos culturais. Especificamente tratando das tecnologias digitais, questão relativa aos professores da Rede, a Direção afirma buscar “atender

alunos e professores no uso das TIC”, o que demonstra uma ousadia hajam vistas as dimensões do público-alvo e a capacidade de atendimento do CRP. Porém exprime o desejo de apoiar alunos e professores para o uso efetivo das tecnologias.

Quanto à estrutura relatada, pelos profissionais e direção do CRP, para o desenvolvimento dos da formação de professores no Centro foi descrita, segundo tabela há pouco introduzida, como suficiente para desenvolver excelentes trabalhos por meio da Informática Educativa.

Entendemos que o Centro oferece, para o atendimento de alunos e professores, 03 salas devidamente equipadas, para o uso dos alunos da Rede e 02 outras dedicadas à formação de professores, para o uso das tecnologias digitais na educação.

Quanto aos profissionais responsáveis pela formação em Informática educativa no CRP, averiguamos que possuem requisitos específicos para a investidura do cargo. Todos são, segundo a Direção, professores da PMF e especialistas em Informática educativa pela Universidade Federal do Ceará.

Quando questionamos sobre os objetivos, especificamente da formação de professores, a Direção do CRP restringiu à formação de professores para assumirem os laboratórios de Informática das escolas da Rede. Como público-alvo, definiu como sendo professores dos LIE e o restante dos professores da Rede.

Várias estratégias de formação foram elencadas, o que nos dá a idéia de que esta preparação percorre, da teoria à prática, várias nuances da nova prática pedagógica em foco.

Quanto aos resultados esperados da formação, percebemos certa dissonância em relação aos objetivos iniciais citados, ao ponto que a Direção espera, além de formar professores para assumir dos LIE, inserir professores de sala de aula regular em uma “cultura de IE para trabalhar com conjunto com os LIE”. Entendemos, com base nestas respostas, que também é objetivo do CRP preparar professores regulares para utilizarem as tecnologias digitais em projetos com seus alunos.

Procurando um entendimento mais aprofundado da formação no CRP, a seguir analisaremos o ponto de vista dos profissionais do Centro que trabalham diretamente com a formação em IE.

5.4.2 Quanto À Concepção dos Professores Formadores sobre os Objetivos, Estratégias e Resultados da Formação:

CRP – Sobre a Formação	
Como acontece a formação	Acontece mediante cursos, oficinas e seminários de forma inicial ²¹ e continuada.
Objetivos da formação	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar professores para o uso das TIC em sala de aula.
Resultados esperados	<ul style="list-style-type: none"> • Espera-se que os professores utilizem as TIC na sua prática pedagógica, • Mudança da visão sobre a formulação do conhecimento; • Promover a utilização dos recursos tecnológicos.
Estratégias utilizadas na formação	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos oferecidos em vários horários, visando a facilitar a participação dos professores; • Sensibilização de gestores para investimento e apoio na formação.
Público alvo	<ul style="list-style-type: none"> • Professores e gestores
Duração e horário dos cursos	<ul style="list-style-type: none"> • Manhã, tarde e noite, com duração de 12 a 30 horas/aula.
Incentivos e gratificações para que o professor participe da formação	<ul style="list-style-type: none"> • Por não existir uma política de formação na PMF, os cursos não

²¹ Os formadores chamam de formação inicial os conhecimentos de inserção ao uso do computador, como conhecer e utilizar pessoalmente planilhas, editores de texto etc.

	<p>podem ser realizados no horário de expediente dos professores;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não há nenhum tipo de ajuda de custo para a realização dos cursos.
Divulgação dos cursos	<ul style="list-style-type: none"> • Site do CRP; • Lista de discussão dos professores; • Divulgação oficial para órgãos competentes; • Boletim Informativo da SEDAS • Boca a boca
Inscrição nos cursos	<ul style="list-style-type: none"> • Individualmente, por telefone ou pessoalmente.
Seleção	<ul style="list-style-type: none"> • Não há seleção, mas alguns cursos possuem pré-requisitos para participação e outros são específicos para professores dos LIE
Estrutura do CRP x estrutura das escolas	<ul style="list-style-type: none"> • É variável, pois algumas escolas tem ótimos equipamentos enquanto algumas não possuem ainda laboratórios.
Seleção de conteúdos dos cursos	<ul style="list-style-type: none"> • Baseada nas necessidades dos professores e inovações dos aplicativos. • Base teórica mesclada à prática.
Aplicabilidade dos cursos e acompanhamento no dia-a-dia das escolas	<ul style="list-style-type: none"> • Ainda não existe um estudo sobre isso. • São realizadas diversas visitas, mas o número de professores e LIE crescem a cada dia não sendo possível um real acompanhamento.

TABELA 08: Resultados do Questionário II. (Elaboração Própria)

A descrição realizada pelos formadores sobre os cursos e estratégias de inserção dos professores no uso da tecnologia, realizados especificamente no CRP, nos leva a entender que existe um bom trabalho sendo desenvolvido no referido Centro, porém verifica-se que ainda é uma ação isolada em relação a falta de estrutura para a realização das ações necessárias.

Quanto aos objetivos da formação, fica evidente que a PMF possui um cuidado com a atualização da prática pedagógica de seu quadro de professores. Assim, quando seus formadores afirmam ser objetivo da formação uma “mudança da visão sobre a construção do conhecimento”, e que “espera-se que os professores utilizem as TIC na sua prática pedagógica”, entendemos que o trabalho realizado com os professores busca tornar a tecnologia uma ferramenta básica de auxílio à feitura do conhecimento em suas escolas, estando sendo preparados seus professores para esta utilização.

A Direção do Centro soma aos objetivos: “formar professores para assumirem os laboratórios de informática das escolas da PMF”, o que nos mostra uma preocupação diferenciada com os profissionais que viabilizam as ações desenvolvidas nos LIE.

Os professores dos LIE trabalham diretamente com a tecnologia disponível na escola, sendo responsáveis pelos laboratórios de Informática e atividades ali desenvolvidas, assim como pela execução de projetos, juntamente com os professores regulares das turmas, o que muitas vezes não ocorre, segundo eles, pela falta de formação dos professores regulares em IE. Professores de LIE são ainda responsáveis em suas escolas pela manutenção básica e preservação dos equipamentos e, em alguns casos, multiplicação do conhecimento em tecnologia para o restante do grupo.

Segundo o documento intitulado *Diretrizes para Educação Básica da Rede Pública Municipal e Lotação de Professores*, em anexo no final deste trabalho, são atribuições do professor(a) do LIE:

Elaborar o projeto pedagógico para o LIE; definir junto à comunidade escolar o funcionamento do LIE, considerando as orientações da SEDAS/CRP e SER; planejar juntamente com o professor regente (da turma ou disciplina) as atividades

pedagógicas a serem desenvolvidas no LIE; registrar e arquivar todas as atividades planejadas e executadas em cada aula; assessorar o professor-regente em suas aulas realizadas no LIE; incentivar e sensibilizar os professores da Escola para o uso pedagógico do LIE; viabilizar a infra-estrutura necessária ao funcionamento regular do LIE, no qual se refere à organização do espaço físico e ao agendamento do atendimento no LIE; realizar pesquisas e estudos para auxiliar no planejamento dos professores, em horários reservados para esta atividade; acompanhar os alunos em seus trabalhos e pesquisas individuais, de acordo com a disponibilidade do LIE; desenvolver projetos na área de Informática Educativa, envolvendo toda a comunidade escolar; zelar pela manutenção, conservação e limpeza dos equipamentos e recursos do LIE; abrir e fechar o LIE no início e no fim do expediente; checar periodicamente todos os equipamentos do LIE; registrar no livro de ocorrências, entradas e saídas de materiais do LIE; participar de reuniões e eventos dirigidos aos professores do LIE; solicitar o atendimento da assistência técnica ao setor competente quando necessário; exigir da SEDAS/CRP e SER o acompanhamento pedagógico para o LIE; contribuir com a formação de todos os professores na área de Informática Educativa (cursos, oficinas, etc.) realizar semestralmente relatórios sobre os trabalhos desenvolvidos no LIE e encaminhá-los à SEDAS/CDE e CRP.

Para que seja possível ao profissional desempenhar as funções há pouco elencadas, é necessária uma formação condizente com suas atribuições funcionais, o que levou a PMF a selecionar critérios para a correta lotação dos professores de LIE, os quais podemos encontrar no Diário Oficial do Município²². Seguem as atribuições necessárias à investidura do cargo, cuja seleção fica a critério da SEDAS/CRP e SER: Estar no exercício do magistério; habilitação com Licenciatura plena; carga horária preferencial de 240 horas, ou no mínimo de 120; possuir Curso de Especialização em Informática Educativa ou formação oferecida pelo Centro de Referência do Professor ou pelo Núcleo de Tecnologia Educacional - NTE, do Estado, com carga horária mínima de 80h/a.

Os professores de LIE, segundo os formadores, participam de uma formação continuada pelo CRP e recebem cursos diferenciados referentes à sua atividade.

²² Diário Oficial do Município, de 08 de fevereiro de 2006 - PORTARIA N° 20/2006 (Em anexo no final do trabalho)

Reportando-nos às estratégias utilizadas na formação oferecida pelo CRP, pudemos verificar que, segundo os formadores, acontecem em diversos níveis desde a “sensibilização dos gestores para investimento e apoio na formação”, até a disponibilização de “cursos oferecidos em vários horários visando facilitar a participação dos professores. A Direção do CRP enfatiza ainda que acontecem oficinas e estágios em manutenção e planejamento de aulas para aplicação de aulas no AVE ou em suas próprias escolas para os professores.

Segundo a equipe responsável, os cursos são divulgados de várias formas para que possam chegar ao público final, os professores em suas escolas. Assim, são utilizados diversos veículos, como Internet, cartazes enviados as escolas e divulgação da tabela de cursos nos boletins informativos da SEDAS.

Os profissionais do CRP afirmam, ainda, que qualquer professor da rede pode participar dos cursos, com exceção de alguns dos cursos que possuem pré-requisitos ou são oferecidos exclusivamente para professores de LIE.

Acentuam também, que há uma preocupação com a disponibilização de vários horários para os cursos, visando a atender todos os professores da rede e que a inscrição nestes pode ser realizada pessoalmente ou mesmo por telefone, buscando facilitar a participação.

Quando indagamos sobre as possibilidades de horários de realização dos cursos e disponibilidade de tempo dos professores para que participem da formação, no entanto, os formadores explicaram que, “por não existir uma política de formação na PMF os cursos não podem ser realizados no horário de expediente dos professores”, o que nos faz entender que um professor que trabalha ou estuda nos turnos manhã, tarde e noite é excluído do processo de formação. Quanto a custos, os cursos são gratuitos, todavia a PMF não oferece nenhuma ajuda de custo para os profissionais que deles queiram participar.

Como descrevemos anteriormente, o CRP dispõe de uma estrutura composta de vários equipamentos que possibilitam a execução do trabalho e o desenvolvimento de projetos em IE, porém os formadores relatam que a estrutura encontrada nas escolas da PMF nem sempre é condizente com a que é verificada nos cursos.

Segundo eles a estrutura das escolas “é variável, algumas escolas tem ótimos equipamentos enquanto algumas não possuem ainda laboratórios”. Podemos avaliar dessa forma o fato de que as escolas que não possuem a mesma estrutura

devem encontrar dificuldades quando tentam por em prática alguns conhecimentos adquiridos no CRP.

Quanto aos conteúdos contemplados nos cursos, os formadores explicam que se baseiam nas necessidades dos professores e que procuram também trazer as inovações tecnológicas disponíveis no mercado. Expressam ainda, que há uma base teórica atrelada a prática.

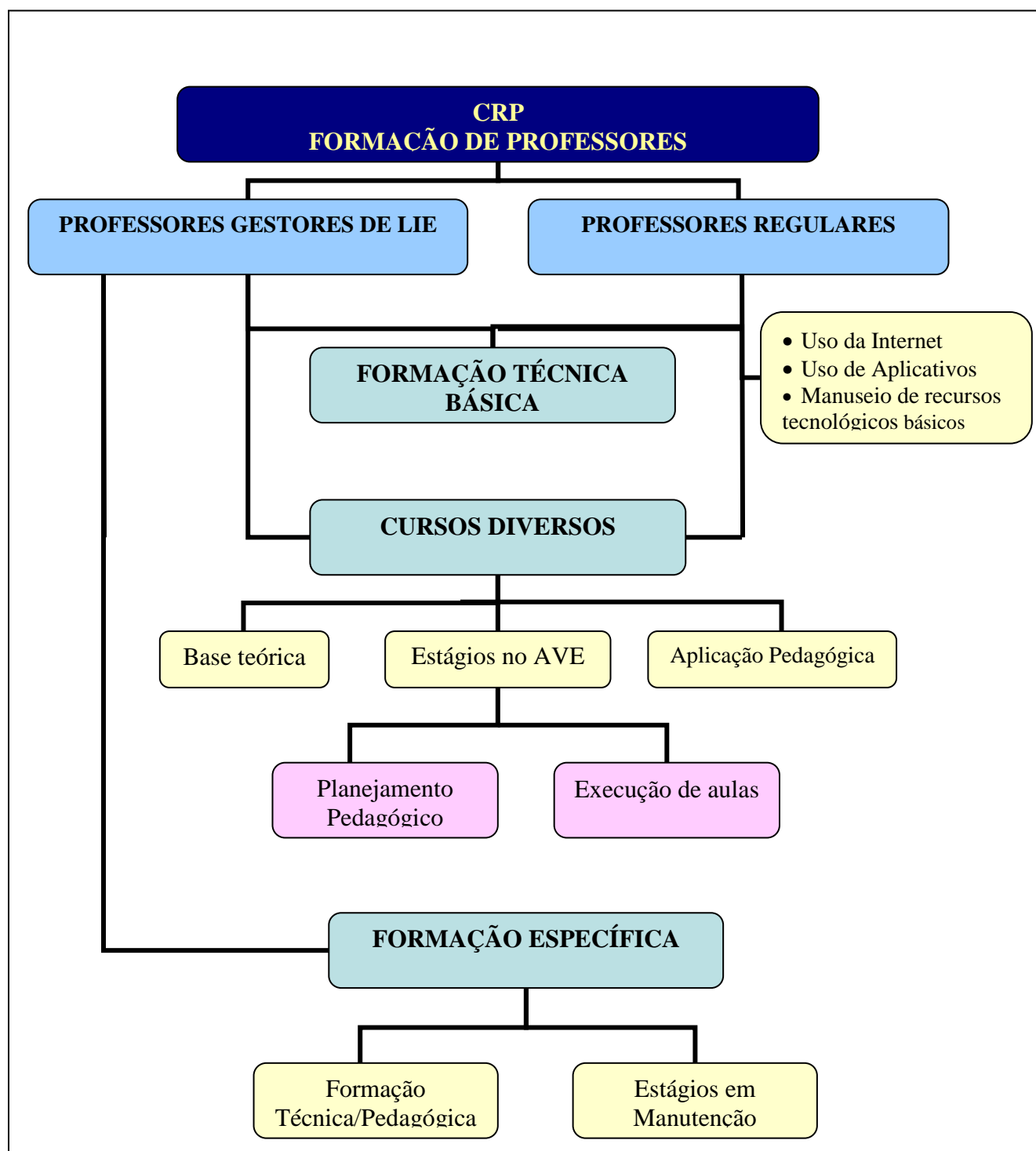
São exemplos de cursos oferecidos aos professores da rede:

- Informática Educativa
- Recursos da Internet na Educação
- Projetos “Colaborativos” e Comunidades de Aprendizagem
- Conhecendo o *Blog*
- *Webquest*: Investigando e Aprendendo no *Cyberespaço*

Tivemos acesso a uma das grades de divulgação de cursos oferecida pelo CRP, a qual contempla informações sobre carga horária, ementa, requisitos, período de realização, turno e professor responsável e pode ser visualizada em anexo no final deste trabalho.

Depois de entendermos o funcionamento dos cursos, assim como sua estrutura física e metodológica, indagamos a respeito da aplicabilidade e acompanhamento posterior das atividades desenvolvidas nas escolas. Os formadores relataram que não existe ainda um estudo a esse respeito, porém são realizadas diversas visitas às escolas. Lamentaram ainda a falta de pessoal suficiente para realizar este acompanhamento, visto que o número de LIE e professores cresce a cada dia.

Diante dos aspectos anteriormente relatados pelos formadores e direção do CRP, sobre a estrutura na qual se apóia à formação por nós inquirida, compreendemos que há algumas categorias de formação as quais tentamos descrever no quadro seguinte de forma sintetizada:



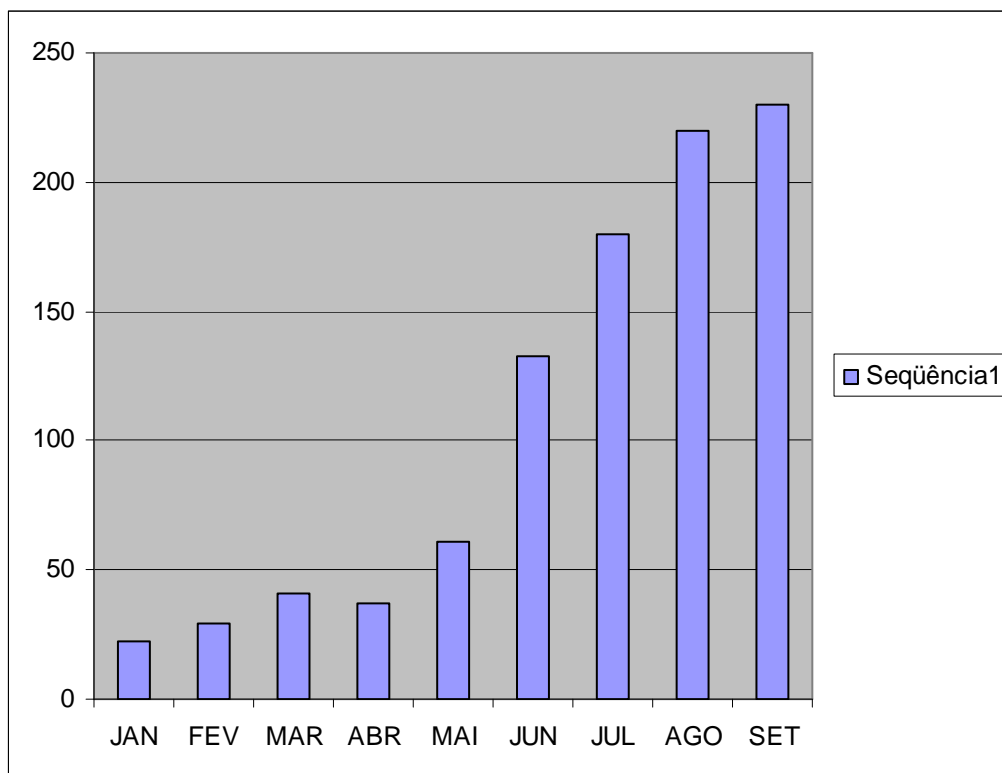
QUADRO 02: Estrutura da Formação em Informática Educativa no CRP. (Elaboração própria a partir das informações obtidas nas entrevistas com profissionais do CRP).

Conforme podemos observar no quadro apresentado, a formação oferecida pelo CRP se divide em três categorias básicas. A primeira é formada por uma gama de conhecimentos elementares, necessários ao domínio inicial do uso da tecnologia pelos professores, conhecimentos estes que propiciam a aproximação deles com a máquina, além de apresentar as primeiras ferramentas dos programas aplicativos, que são os normalmente utilizados pelos usuários comuns.

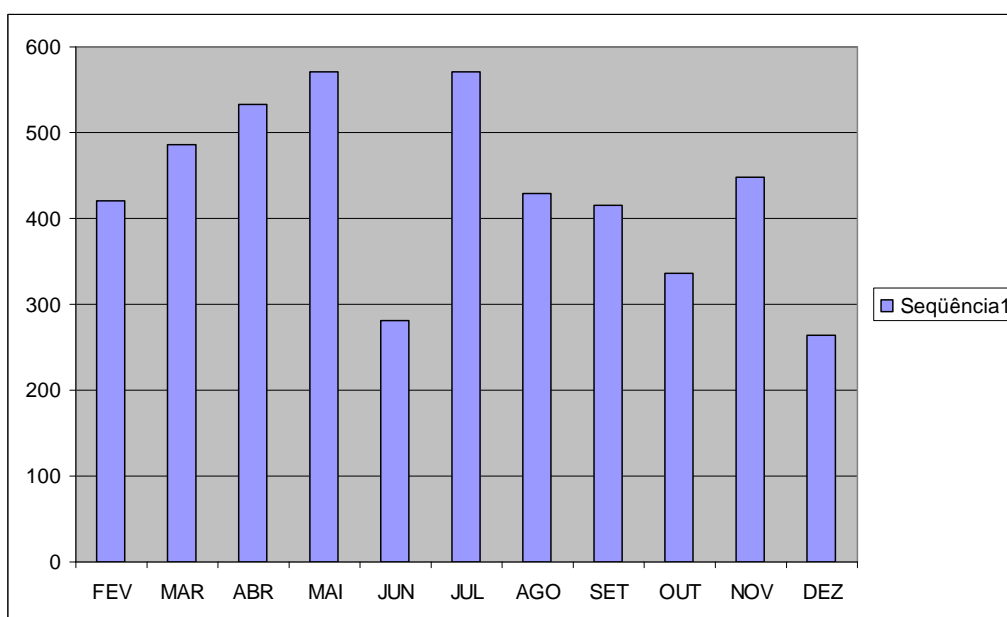
A segunda, composta por cursos diversos, trata de várias temáticas que, assim como a formação básica, é oferecida a todo o público-alvo da formação. Essas temáticas contemplam as necessidades imediatas dos professores, percebidas pelo grupo de formadores, e inovações tecnológicas de mercado podendo assim contemplar aspectos pedagógicos, programas, ferramentas e teorias das mais diversas, como por exemplo, “Aplicações pedagógicas do BLOGGER” e “Ambientes Virtuais de Aprendizagem”.

A terceira aplicação caracteriza-se por ser oferecida especificamente aos professores gestores de LIE, visando a oferecer aos referidos profissionais conhecimento especializado para o gerenciamento destes ambientes. Ela centra-se em duas vertentes essenciais ao trabalho, que são os conhecimentos técnicos/pedagógicos para dar apoio aos projetos a serem executados nos LIE e estágios práticos em manutenção básica de laboratórios, o que minimiza eventuais problemas físicos estruturais dos laboratórios das escolas onde atuarão.

Complementamos nossas informações com dados a respeito da frequência de professores no NTE do Centro de Referência do Professor. Na seqüência, por meio dos gráficos originais obtidos, podemos observar a utilização do NTE nos anos de 2001 e 2007:



QUADRO 03: frequência de professores no NTE no período de nov/00 a set/01



QUADRO 04: frequência de professores no NTE no período de fev/06 a dez/06

Podemos observar que, no ano de sua criação, o CRP teve grande ascensão do número de usuários que nos parece realmente ter gostado da iniciativa e buscado utilizar seus recursos. No segundo quadro, passados 5 anos, é possível

notar que a frequência oscila entre os meses, mas que hoje é bastante superior ao número de acessos do período analisado em 2001.

Para contemplar todos os envolvidos na formação e buscar entender como o público final, no caso os professores da rede, tem percebido e participado dos cursos no CRP, aplicamos o terceiro questionário com estes professores. Selecionamos educadores que já participaram de algum dos cursos que o CRP oferece e obtivemos os resultados a seguir.

5.4.3 Quanto à Concepção dos Professores que já Participaram de Alguém dos Cursos de Formação Oferecidos pelo CRP: Expectativas, Habilidades e Avaliação.

Parte I

	DC	D	N	C	CC
01. Pretendo adquirir o hábito de utilizar o computador.	0%	0%	0%	33,3%	66,6%
02. Tenho interesse em utilizar o computador para enriquecer as aulas.	0%	0%	0%	33,3%	66,6%
03. Acho importante o uso da Internet nas aulas para maior interatividade dos alunos com o conteúdo.	0%	0%	16,6%	16,6%	66,6%
04. Não tenho interesse em mais me informar sobre Informática educativa.	100%	0%	0%	0%	0%
05. Tenho interesse em desenvolver projetos para serem aplicados no Laboratório de Informática.	0%	0%	0%	33,3%	66,6%
06. Não acho relevante o uso de computadores na educação.	100%	0%	0%	0%	0%
07. Sinto-me estimulado(a) a utilizar as tecnologias disponíveis no Laboratório de Informática.	0%	0%	0%	0%	100%
08. Não acho importante o apoio da escola na formação do professor para a utilização da tecnologia.	66,6%	33,3%	0%	0%	0%

09. Caso não haja formação na própria escola, tenho interesse em procurar cursos no mercado.	0%	0%	16,6%	16,6%	66,6%
10. Não acho necessária formação específica nessa área para trabalhar com projetos utilizando o computador.	16,6%	16,6%	66,6%	0%	0%

Legenda:

DC	Discordo Completamente
D	Discordo
N	Neutro
C	Concordo
CC	Concordo Completamente

Parte II

11. Qual sua experiência com computadores?	
0%	Nenhuma
0%	Já fiz curso ou treinamento, mas não tenho contato nenhum há muito tempo;
16,6%	Conheço alguns programas e utilizo esporadicamente;
16,6%	Olho <i>e-mails</i> e navego em alguns <i>sites</i> ;
66,6%	Tenho habilidade com a máquina, utilizando sem dificuldades a Internet e alguns programas.
12. Você conhece e utiliza com facilidade que tipos de programas/recursos?	
66,6%	Aplicativos (Word, Excel, PowerPoint etc)
0%	Educativos (programas de Português, Matemática, etc)
16,6%	Internet e seus recursos básicos (navegação– <i>www</i> , <i>e-mail</i> , <i>messenger</i> , bate-papo etc)
66,6%	Internet e <i>sites</i> educativos

13. Qual seu tipo de acesso ao computador?	
100%	Possuo computador em casa
16,6%	Tenho acesso no trabalho
0%	Freqüento <i>cyber</i> café;
0%	Outros: vizinhos e parentes
14. Seu acesso ao computador inclui o uso da Internet?	
100%	Sim, sempre.
0%	Não, nunca.
0%	Às vezes.
15. Com que freqüência você utiliza o computador?	
66,6%	Diariamente
0%	Uma vez por semana
33,3%	Entre três a seis vezes por semana
0%	Uma vez por mês
0%	Esporadicamente
0%	Nunca havia usado
16. Você tem interesse em fazer algum tipo de formação continuada para o uso de computadores na educação?	
100%	SIM
0%	NÃO
17. Já participou de alguma formação em Informática Educativa anteriormente?	
100%	SIM
3,5%	NÃO
* 33,3% afirmam ter participado da Especialização em Informática educativa da UFC.	
18. No caso de já ter participado de alguma formação, indique onde aconteceu.	
0%	Trabalho
66,6%	Universidade
33,3%	Iniciativa particular (cursos livres)
19. Você tem interesse em participar de um programa de formação	

continuada para o uso de computadores na educação oferecido pela escola onde trabalha?

100% SIM

0% NÃO

20. Qual sua formação?

0% Curso de nível médio;

0% Curso de nível médio em Magistério (Normal);

0% Curso superior em Pedagogia;

16,6% Curso superior em áreas diversas;

16,6% Curso superior de Pedagogia em Regime Especial;

66,6% Curso de Especialização;

21. Na grade curricular de seu curso, havia disciplinas voltadas para Informática educativa?

33,3% SIM

66,6% NÃO

22. Você cursou alguma destas disciplinas?

33,3% SIM

66,6% NÃO

23. Algum de seus professores de graduação utilizava a Informática educativa em suas aulas?

16,6% SIM

83,2% NÃO

24. Você já utilizou algum Software educativo com os alunos?

66,6% SIM

33,3% NÃO

25. Se a resposta for positiva, fale um pouco da impressão que a utilização destes lhe causou.

“Sobretudo com a expectativa dos alunos que mudam o interesse pela aula, a motivação dos mesmos se torna grandiosa.”

“A Wikipedia tem vários links para pesquisa desde o ensino fundamental como para o ensino médio, é riquíssima para a área do conhecimento...”

* 100% dos professores que já utilizaram softwares com seus alunos fizeram

referências positivas quanto a experiência e os resultados.

26. Na sua opinião, qual a importância de se utilizar a Informática Educativa como ferramenta de auxílio a aprendizagem?

“É poder facilitar aos alunos o que é de interesse deles, permitindo uma maior interação entre o conhecimento informado e assimilação do fato informado.”

“É de fundamental importância para enriquecer os conteúdos das disciplinas, pois o mundo virtual está abrangendo os diversos campos do conhecimento e não podemos ficar mais com estudos tradicionais.”

* 100% dos professores reconhece a importância das tecnologias digitais na Educação e consideram sua utilização como de grande valia para o processo de ensino-aprendizagem.

27. Como você ficou sabendo dos cursos de formação do CRP?

50%	Site do CRP
16,6%	Visita ao CRP
16,6%	Divulgação na escola onde que trabalha
0%	Outros

28. Em relação ao conteúdo abordado na formação, que nota você daria para sua aplicabilidade em sua realidade?

66,3%	Bom
0%	Regular
33,3%	Ótimo
0%	Insuficiente

29. Na sua opinião, os cursos são oferecidos em horários viáveis para sua participação?

66,6%	SIM
33,3%	NÃO

* Alguns professores reclamaram pelo fato de trabalharem 240h e por isso não poderem, segundo eles, participar dos cursos.

30. Há incentivo da PMF para que o professor realize esse tipo de formação?

66,6%	SIM
33,3%	NÃO

*Unanimemente os professores acham que a PMF poderia flexibilizar mais os

horários dos cursos, assim como a liberação negociada dos profissionais em horário de serviço.

31. Há algum tipo de acompanhamento posterior à formação para acompanhamento das atividades desenvolvidas nas escolas?

* Segundo depoimento dos professores, não há um acompanhamento das atividades realizadas posteriormente, exceto com os professores dos LIE que participam de reuniões regulares com os coordenadores das secretarias executivas regionais e Secretaria de Educação.

32. Você consegue pôr em prática os conhecimentos adquiridos nos cursos que participou?

33,3%	Sim, pela utilização pessoal de <i>softwares</i> como editores de textos e planilhas.
33,3%	Sim, mediante projetos realizados com o os alunos utilizando recursos aprendidos nos cursos.
0%	Não, não consigo pôr em prática.
16,6%	Em alguns casos, consigo atrelar o conhecimento adquirido nos cursos aos projetos que desejo realizar.

33. Você pode afirmar que os cursos de formação foram responsáveis por sua ida e posterior uso do computador como mediador da aprendizagem?

83,2%	SIM
16,6%	NÃO

TABELA 09: Resultados do Questionário III

Avaliando os resultados dos questionários aplicados aos professores que já participaram de algum dos cursos oferecidos pelo CRP, podemos verificar que a formação oferecida é, de fato, de seu interesse e que de alguma forma estes pretendem trabalhar com seus alunos projetos que utilizem as TIC como ferramenta pedagógica.

Segundo o resultado dos primeiros cinco itens questionados, observamos que há um interesse pessoal dos professores em aprimorar-se no uso do computador e assim enriquecer suas aulas havendo inclusive o desejo de elaborar projetos para serem desenvolvidos no laboratório de Informática de suas escolas.

Observamos ainda, com base nas respostas dos itens 06 e 07, que é consenso entre os educadores questionados a relevância do uso de computadores na educação, assim como o sentimento de estímulo pessoal para trabalhar com a tecnologia disponível no LIE de suas escolas.

Percebemos, segundo o item 08, que a maioria dos educadores acha importante e valoriza o apoio da escola em realizar uma formação para o uso da informática educativa. Constatamos, ainda, segundo o item 09, que a maioria dos professores, com exceção de um pequeno grupo que se mostrou neutro, revela o interesse em buscar esta formação fora da escola.

Quanto ao item 10 do questionário, no qual indagamos sobre a necessidade de uma formação específica para trabalhar com projetos utilizando as tecnologias digitais, mais da metade dos educadores mostrou-se neutra ao opinar e o restante do grupo revelou considerar necessária esta formação.

Percebemos pelas respostas dos itens 11 e 12, que todos os professores já possuem algum tipo de conhecimento sobre o computador, afirmando a maioria delas já utilizar seus recursos, inclusive possuindo habilidades com o uso da Internet. Torna-se relevante, porém, salientar que nenhum dos participantes da pesquisa assinalou conhecer programas educativos como os *softwares* de Matemática ou Português.

Essas informações nos levam a crer que já existe uma pré disposição dos professores quanto a aceitar o computador como ferramenta útil e contemporânea inserida no cotidiano da sociedade, apesar de demonstrarem ser usuários que ainda não conhecem alguns recursos pedagógicos, como *softwares* voltados especificamente para a educação.

Reforçando este dado, os itens 13 e 14 nos dizem que todos os professores questionados já possuem computador em casa e que um pequeno grupo de 16,6% relata ter também acesso ao computador em seu ambiente de trabalho. Além deste dado animador, 100% deles asseguram que seu acesso inclui o uso da Internet e seus recursos, além de a maioria garantir, segundo o item 15, que acessa diariamente o computador. Os Referidos dados nos levam a crer em um avanço na cultura digital relacionada aos profissionais da educação, segundo a amostra observada.

Quanto ao interesse em realizar algum tipo de formação continuada para o uso da tecnologia na educação, 100% deles, ou seja, todo o grupo, diz que sim, que tenciona participar desse tipo de formação e afirmam ainda já ter participado anteriormente de cursos nesse sentido. Importante é salientar que mais da metade dos questionados apontou a universidade como local no qual realizou sua formação em IE e, segundo o item 19, 100% dos mesmos se disseram interessados em participar de um programa de formação continuada que fosse oferecida pela escola onde trabalham.

Observando os itens 20, 21 e 22, compreendemos que todo o grupo questionado possui nível superior e, a respeito da existência de disciplinas voltadas para o uso das tecnologias, mais da metade das professoras disse não existir nada nesse sentido nas instituições onde foram formadas. A maioria afirmou que não cursou nenhuma disciplina sobre o uso da tecnologia para o ensino durante sua formação inicial e quase todos os questionados, 83,2%, afirmaram que, em seus cursos de graduação, seus professores não utilizavam a tecnologia como recurso pedagógico em suas aulas.

Levando em consideração o fato de que o grupo de professores questionado teve como quesito de seleção para participar desta pesquisa haver participado de algum curso de formação em Informática educativa oferecido pelo CRP, questionamos a respeito da aplicação dos novos conhecimentos adquiridos e obtivemos os seguintes resultados: 66% relataram já haver utilizado *softwares* educativos com seus alunos e destes 100% disseram como positivas as experiências de utilização dos recursos tecnológicos em suas aulas.

Quanto à importância da Informática educativa como ferramenta auxiliar do processo de aprendizagem, percebemos, segundo o item 26, que todos os professores em questão reconhecem a importância das tecnologias digitais na educação e consideram sua utilização como de grande valia para o ensino-aprendizagem.

Tratando especificamente dos cursos oferecidos pelo CRP e a percepção dos professores da rede quanto a sua estrutura, podemos extrair as conclusões a seguir.

A respeito da divulgação dos cursos, o item 27 nos mostra que é bastante diversificada, pois metade dos professores ficou sabendo dos cursos de que participou através do *site* do CRP, 16,6% através de visita ao próprio Centro e 16,6% foram informados em suas próprias escolas.

Em relação ao conteúdo abordado na formação e aplicabilidade à realidade das escolas, a maioria do grupo avaliou como bom e 33,3% como ótimo, o que nos dá a idéia de que os cursos oferecidos atendem a necessidade dos professores.

Quanto ao horário de funcionamento dos cursos, o item 29 aponta que a maioria dos professores acha é viável sua participação neles apesar de um grupo de 33,3% discordar e mencionar que trabalham 240h, o que inviabiliza a sua participação.

Relacionado ao incentivo dado ao professor pela PMF para a participação na referida formação, 2/3 dos professores se sentem incentivados a realizar os cursos, porém, unanimemente, acham que a PMF poderia flexibilizar mais os horários dos cursos, assim como a liberação negociada dos profissionais em horário de serviço.

Como podemos analisar no item 31 e 32 do questionário, quanto a um posterior acompanhamento das ações, a formação se limita às atividades realizadas no CRP, quando nos referirmos aos professores regulares, que afirmam não existir um trabalho posterior para aplicação dos novos conhecimentos.

Quando, porém, tratamos dos professores de LIE, estes relatam participar de encontros mensais com os responsáveis dos projetos em IE da PMF que são os coordenadores das secretarias executivas regionais e Secretaria de Educação, o que demonstra maior preocupação com o produto final da formação, que, no caso, é a aplicação dos conhecimentos de forma prática nas escolas.

A respeito da aplicação das novas práticas aprendidas, os participantes mostraram opiniões diferenciadas. Segundo o item 32, 33,3% informaram passar a utilizar o computador de forma pessoal, através do uso de programas, como editores de textos e planilhas. Observamos ainda que a mesma porcentagem de educadores afirmou ter aplicado os novos recursos em projetos com seus alunos, adotando, assim, a nova prática educativa. 16,6% destes, no entanto, mostraram que nem sempre conseguem atrelar os conhecimentos adquiridos aos projetos que deseja realizar.

Finalizando a análise dos questionários e assim a impressão dos professores sobre a formação no CRP, o item 33 mostra que a maioria, 83,2% dos professores que participaram da pesquisa, exprimem que os cursos de formação realizados no referido Centro foram responsáveis por seu ingresso e posterior trabalho com a tecnologia na educação.

Após essa sondagem, foram realizados alguns encontros com os formadores, nos quais pudemos coletar alguns documentos importantes às conclusões de nossa pesquisa, como planejamentos e *folders* explicativos, que podem ser encontrados em anexo no final deste trabalho, além de enriquecer ainda mais nossos conhecimentos por intermédio de conversas informais com eles.

Posteriormente, pudemos realizar uma observação participante, como ouvinte de um dos cursos de formação, no qual enriquecemos ainda mais a percepção acerca do funcionamento dos cursos em questão e descreveremos a seguir.

INFORMAÇÕES SOBRE O CURSO	
NOME	Tecnologia da Informação e Comunicação na Gestão Pedagógica.
CARGA HORÁRIA	24h/a
TURNO OFERECIDO	Manhã ou tarde
PERÍODO	8 a 31 de janeiro de 2007
REQUISITOS	Supervisores e Orientadores Educacionais das Regionais I e III
EMENTA	Discussão da importância de inserir as TIC no contexto escolar como ferramenta de suporte a construção do conhecimento em uma perspectiva teórico-prática de Informática Educativa.

TABELA 10: Informações gerais de um dos cursos da formação em IE. (Elaboração própria a partir das informações obtidas na pesquisa).

Antes do início do curso alguns procedimentos e ações foram realizados com o grupo. Fomos informada de que sempre que chegássemos ao CRP precisaríamos nos identificar na recepção com o número de matrícula da PMF para registro no sistema. Após esta orientação, todo o grupo foi guiado pelos ambientes do Centro de Referência do Professor, recebendo explicações sobre o funcionamento de cada um deles, incluindo as ações posteriores que poderiam ser realizadas com os próprios alunos no AVE.

Em seguida, foi realizada uma dinâmica de apresentação dos participantes do curso. Cujo objetivo adicional era de familiarizar desde o início do trabalho os

participantes do curso, com os elementos do computador, o que mostra uma preocupação com a aprendizagem e contextualização dos conteúdos.

Dando continuidade ao primeiro encontro, foi realizado um diagnóstico da turma, no qual os participantes falaram sobre sua experiência com computadores e condição dos equipamentos disponíveis em suas escolas.

Após o intervalo, os mediadores propuseram a elaboração de um contrato didático²³ que contemplou vários pontos para o bom andamento das aulas como pontualidade, frequência, metodologia etc. Para finalizar, foi apresentado um recorte de vídeo intitulado *Mídias e Educação*.

No decorrer do curso alguns conceitos e ferramentas computacionais foram trabalhados, como o editor de texto *Writer*, *e-mail* e listas de discussão virtuais. A formação também aborda referenciais teóricos e utilizou textos de Borges Neto para trabalhar conceitos de Informática educativa e educação.

Na abordagem pedagógica dos conteúdos, percebemos uma preocupação em atrelar sempre as ferramentas computacionais estudadas com as possibilidades pedagógicas que estas poderiam fornecer à prática do professor. Assim, são exemplo de roteiros explorados nas aulas: abordagem conceitual sobre Informática educativa e vivências; explorando as possibilidades pedagógicas do editor de textos *Writer*; explorando os elementos do *e-mail*; criação de projeto pedagógico.

Quanto ao público que participou do curso, percebemos que possuíam nível de conhecimento computacional bastante diversificado, o que dificultava algumas atividades e permitia a monopolização da máquina por poucos que tinham maior habilidade para desenvolver as atividades propostas aos grupos de trabalho. Percebemos, também, um grande interesse dos participantes e frequência bastante satisfatória do grupo, que não se evadiu das aulas.

O encontro foi muito gratificante, e as pessoas que compareceram mostraram que tencionavam entender melhor o processo para realmente aplicá-lo em sua prática.

Com suporte nos resultados destes instrumentos e base nas leituras realizadas neste estudo, poderemos, no próximo capítulo, chegar a algumas conclusões a respeito da problemática levantada.

²³ Entende-se por contrato didático um compromisso entre educandos e educadores, que reflita sobre a prática de trabalho do professor e considere as necessidades dos alunos, buscando analisar os conteúdos também da perspectiva de quem busca aprender.

CAPÍTULO 06

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluída a pesquisa a que nos propusemos neste trabalho, foi possível chegar a alguns prováveis caminhos e conclusões a respeito da formação de professores para o uso da tecnologia na educação pelo CRP.

Para tanto, analisamos os resultados tabulados nas pesquisas, à luz e reflexão de nossas leituras, e traçamos um paralelo com algumas impressões pessoais decorrentes de experiências presenciais que tivemos a oportunidade de realizar ao longo do trabalho.

Das conclusões extraídas em nossa pesquisa, que ensejou analisarmos mais profundamente os aspectos pedagógicos da formação de professores para o uso das tecnologias digitais, entendemos a necessidade de dedicar estudos à formação docente e assim buscar influenciar positivamente as práticas neste sentido. Faremos, então, algumas considerações acerca desta formação, na tentativa de abrir horizontes para futuras pesquisas.

Em nosso trabalho, mediante vários instrumentos de pesquisa e base teórica por nós adquirida em autores como Borges Neto, Moran e Valente, que discutem a formação de professores para o uso da tecnologia, pudemos constatar que é realizado um trabalho de boa qualidade, no CRP, no que se refere à inclusão digital e formação dos professores da Rede Municipal, em especial, os professores dos LIE, para o desenvolvimento de habilidades que possibilitem o efetivo uso das TIC como ferramentas pedagógicas.

Conhecedora das práticas realizadas nesta formação, faremos algumas considerações acerca dos objetivos propostos no início de nossas investigações.

Sobre os aspectos estruturais da formação, entendemos que há uma preocupação da equipe responsável em: divulgar amplamente a grade de cursos oferecida periodicamente; selecionar conteúdos de acordo com as diversas necessidades dos educadores; disponibilizar cursos com temáticas diferenciadas, proporcionando assim que os professores se encaixem naqueles os quais melhor se identificarem; oferecer cursos em horários diversos, distribuídos nos três turnos, com o intuito de minimizar os problemas de participação dos docentes;

Os aspectos ora elencados são amparados pela fala de Moran (2003), que afirma ser o primeiro passo para o processo de formação dos professores facilitar ao máximo o acesso destes aos recursos tecnológicos, seja nas escolas ou em formações específicas.

Com estas primícias, extraímos como objetivos da formação de professores para o uso da tecnologia no CRP: formar professores para assumir os laboratórios de Informática Educativa das Escolas do Município; capacitar professores de sala de aula regular para o desenvolvimento de atividades, utilizando a tecnologia como ferramenta potencializadora da aprendizagem.

Para tanto, são utilizados diversos tipos de metodologias, como cursos, oficinas e estágios supervisionados para os professores, além de estudo de textos que embasam a formação.

No caso dos professores de sala de aula regular, são oferecidos cursos em diversos níveis e concomitantes, para que haja continuidade e aprofundamento na formação dos que já iniciaram a formação e também possam ser atendidos novos professores ainda não inseridos no uso da tecnologia.

Em relação aos professores gestores de LIE, há maior preocupação no sentido de oferecer uma formação mais específica e aprofundada em conteúdos pedagógicos e também técnicos. Além dos cursos, estes professores participam de estágios relacionados à base técnica e se reúnem mensalmente com uma equipe de responsáveis do CRP/SEDAS, que acompanham as ações desenvolvidas nos LIE.

Os responsáveis por esta formação no CRP são um grupo de professores efetivos da Rede com Especialização em Informática Educativa, pela Universidade Federal do Ceará, e que se revezam nos três turnos, manhã, tarde e noite, para atender às necessidades dos professores que tencionam.

Segundo estes formadores, há uma preocupação de selecionar os conteúdos dos cursos baseados nas necessidades que os professores apresentam e, a partir da criação destas propostas, é oferecida grade de cursos na qual o educador pode escolher o curso que melhor se encaixe em suas carências.

Por serem os cursos ofertados em diversos níveis e objetivos, alguns possuem pré-requisitos, no intuito de selecionar um perfil de público e assim otimizar os resultados do processo de aprendizagem.

Em relação à articulação com as possibilidades técnicas e aplicabilidade dos novos conhecimentos nas escolas, compreendemos que há uma disparidade em relação à disponibilidade de recursos nas escolas, porém esta é causada por motivos alheios à nossa investigação. Segundo os formadores, algumas não possuem sequer computadores, em outras os equipamentos estão defasados e ainda há umas que possuem equipamentos mais modernos do que os disponíveis no próprio CRP.

Assim sendo, não havendo homogeneidade de recursos com o CRP, em geral, não é possível que os formadores apontem para uma aplicabilidade fiel dos conhecimentos adquiridos.

Ainda relacionado à articulação com a aplicabilidade dos novos conhecimentos nas escolas, percebemos que não há um acompanhamento posterior às ações no CRP no sentido de verificar como está sendo a tentativa de implementação das novas práticas desse professor, o que daria um suporte e incentivo às novas práticas. Ainda não há estudos que apontem para os resultados práticos obtidos pela formação e os formadores indicam o pequeno número de profissionais do CRP como principal empecilho para que isso aconteça.

Sobre problemas relacionados à formação, inventariamos aqui algumas das dificuldades apresentadas pelo grupo de professores, e que constatamos durante o período de observação, no que se refere à sua participação na formação para o uso das TIC no CRP: falta de tempo para realizar a formação pois os mesmos muitas vezes tem uma jornada dupla ou até mesmo tripla de trabalho, o que impossibilita a participação nos cursos; Impossibilidade, também em virtude do tempo, de explorar os recursos disponíveis na escola e, principalmente, de elaborar atividades e projetos; mesmo conhecendo os recursos básicos disponíveis na escola, o professor não possui o hábito de desenvolver atividades, utilizando-os, realizando muitas vezes apenas projetos experimentais. Neste momento, a formação se torna imprescindível no sentido de estimular e mostrar novos caminhos e facilidades ao professor; Finalmente, a maior de todas as dificuldades apresentadas pelos educadores é a falta de incentivo da Prefeitura Municipal de Fortaleza, no sentido de adotar uma política efetiva de formação de professores, que possibilite a formação em serviço e que flexibilize as possibilidades a todos os educadores.

Sobre este último item, é importante ressaltar que, mesmo encontrando nos questionários respostas que afirmam o incentivo da PMF para a formação, os educadores e formadores assinalaram não existir uma política de formação que valorize a formação e que, por exemplo, crie opções para que os professores participem da formação em seu horário de serviço.

Reconhecidas as principais dificuldades do processo, e apoiada em alguns autores, como Perrenoud, Valente, Morais e Pimenta, podemos afirmar que a preparação do professor se faz elemento básico para uma inserção e mediação pedagógica eficaz na utilização dos recursos tecnológicos contemporâneos. Nesse sentido, convergimos para a opinião dos educadores, no sentido de que é necessária a criação de políticas públicas que valorizem a formação docente.

Após todos os caminhos por nossa pesquisa percorridos, chegamos à conclusão de que a formação oferecida pelo CRP aos professores da Rede Municipal de Ensino é essencial à inserção desse público no uso da tecnologia e que as ações ali realizadas despertam grande interesse do público focalizado, em virtude do seu compromisso, organização e objetividade.

O grupo de professores pesquisado mostrou-se satisfeito com as atividades realizadas no CRP e demonstrou interesse em dar continuidade à formação, o que nos prova a avaliação positiva das ações realizadas no referido centro.

Apesar de todas as conclusões que pudemos apontar, temos ainda a certeza de que muito pouco foi constatado ante a grandeza da formação de professores para o uso das tecnologias digitais na educação. Cabe à comunidade científica dar continuidade a este tipo de trabalho, buscando sempre conhecer e facilitar a realidade das escolas, educadores e políticas educacionais, no que diz respeito à Informática educativa.

É nosso intuito dar continuidade às nossas investigações, focando outros elementos que perpassam a formação de professores para o uso das tecnologias na educação, seja no âmbito da prática pedagógica, modelos de formação ou ferramentas de educação à distância. Este trabalho é datado e apenas o início de uma investigação acadêmica.

Rematamos expressando que a grande questão é fazer com que os educadores percebam estes novos recursos como meros e simples aliados à sua prática, e para isso, contamos com os programas de formação de professores, grandes aliados da educação, que precisam ser apoiados e reconhecidos como o caminho mais breve para as mudanças das práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAVA, S. (org) **Ciberespaço e formações abertas: rumo a novas práticas educacionais?** Porto Alegre: Artmed, 2002.
- ALMEIDA, Maria Elizabeth de. **Informática e formação de professores.** Brasília: PROINFO, 2000.
- BORGES NETO, H. A informática na escola e o professor. ENDIPE, 11., 1998. Rio de Janeiro, RJ: PUC Rio. **Anais...**, 1998.
- _____. **Biblioteca Virtual – Centro de Referência do Professor.** (algumas idéias para sua concepção e implantação). Fortaleza, 1998.
- _____. Uma classificação sobre a utilização do computador pela Escola. Versão reelaborada. In: Anais- IX ENDIPE. Águas de Lindóia – SP, 1998
- BORGES NETO, H. OLIVEIRA, Sílvia Sales. **Experiências de Formação de Professores em Informática Educativa no NTE do Município de Fortaleza.** In: II Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa da Unifor. Fortaleza: Ed. Unifor. 2002.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96 .** Brasília: 1996.
- _____. **Diretrizes para a formação inicial de professores da Educação básica.** Brasília: MEC, 2000
- BRASIL/MEC/SEED. **Diretrizes do Programa Nacional de Informática na Educação.** Brasília: MEC/SEED, 1997.
- CAROLINO, Soraia Gadelha. **Formação de Professores para o uso das Tic's na Educação: Da Inserção do Professor à Prática Pedagógica.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2004. (Monografia de Especialização)
- CARRAHER, David W. **O papel do computador na aprendizagem.** Acesso: o uso do computador na educação: fundamentos. Recife: UFPE, 1992.
- CHAGAS, Zorália Brito das. **Os Professores dos Laboratórios de Informática Educativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza: Um Retrato da Formação destes Atores Sociais Nas Escolas Públicas De Fortaleza Entre 2000 E 2001.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2002. (Monografia de Especialização)
- COSTA, Rogério da. **A cultura digital.** São Paulo: Publifolha, 2002.
- FAGUNDES, Léa. **Podemos Vencer a Exclusão Digital.** In: Revista Nova Escola, Ed. 172. São Paulo: 2004.
- FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Docência no telensino: saberes e práticas.** São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.
- FLAVELL, John H. **Desenvolvimento cognitivo.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda:1999
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** Editora Paz e Terra – Coleção Leitura. São Paulo. 1996.
- FREITAS, Maria Dulce Brito Rebouças. **O Projeto KIDLINK: Uma Experiência no ceará.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999. (Monografia de Especialização)
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** 3ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** São Paulo, SP:Atlas, 1982.
- LAROUSSE, **Ilustrado da Língua Portuguesa.** São Paulo: Larousse do Brasil, 2004.

- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1998.
- LOIOLA, Francisco A. **A formação do professor: crise e paradigmas do novo milênio**. Fortaleza: UFC, 2000.
- MICHALISZYN, Maio Sergio. **Orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- MORAES, Maria Cândida. Informática educativa no Brasil: uma história vivida, algumas lições aprendidas. In: **Revista Brasileira de Informática na Educação**, n.1. São Paulo: 1997.
- MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. / José Manuel Moran, Marcos T. Masetto, Marilda Aparecida Behrens. – Campinas, SP: Papirus, 2000. (Coleção Papirus Educação).
- NISKIER, Arnaldo. **Tecnologia educacional: uma visão política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- NÓVOA, Antônio. **Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas**. Educação e Pesquisa. Vol. 25 nº1, Campinas: 1999.
- OLIVEIRA, Celina C. de. COSTA, J. W. da. MOREIRA, Mércia. **Ambientes informatizados de aprendizagem: produção e avaliação de software educativo**. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- OLIVEIRA, Ramon de. **Informática Educativa: dos planos e discursos à sala de aula**. 8 ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- PAPERT, Seymour. **A máquina das crianças**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- PAQUAY, Léopold; PERRENOUD, Philippe; ALTET, Marguerite; CHARLIER, Évelyne. **Formando professores profissionais: quais estratégias? quais competências?** Trad. Fátima Murad e Eunice Gruman. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- _____. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- PIMENTA, Selma Garrido. **Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- REBÉLO, PAULO. [Inclusão digital: o que é e a quem se destina?](http://webinsider.uol.com.br/index.php/2005/05/12/inclusao-digital-o-que-e-e-a-quem-se-destina/) Disponível em: <http://webinsider.uol.com.br/index.php/2005/05/12/inclusao-digital-o-que-e-e-a-quem-se-destina/>. Visitada em 15/10/2006.
- QUIRINO, Régia Elvis Ribeiro. **O Projeto Educadi: A Experiência na Escola de Ensino Fundamental Maria da Conceição Porfírio Teles**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2002. (Monografia de Especialização)
- REIS, Roselene Maria de Vasconcelos. **Cartografia da Informática educativa em Fortaleza: mapeando cenários, identificando saberes dos atores formadores e interpretando a trama da história**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2006. (Dissertação de Mestrado)
- SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: o novo designe para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão digital: A miséria na era da informação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SKINNER, Burrhus Frederic. **Tecnologia do ensino**. Tradução de Rodolpho Azzi. São Paulo: Herder, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- TEDESCO, J. (org) **Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza?** São Paulo: Cortez, 2004.
- TEIXEIRA, Alberto. **Internet - transparência da gestão pública municipal: A experiência do estaco do Ceará**. Ceará: Fundação Konrad Adenauer, 2004.
- VALENTE, José Armando (Org.) **Computadores e Conhecimento: repensando a educação**, Campinas, SP: Gráfica da Unicamp. UNICAMP/NIED, 1998. Cap. 1 e 2.
- _____. - **Formação de Educadores para o Uso da Informática na Escola**. Campinas, SP: Gráfica da Unicamp. UNICAMP/NIED, 2003.
- _____. - **O Computador na Sociedade do Conhecimento**. Campinas, SP: Gráfica da Unicamp. UNICAMP/NIED, 2002.
- _____. **Por quê o Computador na Educação**. Campinas, SP: Gráfica da Unicamp. UNICAMP/NIED, 1993.
- VEIGA, Ilma P. de A. al. **Formação de professores: políticas e debates**. Campinas, SP: Papirus, 2002.
- VIDAL, Eloísa Maia. **Educação, Informática e Professores**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

DOCUMENTOS:

- PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA/SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL/COEDUC. **Programa de Informática Educativa da Rede Municipal de Ensino: Por um novo paradigma educacional e social**. Fortaleza:2000.
- SEDAS/COORDENADORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes para Educação Básica da Rede Municipal e Lotação de Professores**. Fortaleza, 2006.



FORTALEZA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ANO LIII

FORTALEZA, 08 DE FEVEREIRO DE 2006

Nº 13.264

PODER EXECUTIVO

GABINETE DA PREFEITA

ATO Nº 0564/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais. RESOLVE nomear, nos termos do art. 11, item II da Lei nº 6.794, de 27.12.1990, do Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicado no DOM nº 9.526 - Suplemento de 02.01.1991, GILBERTO BRAGA TEIXEIRA JÚNIOR, ocupante do cargo de Assessor Técnico, para interinamente e sem acumulação vencimental, responder pela Fundação da Criança e da Família Cidadã - FUNCI, integrante da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza, no impedimento temporário da titular, em férias no período de 14 a 24 de fevereiro 2006. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 02 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0583/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais. RESOLVE tornar nulo e sem efeito o Ato nº 8328/2005, de 17.12.2005, publicado no DOM de 28.12.2005. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 03 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA DE FORTALEZA. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0584/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais. RESOLVE tornar nulo e sem efeito o Ato nº 8329/2005, de 17.12.2005, publicado no DOM de 28.12.2005. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 03 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA DE FORTALEZA. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0585/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais. RESOLVE tornar nulo e sem efeito o Ato nº 8330/2005, de 17.12.2005, publicado no DOM de 28.12.2005. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 03 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA DE FORTALEZA. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0586/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais. RESOLVE tornar nulo e sem efeito o Ato nº 8331/2005, de 17.12.2005, publicado no DOM de 28.12.2005. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 03 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA DE FORTALEZA. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0587/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais. RESOLVE nomear, de acordo com o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e art. 11, item I e artigos 12 e 13 da Lei nº 6.794, de 27.12.1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicado no DOM nº 9526 - Suplemento de 02.01.1991, ROMANA ZÉLIA MOTA SOUSA, aprovada em 177º lugar no Concurso Público, conforme resultado publicado no DOM nº 12.700, de 30.10.2003, na classe inicial de Supervisor Escolar, na referência D-5B, com a carga horária de 240 (duzentas e quarenta) horas, pertencente ao Grupo Ocupacional Magistério (MAG), com lotação no Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, parte permanente da Secretaria Executiva Regional IV, em vagas criadas pela Lei nº 8.070, de 10.10.1997, alterada pela Lei nº 8.811, de 30.12.2003 e Lei nº 8.831, de 10.05.2004. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 03 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0588/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais. RESOLVE nomear, de acordo com o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e art. 11, item I e artigos 12 e 13 da Lei nº 6.794, de 27.12.1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicado no DOM nº 9526 - Suplemento de 02.01.1991, MARIA APARECIDA ARRUDA DIÓGENES, aprovada em 183º lugar no Concurso Público, conforme resultado publicado no DOM nº 12.700, de 30.10.2003, na classe inicial de Supervisor Escolar, na referência D-5B, com a carga horária de 240 (duzentas e quarenta) horas, pertencente ao Grupo Ocupacional Magistério (MAG), com lotação no Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, parte permanente da Secretaria Executiva Regional VI, em vagas criadas pela Lei nº 8.070, de 10.10.1997, alterada pela Lei nº 8.811, de 30.12.2003 e Lei nº 8.831, de 10.05.2004. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 03 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0589/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo nº 1116/2005. RESOLVE colocar à disposição da Câmara Municipal de Fortaleza, com ônus para origem, de acordo com o artigo 82, item III, da Lei nº 6.794, de 27.12.1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicada no DOM nº 9.526 - Suplemento de 02.01.1991, a servidora MARIA DE FÁTIMA BORGES SAMPAIO, matrícula nº 13618-01, Agente Administrativo, lotada no Gabinete da Prefeita, a partir de 10.10.2005 até 31.12.2006. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 03 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **



ATO Nº 0590/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo nº 1246/2005. RESOLVE colocar à disposição da Câmara Municipal de Fortaleza, com ônus para origem, de acordo com o artigo 82, item III, da Lei nº 6.794, de

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 08 DE FEVEREIRO DE 2006

QUARTA-FEIRA - PÁGINA 2

"Bem aventurada é a nação cujo DEUS é o Senhor"

 <p>LUIZIANNE DE OLIVEIRA LINS Prefeita de Fortaleza</p> <p>JOSÉ CARLOS VENERANDA Vice-Prefeito</p>		<p>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</p>  <p>IMPRESA OFICIAL DO MUNICÍPIO CRIADA PELA LEI Nº 461 DE 24 DE MAIO 1952 www.fortaleza.ce.gov.br/serv/diom.asp</p> <p>MARIA IVETE MONTEIRO Diretora</p> <p>AV. JOÃO PESSOA, 4180 - DAMAS FONE: (0XX85) 3452.1746 (0XX85) 3494.5886 Fax: (0XX85) 3494.0116 CEP: 60.425-680 FORTALEZA - CEARÁ</p>
SECRETARIADO		
<p>DEODATO JOSÉ RAMALHO JÚNIOR Procuradoria Geral do Município</p> <p>JOSÉ MENELEU NETO Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento</p> <p>ALFREDO JOSÉ P. DE OLIVEIRA Secretaria de Administração do Município</p> <p>ALEXANDRE SOBREIRA CIALDINI Secretaria de Finanças do Município</p> <p>JOSÉ DE FREITAS UCHOA Secretaria de Desenvolvimento Econômico</p> <p>ALEXANDRE JOSÉ MONT'ALVERNE Secretaria Municipal de Saúde</p>	<p>ANA MARIA DE C. FONTENELE Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social</p> <p>LUCIANO LINHARES FEIJÃO Secretaria Municipal de Desenvolv. Urbano e Infra-Estrutura</p> <p>DANIELA VALENTE MARTINS Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano</p> <p>HENRIQUE SÉRGIO R. DE ABREU Secretaria de Turismo de Fortaleza - SETFOR</p> <p>FRANCISCO JOSÉ CAMINHA ALMEIDA Secretaria Extraordinária do Centro - SECE</p>	<p>MARIA ISABEL DE ARAÚJO LOPES Secretaria de Defesa do Consumidor .</p> <p>MARIANO ARAÚJO FREITAS Secretaria Executiva Regional I</p> <p>ROGÉRIO DE ALENCAR A. PINHEIRO Secretaria Executiva Regional II</p> <p>RAIMUNDO MARCELO C. DA SILVA Secretaria Executiva Regional III</p> <p>FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO Secretaria Executiva Regional IV</p> <p>LUIZ ANTÔNIO ORIÁ FERNANDES Secretaria Executiva Regional V</p> <p>PAULO BARRETO RIBEIRO MINDÉLLO Secretaria Executiva Regional VI</p>

27.12.1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicada no DOM nº 9.526 - Suplemento de 02.01.1991, o servidor ESIO HOLANDA NOGUEIRA, matrícula nº 11257-01, Mecânico, lotado na Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização, a partir de 09.11.2005 até 31.12.2006. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 03 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0591/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo nº 1363/2005. RESOLVE colocar à disposição da Câmara Municipal de Fortaleza, com ônus para origem, de acordo com o artigo 82, item III, da Lei nº 6.794, de 27.12.1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicada no DOM nº 9.526 - Suplemento de 02.01.1991, o servidor JORGE WILSON PORTO FREIRE, matrícula nº 01791-01, Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infra-Estrutura, a partir de 06.12.2005 até 31.12.2006. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 03 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0592/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo nº 1320/2005. RESOLVE colocar à disposição da Câmara Municipal de Fortaleza, com ônus para origem, de acordo com o artigo 82, item III, da Lei nº 6.794, de 27.12.1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicada no DOM nº 9.526 - Suplemento de 02.01.1991, o servidor JOSÉ HUMBERTO A. VASCONCELOS, matrícula nº 01769-01, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infra-Estrutura, a partir de 06.12.2005 até 31.12.2006. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 03 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0593/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo nº 1113/2005. RESOLVE colocar à disposição da Câmara Municipal de Fortaleza, com ônus para origem,

de acordo com o artigo 82, item III, da Lei nº 6.794, de 27.12.1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicada no DOM nº 9.526 - Suplemento de 02.01.1991, a servidora MARIA BEUVANETE B. DE ALMEIDA, matrícula nº 09968-01, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social, a partir de 04.10.2005 até 31.12.2006. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 03 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0594/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo nº 1080/2005. RESOLVE colocar à disposição da Câmara Municipal de Fortaleza, com ônus para origem, de acordo com o artigo 82, item III, da Lei nº 6.794, de 27.12.1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicada no DOM nº 9.526 - Suplemento de 02.01.1991, a servidora ANA LÚCIA DOURADO ARAGÃO, matrícula nº 61788-01, Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social, no período de 26.09.2005 a 31.12.2006. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 03 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0595/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo nº 10349/2005. RESOLVE dispensar a servidora EMANUELLE FÉLIX DE ALBUQUERQUE, como Auxiliar Técnico, com simbologia equivalente a DAS-3, da Comissão de Suporte Técnico, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social, a partir de 03.12.2005. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 03 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0596/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo nº 5068/2005. RESOLVE dispensar o servidor JOÃO BEZERRA RIBEIRO, como Membro, com simbologia equivalente a DNS-2, da Comissão de Plano de Cargos e Carreiras dos Recursos Humanos da Educação, vinculada à

Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social, a partir de 01.12.2005. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 03 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0597/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais, 9710/2005. RESOLVE exonerar, a pedido, nos termos do art. 41, item II, do Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, aprovado pela Lei nº 6.794 de 27.12.1990, o servidor GABRIEL PAULINO SIQUEIRA JÚNIOR, do cargo em comissão de Auxiliar Técnico (Análise de Sistema), símbolo DAS.3, integrante da estrutura administrativa da Secretaria de Finanças do Município, constante do Quadro Permanente - Parte I - Cargo em Comissão, a partir de 21.11.2005. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 03 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0598/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo nº 124982/2005. RESOLVE exonerar, a pedido, nos termos do art. 40, da Lei nº 6.794 de 27.12.1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicado no DOM nº 9526 - Suplemento de 02.01.1991, MARIA NILZETE FARIAS CAVALCANTE, matrícula nº 14474-01, ocupante do cargo de Técnico Auxiliar de Atividades Fazendárias, lotada na Secretaria de Finanças do Município, Quadro Permanente - Parte I - Composta de Cargos do Poder Executivo, a partir de 12.09.2005. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 03 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0599/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais. RESOLVE nomear, de acordo com o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e art. 11, item I e artigos 12 e 13 da Lei nº 6.794, de 27.12.1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicado no DOM nº 9526 - Suplemento de 02.01.1991, DAVID LIMA DA SILVA, aprovado em 89º lugar no Concurso Público, conforme resultado publicado no DOM nº 12.701, de 31.10.2003, na Classe Inicial de Auditor de Tributos Municipais, na Referência 6C, com a carga horária de 180 (cento e oitenta) horas, pertencente à categoria funcional Administração e Controle da Receita Municipal, com lotação no Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, parte permanente da Secretaria de Finanças do Município, em vagas criadas pela Lei nº 8.070, de 10.10.1997, alterada pela Lei nº 8.811, de 30.12.2003 e Lei nº 8.831, de 10.05.2004. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 03 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0600/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo nº 0256/2005. RESOLVE exonerar, a pedido, nos termos do art. 40, da Lei nº 6.794 de 27.12.1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicado no DOM nº 9526 - Suplemento de 02.01.1991, SHEILANE TATIANE MENDES, matrícula nº 54556-01, ocupante do cargo de Agente de Cidadania, lotada na Guarda Municipal de Fortaleza, Quadro Permanente - Parte I - Composta de Cargos do Poder Executivo, 02.08.2005. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 03 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0601/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe Decreto nº 11011, de 03.08.2001. RESOLVE conceder a TÂNIA BARCELAR, passagem aérea de ida e volta no trecho Recife/Fortaleza/Recife, para proferir Palestra de Abertura (Desafios para a Gestão Urbana) no Planejamento Estratégico da Administração Municipal de Fortaleza, para o ano de 2006, que se realizará no período de 05 a 07.02.2006, devendo as despesas correr por conta da Dotação Orçamentária: 24.101.08.122.0016.2226.0001, Elemento 339033.0 (Passagens), Fonte 100, consignada a Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 03 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0602/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais. RESOLVE autorizar o Economista FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA FILHO, Gerente da Célula de Emprego e Renda, DAS-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE, a se deslocar a Brasília/DF., nos dias 7 a 9 de fevereiro, para participar de reunião no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de interesse daquela Secretaria, para tanto arbitrando-lhe três (3) diárias de R\$ 198,00 (cento e noventa e oito reais) cada, perfazendo R\$ 594,00 (quinhentos e noventa e quatro reais), afora passagem aérea Fortaleza/Brasília/Fortaleza, correndo as despesas à conta das Dotações Orçamentárias 04.122.0002.2002.0009 3.3.90.33 (Passagem) e 3.3.90.14 (Diárias), da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE. PAÇO DO GOVERNO MUNICIPAL, aos 03 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0603/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe Decreto nº 11011, de 03.08.2001. RESOLVE atribuir a CLÁUDIO RÉGIS GOMES LEITE, Assistente Administrativo Financeiro da Comissão de Gerenciamento do Programa de Transporte Urbano, a importância de R\$ 396,00 (trezentos e noventa e seis reais), correspondente a 02 (duas) diárias, da Região II, para viagem a Brasília e conceder passagem aérea de ida e volta no trecho Fortaleza/Brasília/Fortaleza, para participar da apresentação do Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social - PREURBIS, junto ao BID, nos dias 07 e 08.02.2006, devendo as despesas correr por conta da Dotação Orçamentária: 15.122.0002.2002.0025, Elemento de Despesa 3390.330100 (Passagem), 3390.140100 (Diárias), consignadas a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infra-Estrutura, pelo orçamento vigente. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 03 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0609/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais. RESOLVE nomear, de acordo com o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e art. 11, item I e artigos 12 e 13 da Lei nº 6.794, de 27.12.1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicado no DOM nº 9526 - Suplemento de 02.01.1991, ES-MERALDINA JANUÁRIO DE SOUSA, aprovada em 173º lugar no Concurso Público, conforme resultado publicado no DOM nº 12.700, de 30.10.2003, na Classe Inicial de Supervisor Escolar, na Referência D5B, com a carga horária de 240 (duzentas e quarenta) horas, pertencente ao Grupo Ocupacional Magistério (MAG), com lotação no Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, parte permanente da Secretaria Executiva Regional I, em vagas criadas pela Lei nº 8.070, de 10.10.1997, alterada

pela Lei nº 8.811, de 30.12.2003 e Lei nº 8.831, de 10.05.2004. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 06 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0610/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais. RESOLVE nomear, de acordo com o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e art. 11, item I e artigos 12 e 13 da Lei nº 6.794, de 27.12.1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicado no DOM nº 9526 - Suplemento de 02.01.1991, VERA LÚCIA MARQUES GOMES DA SILVA, aprovada em 18º lugar no Concurso Público, conforme resultado publicado no DOM nº 12.700, de 30.10.2003, na Classe Inicial de Supervisor Escolar, na Referência D5B, com a carga horária de 240 (duzentas e quarenta) horas, pertencente ao Grupo Ocupacional Magistério (MAG), com lotação no Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, parte permanente da Secretaria Executiva Regional I, em vagas criadas pela Lei nº 8.070, de 10.10.1997, alterada pela Lei nº 8.811, de 30.12.2003 e Lei nº 8.831, de 10.05.2004. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 06 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0611/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo nº 62652/2005. RESOLVE exonerar, a pedido, nos termos do art. 41, item II, do Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, aprovado pela Lei nº 6.794 de 27.12.1990, a servidora VERA LÚCIA MARQUES GOMES DA SILVA, do cargo em comissão de Diretora da EMEIF Professor Martinz de Aguiar, símbolo DAS.2, integrante da estrutura administrativa da Secretaria Executiva Regional I, constante do Quadro Permanente - Parte I - Cargo em Comissão, a partir de 17.11.2005. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 06 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0612/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo nº 71131/2005. RESOLVE exonerar, a pedido, nos termos do art. 40, da Lei nº 6.794 de 27.12.1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicado no DOM nº 9526 - Suplemento de 02.01.1991, FRANCISCO ADRIANO FREITAS QUEIROZ, matrícula nº 56639-01, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Executiva Regional I, Quadro Permanente - Parte I - Composta de Cargos do Poder Executivo, 23.12.2005. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 06 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0613/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo nº 1312/2005. RESOLVE colocar à disposição da Câmara Municipal de Fortaleza, com ônus para origem, de acordo com o artigo 82, item III, da Lei nº 6.794, de 27.12.1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicada no DOM nº 9.526 - Suplemento de 02.01.1991, a servidora ALZIRA GUERRA SALDANHA DE FRANÇA, matrícula nº 05686-01, Médica, lotada na Secretaria Executiva Regional II, a partir de 03.11.2005 até 31.12.2006. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 06 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0614/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo nº 1112/2005. RESOLVE colocar à disposição da Câmara Municipal de Fortaleza, com ônus para origem, de acordo com o artigo 82, item III, da Lei nº 6.794, de 27.12.1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicada no DOM nº 9.526 - Suplemento de 02.01.1991, o servidor FRANCISCO HUMBERTO M. DUARTE, matrícula nº 02334-01, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Executiva Regional III, a partir de 04.10.2005 até 31.12.2006. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 06 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0615/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 11009, de 03.08.2001, e de acordo com o Processo nº 0307/2005. RESOLVE colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Tamboril, dentro dos termos do convênio de Cooperação Técnica e Cessão de Servidores firmado com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, de acordo com o artigo 82, item III, da Lei nº 6.794, de 27.12.1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicada no DOM nº 9.526 - Suplemento de 02.01.1991, o servidor ANTÔNIO MOTA FILHO, matrícula nº 1980.1, Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Executiva Regional III, no período de 01.03.2005 a 31.12.2008 devendo o órgão cessionário comunicar mensalmente ao órgão cedente a frequência do servidor cedido, cuja remuneração mensal será de responsabilidade do órgão de origem, devendo o órgão cessionário ressarcir o referido valor mensalmente ao órgão cedente. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 06 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0616/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 11009, de 03.08.2001, e de acordo com o Processo nº 63977/2005. RESOLVE colocar a disposição da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, dentro dos termos do convênio de Cooperação Técnica e Cessão de Servidores Firmado com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, de acordo com o artigo 82, item III, da Lei nº 6.794, de 27.12.1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicada no DOM nº 9.526 - Suplemento de 02.01.1991, o servidor FRANCISCO ALELUIA PEREIRA, matrícula nº 63514-01, Auxiliar Sanitarista, lotado na Secretaria Executiva Regional III, no período de 05.12.2005 a 28.02.2007, devendo o órgão cessionário comunicar mensalmente ao órgão cedente a frequência do servidor cedido, cuja remuneração mensal será de responsabilidade do órgão de origem, devendo o órgão cessionário ressarcir o referido valor mensalmente ao órgão cedente. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 06 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0617/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo nº 10279/2005. RESOLVE designar, em substituição, MARIA DO SOCORRO LIMA DA CRUZ, como Conselheira do Conselho Tutelar III do Município de Fortaleza, símbolo DAS-1, vinculado à Secretaria Executiva Regional III, no impedimento temporário da titular MARYLENE NOGUEIRA MARQUES, no período de 13.12.2005 a 28.12.2005. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 06 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0618/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais. RESOLVE nomear, de acordo com o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e art. 11, item I e artigos 12 e 13 da Lei nº 6.794, de 27.12.1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicado no DOM nº 9526 - Suplemento de 02.01.1991, RAQUEL MENDES DIAS, aprovada em 185º lugar no Concurso Público, conforme resultado publicado no DOM nº 12.700, de 30.10.2003, na classe inicial de Supervisor Escolar, na referência D 5B, com a carga horária de 240 (duzentas e quarenta) horas, pertencente ao Grupo Ocupacional Magistério (MAG), com lotação no Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, parte permanente da Secretaria Executiva Regional III, em vagas criadas pela Lei nº 8.070, de 10.10.1997, alterada pela Lei nº 8.811, de 30.12.2003 e Lei nº 8.831, de 10.05.2004. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 06 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0619/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais. RESOLVE nomear, de acordo com o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e art. 11, item I e artigos 12 e 13 da Lei nº 6.794, de 27.12.1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicado no DOM nº 9526 - Suplemento de 02.01.1991, ELEMAR DOS SANTOS RODRIGUES, aprovado em 186º lugar no Concurso Público, conforme resultado publicado no DOM nº 12.700, de 30.10.2003, na classe inicial de Supervisor Escolar, na referência D 5B, com a carga horária de 240 (duzentas e quarenta) horas, pertencente ao Grupo Ocupacional Magistério (MAG), com lotação no Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, parte permanente da Secretaria Executiva Regional III, em vagas criadas pela Lei nº 8.070, de 10.10.1997, alterada pela Lei nº 8.811, de 30.12.2003 e Lei nº 8.831, de 10.05.2004. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 06 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0620/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo nº 58365/2005. RESOLVE exonerar, a pedido, nos termos do art. 40, da Lei nº 6.794, de 27.12.1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicado no DOM nº 9.526 - Suplemento de 02.01.1991, ANA VIRGÍNIA PAIVA DAMASCENO, matrícula nº 50288-01, ocupante do cargo de Médica, lotada na Secretaria Executiva Regional III, Quadro Permanente - Parte I - Composta de Cargos do Poder Executivo, a partir de 24.10.2005. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 06 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0621/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe Decreto nº 11011, de 03.08.2001. RESOLVE atribuir a GENÁRIO AZEVEDO FERREIRA, Gerente da Célula de Planejamento Governamental, a importância de R\$ 198,00 (cento e noventa e oito reais), correspondente a 01 (uma) diária, da Região II, para viagem a Brasília e conceder passagem aérea de ida e volta no trecho Fortaleza/Brasília/Fortaleza, para participar de Reunião com os Conselheiros do Projeto PREURBIS, dia 07.02.2006, devendo as despesas correr por conta da dotação orçamentária, constante da Programação 04.122.0002.2002.0003, Elemento de Despesa 33.90.14 - Diárias Civil, 339033 Passagem e Despesa com Locomoção, Fonte 0100, consignadas a Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento - SEPLA, pelo orçamento vigente. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 06 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA**

MUNICIPAL DE FORTALEZA. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

*** **

ATO Nº 0622/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe Decreto nº 11011, de 03.08.2001. RESOLVE atribuir a ROSEMARY CONTI, Presidente da Comissão de Implantação do Conselho de Educação de Fortaleza e Sistema de Ensino, a importância de R\$ 396,00 (trezentos e noventa e seis reais), correspondente a 02 (duas) diárias, da Região II, para viagem a Brasília e conceder passagem aérea de ida e volta no trecho Fortaleza/Brasília/Fortaleza, para representar a Secretária em Reunião Promovida pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNIDIME, no dia 07.02.2006, devendo as despesas correr por conta da Dotação Orçamentária: 24.101.12.122.0002.2002.0023, Elemento de Despesas 339014.0.101 (Diárias Civil), 339033.0.101 (Passagens e Despesas com Locomoção), consignadas a Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 06 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0623/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe Decreto nº 11011, de 03.08.2001. RESOLVE atribuir a ILKA MARIA DE AGUIAR BRAID, Chefe da Equipe de Licenciamento Ambiental, a importância de R\$ 396,00 (trezentos e noventa e seis reais), correspondente a 02 (duas) diárias, da Região II, para viagem a Brasília e conceder passagem aérea de ida e volta no trecho Fortaleza/Brasília/Fortaleza, para participar da apresentação ao PREURBS junto ao BID, nos dias 07 e 08.02.06, devendo as despesas correr por conta da Dotação Orçamentária: 24.122.0002.2002.0024, Elemento de Despesas 339014 (Diárias Civil), 339033 (Passagens e Despesas com Locomoção), consignadas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano - SEMAM. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 06 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0624/2006 - A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe Decreto nº 11011 de 03.08.2001. RESOLVE atribuir a LARISSA ROLIM DE ASSUNÇÃO BÍLIO, Coordenadora de Programas Habitacionais, a importância de R\$ 744,00 (setecentos e quarenta e quatro reais), correspondente a 03 (três) Diárias e Passagens Aéreas, Fortaleza/Brasília/Fortaleza, para participar de reunião que se realizará no período de 07.02.06 a 09.02.06, em Brasília, devendo as despesas de diárias correrem por conta da Rubrica Orçamentária: 16.122.0002.2002.0026, Elemento de Despesa 33.90.14, Fonte 0-100, e as passagens aéreas na Rubrica Orçamentária 16.122.0002.2002.0026, Elemento de Despesa 33.90.33, Fonte 0-100, consignadas à Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza - HABITAFOR. GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 06 de fevereiro de 2006. **Luizianne de Oliveira Lins - PREFEITA DE FORTALEZA. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

COMISSÃO PERMANENTE DE EXECUÇÃO DAS LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

AVISO DE IMPUGNAÇÃO

PROCESSO: Pregão Presencial nº 05/2006.

ORIGEM: Secretaria de Administração do Município - SAM.
 OBJETO: Contratação de empresa pessoa jurídica para a execução dos serviços nas categorias profissionais discriminadas no anexo I deste edital (merendeira, aux. de serviços educacionais, porteiro e zelador), para as creches municipalizadas da Prefeitura Municipal de Fortaleza, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos limites da lei.

O Pregoeiro comunica aos licitantes e demais interessados que a empresa MAP, IMPUGNOU os termos do edital em epígrafe, encontrando-se o referido documento à disposição na Av. Heráclito Graça, 600, Fortaleza-Ce., fones: 3452-3470 e 3452-3471. Fortaleza, 07 de fevereiro de 2006.
Carlos Alberto Coelho Leitão - PREGOEIRO.
 *** **

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

PROCESSO: Pregão Presencial nº 05/2006.
 ORIGEM: Secretaria de Administração do Município - SAM.
 OBJETO: Contratação de empresa pessoa jurídica para a execução dos serviços nas categorias profissionais discriminadas no Anexo I deste edital (Merendeira, Aux. de Serviços Educacionais, Porteiro e Zelador); para as creches municipalizadas da Prefeitura Municipal de Fortaleza, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos limites da lei.
 TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço global.

A Pregoeira comunica aos licitantes e demais interessados que FOI NEGADO PROVIMENTO à IMPUGNAÇÃO apresentado pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - CRA/Ce, encontrando-se a respectiva resposta à disposição dos interessados nos autos do aludido Pregão na Av. Heráclito Graça, 600, Fortaleza-Ce., fones: 3452-3470 e 3452-3471. Fortaleza, 07 de fevereiro de 2006. **Carlos Alberto Coelho Leitão - PREGOEIRO.**
 *** **

AVISO DE DECISÃO DE RECURSO

PROCESSO: Tomada de Preços nº 10/2005.
 ORIGEM: Secretaria Executiva Regional III - SER III.
 OBJETO: Contratação de empresa para a execução dos serviços de urbanização da Lagoa de Porangabussu, localizada nas Ruas Ana Nery, Frei Marcelino e Prof. Nunes de Melo, Bairro: Rodolfo Teófilo.

A COMISSÃO PERMANENTE DE EXECUÇÃO DAS LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei nº 8.666/93 comunica aos licitantes e demais interessados que FOI NEGADO PROVIMENTO ao recurso interposto pela empresa COMBASE ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. A decisão encontra-se à disposição dos interessados em sua sede na Av. Heráclito Graça, 600, Fortaleza-Ce., fones: 3452-3479 e 3452-3480. Fortaleza, 07 de fevereiro de 2006.
Victor Hugo Cabral de Moraes - PRESIDENTE DA CPEL.
 *** **

AVISO DE EDITAL

PROCESSO: Tomada de Preços nº 01/2006.
 ORIGEM: Instituto de Previdência do Município - IPM.
 OBJETO: Contratação de empresa para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, quando necessária, nos equipamentos médico-hospitalares instalados na clínica de atendimento básico do IPM.
 TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço global.

A COMISSÃO PERMANENTE DE EXECUÇÃO DAS LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, comunica que os envelopes contendo a documentação de habilitação e propostas de preços serão recebidos no dia 23 de fevereiro de 2006, no horário compreendido entre 08h20 às 08h30, em sua sede situada na Av. Heráclito Graça, 600, Fortaleza-Ce. O

Edital em seu texto integral poderá ser lido e obtido no endereço acima mencionado e as informações sobre o edital através dos telefones (85) 3452-3470 e 3452-3471. Fortaleza, 07 de fevereiro de 2006. **Victor Hugo Cabral de Moraes - PRESIDENTE DA CPEL.**
 *** **

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: Pregão Presencial nº 02/2006.
 ORIGEM: Instituto de Previdência do Município - IPM.
 OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de material instrumental odontológico para as clínicas do IPM.
 TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço por item.

A Pregoeira comunica que o credenciamento e os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação serão recebidos no dia 21 de fevereiro de 2006, no horário compreendido entre 08h20 e 08h30, na Av. Heráclito Graça, 600, Fortaleza-Ce., e iniciada a abertura dos envelopes de propostas de preços às 08h30. O edital poderá ser lido e obtido no endereço acima mencionado e as informações sobre o mesmo serão dadas através dos telefones (85) 3452-3470 e 3452-3471. Fortaleza, 07 de fevereiro de 2006. **Larissa Maria Fernandes Gaspar - PREGOEIRA.**
 *** **

AVISO DE REALIZAÇÃO DE TESTE

PROCESSO: Concorrência nº 05/2005.
 ORIGEM: Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e de Cidadania de Fortaleza - AMC.
 OBJETO: Contratação de pessoa jurídica, para execução dos serviços de desenvolvimento, locação, instalação, operação e manutenção de equipamentos e sistema de gerenciamento e controle de infrações de trânsito, com opção de aquisição dos equipamentos e licença de uso permanente dos programas necessários para o bom funcionamento do sistema, através de procedimentos de transferência de tecnologia. 01.01 - Equipamentos fixos de fiscalização eletrônica para registro automático de infrações de avanço de sinal vermelho, parada sobre a faixa de pedestres, excesso de velocidade e de conversão à esquerda ou retorno, em locais proibidos pela sinalização, nas aproximações de interseções com controle semaforico, envolvendo a infra-estrutura necessária para fins de autuação por excesso de velocidade, avanço de sinal vermelho, parada sobre a faixa de pedestres, e por conversão à esquerda ou retorno em locais proibidos pela sinalização nas aproximações de interseções com controle semaforico.

A COMISSÃO PERMANENTE DE EXECUÇÃO DAS LICITAÇÕES comunica às empresas abaixo relacionadas, as novas datas para realização dos testes nos locais onde estão instalados os equipamentos referentes ao processo em epígrafe, conforme determinação do titular da AMC:

EMPRESAS	DIA	HORÁRIO
TRANA Construções	08.02.2006	23h
FOTOSENSORES		
Tecnologia Eletrônica Ltda	09.02.2006	23h
ELISEU KOPP & Cia Ltda	10.02.2006	23h

Maiores informações na sede da Comissão, na Av. Heráclito Graça, 600 - Fortaleza-Ce, fones: 3452-3479 e 3452-3480. Fortaleza, 07 de fevereiro de 2006. **Victor Hugo Cabral de Moraes - PRESIDENTE DA CPEL.**
 *** **

AVISO DE SOLICITAÇÃO DE MUDANÇA DE DATA PARA AJUSTES DE EQUIPAMENTO

PROCESSO: Concorrência nº 05/2005.
 ORIGEM: Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e de Cidadania de Fortaleza - AMC.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica, para execução dos serviços de desenvolvimento, locação, instalação, operação e manutenção de equipamentos e sistema de gerenciamento e controle de infrações de trânsito, com opção de aquisição dos equipamentos e licença de uso permanente dos programas necessários para o bom funcionamento do sistema, através de procedimentos de transferência de tecnologia. 01.01 - Equipamentos fixos de fiscalização eletrônica para registro automático de infrações de avanço de sinal vermelho, parada sobre a faixa de pedestres, excesso de velocidade e de conversão à esquerda ou retorno, em locais proibidos pela sinalização, nas aproximações de interseções com controle semafórico, envolvendo a infra estrutura necessária para fins de autuação por excesso de velocidade, avanço de sinal vermelho, parada sobre a faixa de pedestres, e por conversão à esquerda ou retorno em locais proibidos pela sinalização nas aproximações de interseções com controle semafórico.

A COMISSÃO PERMANENTE DE EXECUÇÃO DAS LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, comunica aos interessados que a empresa FOTOSENSORES TECNOLOGIA ELETRÔNICA LTDA., encaminhou solicitação de autorização a fim de que possa utilizar os dias 07, 08 e 09 (os mesmos dias concedidos aos demais licitantes) para realizar os ajustes no equipamento do processo em epígrafe, e que o referido pedido encontra-se à disposição dos interessados em sua sede na Av. Heráclito Graça, 600. Contatos pelo fone: 3452-3470 ou 3452-3471. Fortaleza, 07 de fevereiro de 2006.
Victor Hugo Cabral de Morais - PRESIDENTE DA CPEL.
*** **

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: Pregão Presencial nº 04/2006.
ORIGEM: Empresa de Trânsito e Transporte Urbano S/A - ETTUSA.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para locação de 35 rádios portáteis, com carregador e 02 (duas) baterias para cada rádio sendo 01 (uma) reserva, incluindo a habilitação dos rádios, para o serviço de radiocomunicação móvel, conhecido como trunking, cuja cobertura seja a região metropolitana de Fortaleza.
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço global.

O Pregoeiro comunica que o credenciamento e os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação serão recebidos no dia 20 de fevereiro de 2006, no horário compreendido entre 13h30 e 13h40, na Av. Heráclito Graça, 600, Fortaleza-Ce., e iniciada a abertura dos envelopes de propostas de preços às 13h40. O edital poderá ser lido e obtido no endereço acima mencionado e as informações sobre o mesmo serão dadas através dos telefones (85) 3452-3470 e 3452-3471. Fortaleza, 07 de fevereiro de 2006.
Newton Farias de Albuquerque - PREGOEIRO.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SER IV**AVISO DE PROSSEGUIMENTO**

PROCESSO: Tomada de Preços nº 03/2006.
ORIGEM: Secretaria Executiva Regional IV - SER IV.
OBJETO: Contratação de empresa para a execução dos serviços de recuperação de drenagem, pavimentação em pedra tosca e calhas nos diversos logradouros, sob jurisdição da Secretaria Executiva Regional IV.

A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA comunica aos licitantes e demais interessados que às 08h30 do dia 10 de fevereiro de 2006 dará

continuidade ao procedimento licitatório referente ao processo em epígrafe. Fortaleza, 07 de fevereiro de 2006. **Victor Hugo Cabral de Morais - PRESIDENTE DA CPEL.**

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

TERMO DE RESCISÃO DE ESTÁGIO - De acordo com o requerimento assinado pela estagiária em 31.01.2006, o Termo de Compromisso para Concessão de Bolsa de Complementação Educacional, firmado entre a Procuradoria Geral do Município - PGM, com a interveniência da Universidade de Fortaleza - UNIFOR e a aluna CÍNTIA MUNIZ REBOUÇAS, fica rescindido a partir de 31.01.2006, em conformidade com o que dispõe a Cláusula Oitava do referido Termo. GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, em 1º de fevereiro de 2006. **Deodato José Ramalho Júnior - PROCURADOR GERAL.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO

ATO Nº 0565/2006 - O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.178, de 22.04.2002 e conforme Processo nº 55595/2005. RESOLVE, autorizar, nos termos do artigo 2º da Lei nº 7.555, de 29.06.1994, o pagamento da Gratificação de Titulação Acadêmica - GTA, ao servidor ROBERTO JOSÉ CUNHA, Médico, matrícula nº 11187-02, lotado na Secretaria Executiva Regional I - CIES Prof. José Reboças Macambira, no percentual de 60% (sessenta por cento), a partir de 13.10.2005. GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, em 02 de fevereiro de 2006. **Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**
*** **

ATO Nº 0566/2006 - O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.178, de 22.04.2002 e de acordo com o Processo nº 35984/2005. RESOLVE, autorizar, nos termos do artigo 2º da Lei nº 7.555, de 29.06.1994, o pagamento da Gratificação de Titulação Acadêmica - GTA, ao(a) servidor(a) LAURICE SEMIRAMIS BARBOSA DE AQUINO, Fisioterapeuta, matrícula nº 63053-01, lotado(a) na Secretaria Executiva Regional I - CS Floresta, no percentual de 50% (cinquenta por cento), a partir de 11.07.2005. GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, em 02 de fevereiro de 2006. **Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**
*** **

ATO Nº 0567/2006 - O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.178, de 22.04.2002 e conforme Processo nº 37394/2005. RESOLVE, autorizar, nos termos do artigo 2º da Lei nº 7.555, de 29.06.1994, o pagamento da Gratificação de Titulação Acadêmica - GTA, a servidora MÁRCIA CARDINALI ARANHA PEREIRA, Nutricionista, matrícula nº 63088-01, lotada na Secretaria Executiva Regional I - CS Carlos Ribeiro, no percentual de 50% (cinquenta por cento), a partir de 19.07.2005. GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, em 02 de fevereiro de 2006. **Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**
*** **

ATO Nº 0568/2006 - O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.178, de

22.04.2002 e conforme Processo nº 9105/2005. RESOLVE, autorizar, nos termos do artigo 2º da Lei nº 7.555, de 29.06.1994, o pagamento da Gratificação de Titulação Acadêmica - GTA, ao servidor ANTÔNIO MICHAEL TENÓRIO FREIRE, Médico, matrícula nº 61495-01, lotado na Secretaria Executiva Regional III - UBASF Ivana de Sousa Paes, no percentual de 60% (sessenta por cento), a partir de 01.03.2005. GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, em 02 de fevereiro de 2006. **Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0569/2006 - O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.178, de 22.04.2002, e de acordo com o Processo nº 34585/2005. RESOLVE, autorizar, nos termos do artigo 2º da Lei nº 7.555, de 29.06.1994, o pagamento da Gratificação de Titulação Acadêmica - GTA, a servidora SHEYLIANE GADELHA MOREIRA MATOS, Fisioterapeuta, matrícula nº 63112-01, lotada na Secretaria Executiva Regional III, no percentual de 50% (cinquenta por cento), a partir de 05.07.2005. GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, em 02 de fevereiro de 2006. **Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0570/2006 - O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.178, de 22.04.2002, e de acordo com o Processo nº 17305/2005. RESOLVE, autorizar, nos termos do artigo 2º da Lei nº 7.555, de 29.06.1994, o pagamento da Gratificação de Titulação Acadêmica - GTA, ao servidor JOSÉ ESTELITA PINHEIRO DE AGUIAR, Médico, matrícula nº 55601-01, lotado na Secretaria Executiva Regional IV, no percentual de 60% (sessenta por cento), a partir de 13.04.2005. GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, em 02 de fevereiro de 2006. **Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0571/2006 - O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.178, de 22.04.2002 e conforme Processo nº 29905/2004. RESOLVE, autorizar, nos termos do artigo 2º da Lei nº 7.555, de 29.06.1994, o pagamento da Gratificação de Titulação Acadêmica - GTA, a servidora ELISVÂNIA RODRIGUES DA SILVA, Médica, matrícula nº 60595-02, lotada na Secretaria Executiva Regional V - UBASF Fernando Diógenes, no percentual de 60% (sessenta por cento), a partir de 19.07.2004. GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, em 02 de fevereiro de 2006. **Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0572/2006 - O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.178, de 22.04.2002 e de acordo com o Processo nº 42206/2005. RESOLVE, autorizar, nos termos do artigo 2º da Lei nº 7.555, de 29.06.1994, o pagamento da Gratificação de Titulação Acadêmica - GTA, a servidora VERLÂNIA MARIA DE AZEVEDO GOMES, Farmacêutica, matrícula nº 22972-01, lotada na Secretaria Executiva Regional V, no percentual de 50% (cinquenta por cento), a partir de 14.10.2004. GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, em 02 de fevereiro de 2006. **Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0573/2006 - O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.178, de

22.04.2002 e conforme Processo nº 5258/2005. RESOLVE, autorizar, nos termos do artigo 2º da Lei nº 7.555, de 29.06.1994, o pagamento da Gratificação de Titulação Acadêmica - GTA, ao servidor JÚLIO MARCOS CALDAS, Médico, matrícula nº 62110-01, lotado na Secretaria Executiva Regional V - UBASF João Elísio Holanda, no percentual de 60% (sessenta por cento), a partir de 03.02.2005. GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, em 02 de fevereiro de 2006. **Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

ATO Nº 0574/2006 - O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.178, de 22.04.2002 e conforme Processo nº 44135/2005. RESOLVE, autorizar, nos termos do artigo 2º da Lei nº 7.555, de 29.06.1994, o pagamento da Gratificação de Titulação Acadêmica - GTA, ao servidor JOSÉ JOSIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR, Médico, matrícula nº 45568-02, lotado na Secretaria Executiva Regional VI - HD Edmilson Barros de Oliveira, no percentual de 60% (sessenta por cento), a partir de 22.08.2005. GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, em 02 de fevereiro de 2006. **Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.**

*** **

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO - Extrato do Termo de Compromisso de Estágio que entre si celebram o Município de Fortaleza, a Secretaria do Meio Ambiente e Controle Urbano - SEMAM, a Secretaria de Administração do Município - SAM, e o estagiário abaixo subscrito. OBJETO: Concessão de estágio não curricular e remunerado ao estudante de nível médio como incentivo à formação profissional, teórica e prática. VIGÊNCIA: 03.10.2005 à 02.10.2006. RECURSOS: Próprios do concedente. ASSINAM O PRESENTE TERMO: **A SECRETÁRIA DA SEMAM - CONCEDENTE - Daniela Valente Martins. A SECRETÁRIA DA SAM - INTERVENIENTE - Ana Maria de Carvalho Fontenele. OS CONVENIADOS - CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE DO PROGRAMA NACIONAL DO PRIMEIRO EMPREGO e a E.E.F.M. CENTRO EDUC. DOM HÉLIO CAMPOS,** e o estagiário:

FELIPE DA SILVA CARVALHO.

*** **

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇO Nº 15/2005 - Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Serviço nº 15/2005, que fazem entre si a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com a intervenção da Secretaria de Administração do Município e a empresa SOLUÇÃO - SERVIÇOS, COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA., vencedora do lote 12 do Pregão Presencial nº 22/2005 (Processo nº 496/2005-SAM). CONTRATANTE: O Município de Fortaleza neste ato representado, em razão do Decreto nº 10.917/2001, pelo titular da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, inscrita no CNPJ sob o nº 03.322.598/0001-23, Senhor José de Freitas Uchoa, inscrito no CPF sob o nº 016.562.283-00, residente e domiciliado nesta capital, na Av. Antônio Sales nº 3252, Apto. 1503. INTERVENIENTE/FISCALIZADOR: Secretaria de Administração do Município representada por seu titular Alfredo José Pessoa de Oliveira, CPF nº 293.855.203-34, residente e domiciliado nesta capital, na Rua Fonseca Lobo, 1355, Aldeota. CONTRATADA: SOLUÇÃO - Serviços Comércio e Construção Ltda., inscrita no CNPJ nº 05.531.239/0001-01 com sede na cidade de Eusébio, Ceará, na Rua Santa Adélia, 170, Centro, representada pela Sra. Mariléia Braga de Almeida, Sócia-Gerente brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 291.057.492-04 e RG sob nº 8.379.669, residente à Rua: Coronel Jucá, 1470, Apto. 304, Aldeota, Fortaleza-Ceará. Aos 8 dias do mês de fevereiro de 2006, as partes acima mencionadas e qualificadas pactuam o presente termo aditivo ao Contrato de Serviço nº 15/2005, cuja celebração foi autorizada pelo despacho de fls. 2615 a 2636, do Processo Administrativo nº 496/2005-SAM

(Pregão Presencial nº 22/2005), doravante denominado processo, que reger-se-á pela Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as modificações posteriores e no Decreto Municipal nº 11.773, de 07 de janeiro de 2005, pelos termos da proposta de preços da Contratada e do Ato Convocatório, e atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRÉSCIMO: Acrescesse ao Contrato de Serviço nº 15/2005 a importância de 11,55% sobre o valor inicial do contrato, referente à implementação de mais 01 (um) profissional na categoria de Zelador, com valor mensal total de R\$ 771,79 (setecentos e setenta e um reais e setenta e nove centavos); e de 01 (um) profissional na categoria de Eletricista, com valor total mensal de R\$ 1.058,00 (um mil e cinquenta e oito reais). CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fulcro no § 1º, art. 65, que reza sobre acréscimos e supressões nos contratos administrativos da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores. CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se todas as cláusulas e condições do Contrato de Serviço nº 15/2005, não alteradas pelo presente termo. CLÁUSULA QUARTA - DO FORO: Fica eleita a comarca da capital do estado do Ceará como foro do presente aditivo, em renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas deste instrumento. Para firmeza e validade do que foi estipulado, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, perante a duas testemunhas que o assinam, depois de lido e achado conforme. Fortaleza, 08 de fevereiro de 2006. CONTRATANTE: **José de Freitas Uchoa - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. INTERVENIENTE - Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO. CONTRATADA - Mariléia Braga de Almeida - SOLUÇÃO - SERVIÇOS COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA.**

GUARDA MUNICIPAL DE FORTALEZA

PORTARIA Nº 06/2006 - O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 186 e seguintes da Lei nº 6.794, de 27 de dezembro de 1990 - Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza. RESOLVE designar os servidores municipais, SIOMARA MÁRCIA DE ARAÚJO SOUZA, Presidente, matrícula nº 55.391.1, WAGNER PEREIRA VALDIVINO, Secretário, matrícula nº 51.7961.1, para comporem a Comissão de Sindicância Administrativa, a fim de promover a apuração sumária dos fatos que deram origem ao Processo nº 01/06, para apurar conduta irregular (colisão de viatura). Sindicância a que se refere a presente portaria deverá ser concluída no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação. Publique-se, registre-se e cumpra-se. Fortaleza, em 25 de janeiro de 2006. **José Arimá Rocha Brito - DIRETOR GERAL.**
*** **

PORTARIA Nº 07/2006 - O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 186 e seguintes da Lei nº 6.794, de 27 de dezembro de 1990 - Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza. RESOLVE designar os servidores municipais, SIOMARA MÁRCIA DE ARAÚJO SOUZA, Presidente, matrícula nº 55.391.1, WAGNER PEREIRA VALDIVINO, Secretário, matrícula nº 51.7961.1, para comporem a Comissão de Sindicância Administrativa, a fim de promover a apuração sumária dos fatos que deram origem ao Processo nº 02/06, para apurar conduta irregular (discriminação pessoal). Sindicância a que se refere a presente portaria deverá ser concluída no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação. Publique-se, registre-se e cumpra-se. Fortaleza, em 25 de janeiro de 2006. **José Arimá Rocha Brito - DIRETOR GERAL.**
*** **

PORTARIA Nº 08/2006 - O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 186 e seguintes da Lei

nº 6.794, de 27 de dezembro de 1990 - Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza. RESOLVE designar os servidores municipais, SIOMARA MÁRCIA DE ARAÚJO SOUZA, Presidente, matrícula nº 55.391.1, WAGNER PEREIRA VALDIVINO, Secretário, matrícula nº 51.7961.1, para comporem a Comissão de Sindicância Administrativa, a fim de promover a apuração sumária dos fatos que deram origem ao Processo nº 03/06, para apurar insubordinação (recusa de deslocamento). Sindicância a que se refere a presente portaria deverá ser concluída no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação. Publique-se, registre-se e cumpra-se. Fortaleza, em 25 de janeiro de 2006. **José Arimá Rocha Brito - DIRETOR GERAL.**
*** **

PORTARIA Nº 09/2006 - O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 186 e seguintes da Lei nº 6.794, de 27 de dezembro de 1990 - Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza. RESOLVE designar os servidores municipais, SIOMARA MÁRCIA DE ARAÚJO SOUZA, Presidente, matrícula nº 55.391.1, TADEU PEIXOTO FELICIANO, matrícula nº 51.798.1, Membro, para comporem a Comissão de Sindicância Administrativa, a fim de promover a apuração sumária dos fatos que deram origem ao Processo nº 05/06, para apurar conduta funcional incompatível. Sindicância a que se refere a presente portaria deverá ser concluída no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação. Publique-se, registre-se e cumpra-se. Fortaleza, em 01 de fevereiro de 2006. **José Arimá Rocha Brito - DIRETOR GERAL.**
*** **

PORTARIA Nº 10/2006 - O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 186 e seguintes da Lei nº 6.794, de 27 de dezembro de 1990 - Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza. RESOLVE designar os servidores municipais, SIOMARA MÁRCIA DE ARAÚJO SOUZA, Presidente, matrícula nº 55.391.1, TADEU PEIXOTO FELICIANO, matrícula nº 51.798.1, Membro, para comporem a Comissão de Sindicância Administrativa, a fim de promover a apuração sumária dos fatos que deram origem ao Processo nº 06/06, que trata de possível insubordinação (recusa de deslocamento). Sindicância a que se refere a presente portaria deverá ser concluída no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação. Publique-se, registre-se e cumpra-se. Fortaleza, em 01 de fevereiro de 2006. **José Arimá Rocha Brito - DIRETOR GERAL.**
*** **

PORTARIA Nº 11/2006 - O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 186 e seguintes da Lei nº 6.794, de 27 de dezembro de 1990 - Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza. RESOLVE designar os servidores municipais, SIOMARA MÁRCIA DE ARAÚJO SOUZA, Presidente, matrícula nº 55.391.1, TADEU PEIXOTO FELICIANO, matrícula nº 51.798.1, Membro, para comporem a Comissão de Sindicância Administrativa, a fim de promover a apuração sumária dos fatos que deram origem ao Processo nº 07/06, que trata de possível conduta irregular funcional (desentendimento entre Guardas). Sindicância a que se refere a presente portaria deverá ser concluída no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação. Publique-se, registre-se e cumpra-se. Fortaleza, em 02 de fevereiro de 2006. **José Arimá Rocha Brito - DIRETOR GERAL.**
*** **

PORTARIA Nº 12/2006 - O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere o art. 44, do Regimento Disciplinar da Guarda Municipal de Fortaleza (RDGMF). RESOLVE elogiar aos Guardas e Subinspetores.

Nº FUNC.	MAT.	NOME
364	2410	Trajano Augusto F. Barbosa

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 08 DE FEVEREIRO DE 2006

QUARTA-FEIRA - PÁGINA 10

486	2760	João Cirio de Moraes
176	3027	Daniel Nunes Fernandes
396	5389	Francisco de Assis Chaves
38	5925	Arnaldo Alves de Aquino
255	7334	Raimundo Rodrigues Lopes
72	7805	José de Alencar de Carvalho
299	9208	Epifânio de Queiroz Louro Neto
117	9431	Tarcísio Xavier
120	10500	Valdir Soares de Freitas
127	11005	Antônio Luiz Rocha
97	11354	Josias Marques da Costa
278	11819	José Olavo Pinto da Silva
322	11822	Haroldo Santos da Silva
150	11854	José Everardo dos Santos
307	12071	Jocélio Cavalcante Silva
388	12356	Cícero Aginaldo S. de Vasconcelos
143	12981	Francisco Valdecio de Sousa Lopes
365	14454	Francisco Aurimar Rodrigues Guimarães
343	15620	Antônio Segio de Melo Zuza
314	17414	Paulo Henrique Rodrigues Pinto
254	17478	Raimundo Paixão dos Santos
453	17575	Francisca Aldenir Neres Moreira
270	17849	Izaías Costa Azevedo
311	18156	Eronildo Moura Rodrigues
308	18380	Aureliano Marques da S. Neto
363	18743	Paulo Marcelo Silveira
260	18957	Valdenir Felix Moreira
294	19106	Geovanne Nunes de Matos
241	19186	Marcos Aurélio Pereira da Silva
317	21321	Joaquim Severino da Silva
682	24845	Nazareth Almeida Brandão
528	55241	Cláudio Lopes Barbosa
669	55316	José Roberto dos Santos Monteiro
508	55325	Maychael Oáira Medeiros da Silva
522	55337	Antônio Ernandes Rodrigues Ferreira
716	55381	Reginaldo Abreu de Almeida
837	56037	José Elias Alves Júnior
848	56065	Miguel Bezerra de Sousa
749	56071	Paulo Sérgio Albano do Vale
743	56108	Francisco de Assis Araújo
750	56109	Francisco de Assis Ferreira Nascimento
556	56148	José Ramos Ferreira Filho
775	56160	Jorge Luiz Lins Fernandes
1023	60100	Afonso Barbosa dos Santos Filho
1018	60113	Antônio Pereira Farias
905	60123	Antônio Ricardo Júnior
889	60127	Danielle Nogueira da Silva
924	60131	Eric Severiano Gomes
1028	60133	Ezequiel Reinaldo da Silva Brito
904	60183	Sueli Nascimento Sousa
975	60203	Leticia de Farias
968	60210	Glaudejane Teixeira Almeida
957	60203	Demetrio Silva de Aquino
921	60233	José Alves Pereira Júnior
960	60337	Jidackson Morais Martins

Por garantirem a segurança durante a Festa de Reveillon, no aterro da Praia de Iracema, confirmado na Cl. nº 016/06 da Chefe da Unidade Operacional da GMF, Sra. Cristiane Oliveira Correia. Publique-se, registre-se e cumpra-se. Fortaleza, em 03 de fevereiro de 2006. **José Arimá Rocha Brito - DIRETOR GERAL.**

*** **

PORTARIA Nº 13/2006 - O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere o art. 44, do Regimento Disciplinar da Guarda Municipal de Fortaleza (RDGMF). RESOLVE elogiar aos Guardas e Subinspetores.

Nº FUNC.	MAT.	GRAD.	NOME
590	60.091	SI.	Marcelo David Almeida
930	60.177	GD.	Claudemir de Brito Freitas
992	60.112	GD.	Antônio José Soares de Lima
867	56.119	GD.	Francisco Valderi de Araújo
935	60.238	GD.	Márcia M. Vieira Evangelista
948	60.224	GD.	Francisco Rômulo C. Félix
898	60.128	GD.	Edson da Costa Figueiredo
719	55.288	GD.	Aloísio Francisco de Araújo
297	18.138	GD.	Geraldo A. Policarpo de Oliveira
910	60.230	GD.	Jarde Gleyça de Sousa Penna
945	60.116	GD.	Cícero de Sousa Marinho
934	60.159	GD.	Marcelo Alves Batista

Conforme solicitação da Chefe da Unidade Pessoal (UNIP) da GMF, Lia Gondim Araújo, pela nobreza dos servidores mencionados, emprestada à Campanha de Doação Voluntária de Sangue. Publique-se, registre-se e cumpra-se. Fortaleza, em 03 de fevereiro de 2006. **José Arimá Rocha Brito - DIRETOR GERAL.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 13/2006-G.S - O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que determina o Decreto nº 11.976, de 12 de janeiro de 2006. RESOLVE reconhecer a dívida em favor da empresa INSTITUTO SOL DE DES. PROJ. E EMPREENDEDORISMO LTDA., referente ao exercício financeiro de 2005, diferença de reequilíbrio, no valor de R\$ 162.789,10 (cento e sessenta e dois mil, setecentos e oitenta e nove reais e dez centavos), cujo dispêndio será classificado no Projeto/Atividade 10.122.0002.2002.0022 Elemento de Despesa 33.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores, Fonte de Recurso 102, consignada à Secretaria Municipal de Saúde, pelo orçamento vigente. GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO - SMS, em 31 de janeiro de 2006. **Luiz Odorico Monteiro de Andrade - SECRETÁRIO DA SMS.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATO Nº 0535/2006 - A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Decreto nº 11.726 de 20.10.2004, e de acordo com o Processo nº 0532/2006. RESOLVE complementar a carga horária de 05 (cinco) servidores conforme relação nominal e período correspondente constantes do anexo único, parte integrante deste ato, Professores, lotados nas Secretarias Executivas Regionais I, II, IV e VI. GABINETE DA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, em 31 de janeiro de 2006. **Ana Maria de Carvalho Fontenele - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

COORDENADORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 08 DE FEVEREIRO DE 2006

QUARTA-FEIRA - PÁGINA 11

CÉLULA DE DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO EDUCACIONAL

PLANILHA DE CONTROLE DE SUPLEMENTAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PROFESSORES COORDENADORES - 2006 CARÊNCIA DEFINITIVA PRÓ-MÉDIO

Nº	DATA	NOME DO PROFESSOR	SER	SIT.	MAT. FUNC.	NÍVEL	FOL. PAGT.	C.H. CONT.	ESCOLA DE ORIGEM	C. H. SUPL.	ESCOLA DE SUPLEMENTAÇÃO	T.	SÉRIE	DISCIPL.	PERÍODO DE VIGÊNCIA	JUSTIF.
1	05.12.05	Luiza de Marillac	I	1	13232.1	E07E	35	120	Faustino de Albuquerque	120	Pró-Médio	M	8º A	Português	02.01.06 a 30.06.06	Prof. Coordenado
2	05.12.05	Ana Carmosita Lima Macedo	II	1	471230-1	D05B	35	120	Padre Paulino	120	Pró-Médio	T	8º A	Biologia	02.01.06 a 30.06.06	Prof. Coordenado
3	05.12.05	Leila Lima Parente	IV	1	48212-01	F08G	35	120	Papa João XXIII	120	Pró-Médio	T	8º A	Química	02.01.06 a 30.06.06	Prof. Coordenado
4	05.12.05	Maria do Socorro Carlos Monteiro	VI	1	49226.1-1	D05B	35	120	Anísio Teixeira	120	Pró-Médio	M	8º A	Português	02.01.06 a 30.06.06	Prof. Coordenado
5	05.12.05	Lúcia Rodrigues do Nascimento	VI	1	026243-9	D05B	35	120	Anísio Teixeira	120	Pró-Médio	M	8º B	História	02.01.06 a 30.06.06	Prof. Coordenado

*** **

PORTARIA Nº 17/2006 - A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 186 e seguintes da Lei nº 6.794 de 27 de dezembro de 1990. RESOLVE: Constituir Comissão de Sindicância para apurar pendências na prestação de contas do PDDE/2003 da Escola Imaculada Conceição, pertencente à Secretaria Executiva Regional VI - SER VI, Processo nº 5533/2005/SEDAS e designar os servidores MARCUS AURÉLIO DE MEDEIROS KARBAGE, Agente Administrativo, matrícula nº 60481-0-1 - Presidente; VIRGINIA MARIA GIFFONI ALMEIDA, Técnica em Educação, matrícula nº 61254-01 - Membro e JOÃO INÁCIO CAMPELO, Técnico em Educação, matrícula nº 61.355-1 - Membro. A sindicância a que se refere a presente portaria deverá ser concluída com relatório circunstanciado, no prazo estabelecido no art. 189, da Lei nº 6.794/90, ficando os membros da Comissão ora constituída, dispensados das atividades pertinentes aos seus respectivos cargos, durante a realização dos trabalhos. Registre-se, publique-se e cumpra-se. GABINETE DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA, em 30 de janeiro de 2006. **Ana Maria de Carvalho Fontenele - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

*** **

PORTARIA Nº 18/2006 - A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 186 e seguintes da Lei nº 6.794 de 27 de dezembro de 1990. CONSIDERANDO as denúncias formuladas pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e da Juventude, Processo nº 4248/2005 e Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará, Processo 4301/2005. RESOLVE: Constituir Comissão de Sindicância para apurar denúncias de discriminação a aluno especial da EMEIF Professor José Sobreira de Amorim, pertencente à Secretaria Executiva Regional VI - SER VI, e designar os servidores GIOVANA RODRIGUES OLIVEIRA, Professora, matrícula nº 511881-1 - Presidente; MARIA ELIANE ALVES LOBO, Supervisora Escolar, matrícula nº 18635-1 - Membro e MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA FÉRRER, Professora, matrícula nº 2840-2 - Membro. A sindicância a que se refere a presente portaria deverá ser concluída com relatório circunstanciado, no prazo estabelecido no art. 189, da Lei nº 6.794/90, ficando os membros da Comissão ora constituída, dispensados das atividades pertinentes aos seus respectivos cargos, durante a realização dos trabalhos. Registre-se, publique-se e cumpra-se. GABINETE DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA, em 31 de janeiro de 2006. **Ana Maria de Carvalho Fontenele - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

*** **

PORTARIA Nº 19/2006 - Institui e nomeia os Membros da Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do

Projeto de Levantamento da Situação Escolar. A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, no exercício de suas atribuições legais. RESOLVE: Instituir a Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do Projeto de Levantamento da Situação Escolar - LSE, para funcionar pelo período de 10 de outubro de 2005 à 10 de fevereiro de 2006, com a incumbência de identificar as condições físicas dos prédios escolares e a disponibilidade de mobiliário, equipamentos e materiais didático e escolar existentes nas Unidades de Ensino do Município de Fortaleza, designando os servidores municipais indicados no Anexo I, como seus membros. Os trabalhos desta Comissão não gerarão efeitos pecuniários para os servidores nomeados e serão considerados de relevância para o serviço público municipal. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, não gerando efeitos pecuniários para os servidores designados. Fortaleza, 27 de janeiro de 2006. **Ana Maria de Carvalho Fontenele - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

ANEXO I

CARGO: Planejador Educacional

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	MAT.
01	João Alberto Nogueira de Castro	16.024.1-2

CARGO: CS Suporte Tecnológico

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	MAT.
01	Cícero Roberto Bitencourt Calou	63856-01

CARGO: Arquiteto

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	MAT.
01	Ana Maria Bezerra Vettorazzi	10230-2

CARGO: Consultor Pedagógico

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	MAT.
01	Luis Carlos Carvalho Rocha	5065-1

CARGO: Técnico em Educação

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	MAT.
01	Antonia Denacy Lima Dantas	61142-01
02	Domicio Zeferino de Freitas Filho	43327-02
03	Francisco Jorge Almeida Melo	47582-02
04	José Teles Filho	61362-01
05	Maria José Vieira de Sousa	57165-01

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 08 DE FEVEREIRO DE 2006

QUARTA-FEIRA - PÁGINA 12

06	Regina Stella Pereira do Nascimento	60712-01
07	Welinton Oliveira Araújo	51044-02

CARGO: Supervisor Escolar

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	MAT.
01	Emília Maria Lima da Silva	47380-01
02	Gládis Márcia da Silva Pereira	16246-01
03	Maria do Socorro Gomes da Fonseca	57235-01
04	Raimunda Rosany Bezerra Magalhães Martins	49339-02

CARGO: Orientador Educacional

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	MAT.
01	Mézia Maria Lemos de Sá	49307-02

CARGO: Professor

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	MAT.
01	Ana Laura Correia de Freitas	08116-01
02	Maria Audísia Meneses Saldanha Pires	14468
03	Maria Neumária Bezerra Evangelista	5114-01
04	Tânia Maria Mesquita Sombra	09148-01

CARGO: Agente Administrativo

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	MAT.
01	Alexandra Moreira Vieira	61547-01
02	Américo da Cunha Garcia Júnior	56933-01
03	César Augusto Fontenele de Moraes	14255-01
04	Dayse Marques de Almeida	56753-01
05	Diego de Paula Moreira	57025.1-8
06	Eder Machado de Lima	61933-01
07	Edite Nogueira Barbosa	12791-01
08	Eduardo Xavier Ary Andrade	56760-01
09	Fabiola Portela Barroso	60433-01
10	Francisco Adilton do Nascimento Barbosa	60679-01
11	Francisco Thiago Silva Cabral	60523-01
12	Frederico Ozanan Goiana Bonfim	60626-01
13	Guelda Patrícia Sampaio Menezes	61569-01
14	Haulisson Kennedy Tavares de Oliveira	58960-01
15	Jordan Jessé Lima	57174-01
16	José Edmar Anselmo Filho	54809-02
17	Leudiana Rodrigues de Oliveira	54809-02
18	Lisimeire Gonçalves da Silva Cruz	61577-01
19	Luciene Alexandre de Oliveira	55488-02
20	Luziane Maria de Alencar Lopes	60540-01
21	Márcio Regis Nogueira Freitas	56626-01
22	Margareth de Melo Miranda	57200-01
23	Maria Cleidiane Pinheiro da Silva	60677-01
24	Maria Jacqueline Araújo Lopes	60528-01
25	Marilane Abreu de Oliveira	60627-01
26	Martim Magalhães de Sousa	56652-01
27	Miguel Peixoto Soares Filho	54814-02

28	Mirian de França Cirino	190701-8
29	Mônica Maria Rabelo Gondim	56973-01
30	Renata Carneiro Ramos	57116-01
31	Renato Lima Cunha	60581-01
32	Tereza Sandra Loyola Vasconcelos	60591-01
33	Veramar Alves Ferreira	21652-04
34	Webston Freitas de Sousa	56686-01

*** **

PORTARIA Nº 20/2006 - institui normas para a lotação de professores e demais profissionais do Grupo Magistério, nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino. A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, no exercício de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 13 da Lei nº 8.608, de 26 de dezembro de 2001. CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 9.394, de 17 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), da Lei nº 5.895, de 13 de novembro de 1984 e suas modificações posteriores (Estatuto do Magistério do Município de Fortaleza). CONSIDERANDO a necessidade de otimizar a distribuição dos profissionais de Grupo Magistério, porquanto meio de melhorar o atendimento da demanda escolar, resguardados os direitos de professores e especialistas em educação. CONSIDERANDO o elevado interesse público posto sob a responsabilidade, competência e atribuição do Município de Fortaleza, no que concerne à efetiva e eficiente prestação do serviço público de educação infantil e ensino fundamental. RESOLVE: Instituir normas para a lotação de professores e especialistas em educação, nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino: I - Para efeitos desta portaria compreende-se a lotação como o processo de distribuição de professores e especialistas em educação para o exercício de magistério nas Unidades Escolares; II - O processo de lotação ocorrerá ordinariamente em período prévio ao início de cada ano letivo e, extraordinariamente, sempre que ocorrerem demandas especificadas e localizadas para cujo atendimento se faça necessária a distribuição de docentes e especialistas. III - A lotação será realizada pela Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social em articulação com as Secretarias Executivas Regionais, através de seus Distritos de Educação; IV - Os critérios para a lotação de professores levarão em consideração o nível escolar a ser atendidos, a natureza do trabalho a ser desenvolvido, a formação acadêmica do professor e sua situação funcional no momento em que se der o processo, em conformidade com o quadro abaixo:

NÍVEL ESCOLAR	FORMAÇÃO ACADÊMICA
1. Educação Infantil e Ensino Fundamental I	Possuir Curso de: ● 3º Pedagógico;
1.1. Educação de Jovens e Adultos	● 4º Pedagógico; (Estudos Adicionais) ou ● Pedagogia.
2. Língua Portuguesa Ensino Fundamental II (6ª a 9ª Séries)	● Licenciatura em Letras com habilitação para o ensino de Língua Portuguesa; ● Licenciatura Plena em Curso de Formação de Professores (Pedagogia, em regime regular ou especial ou outros), com habilitação em Língua Portuguesa ou ● Programa MAGISTER na área.
3. Língua Estrangeira Ensino Fundamental II (6ª a 9ª Séries)	● Licenciatura em Letras com habilitação para o ensino de Língua Portuguesa; ● Curso Superior com Curso Básico de Língua Estrangeira, de no mínimo 420 horas aula (Autorização Temporária), ou ● Programa MAGISTER na área.

4. Educação Física Ensino Fundamental II (6ª a 9ª Séries)	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciatura em Educação Física ou • Programa MAGISTER na área.
5. Arte - Educação Ensino Fundamental II (6ª a 9ª Séries)	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciatura em Artes Cênicas (dança e teatro) ou outra linguagem artística obtida em Instituição de Ensino Superior - IES credenciada, cujos cursos sejam reconhecidos; • Curso Superior com especialização em Arte e Educação, Metodologia do Ensino da Arte ou curso em Arte ou Arte-Educação, de no mínimo 420 horas aula (Autorização Temporária); • Programa MAGISTER na área ou • Em último caso, Licenciatura em Letras (Autorização Temporária);
6. História Ensino Fundamental II (6ª a 9ª Séries)	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciatura em História; • Licenciatura em Estudos Sociais; • Curso de Formação de Professores (Pedagogia, em regime regular ou especial ou outros), com habilitação em História ou • Programa MAGISTER na área.
7. Geografia Ensino Fundamental II (6ª a 9ª Séries)	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciatura em Geografia; • Licenciatura em Estudos Sociais; • Curso de Formação de Professores (Pedagogia, em regime regular ou especial ou outros), com habilitação em Geografia ou • Programa MAGISTER na área.
8. Ciências Naturais Ensino Fundamental II (6ª a 9ª Séries)	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciatura em Ciências Naturais; • Licenciatura em Física, Química ou Biologia; • Licenciatura em Ciências com plenificação em Física, Química ou Biologia; • Curso de Formação de Professores (Pedagogia em regime regular ou especial ou outros), com habilitação em Ciências ou • Programa MAGISTER na área.
9. Matemática Ensino Fundamental II (6ª a 9ª Séries)	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciatura em Matemática; • Licenciatura em Ciências com plenificação em Matemática; • Curso de Formação de Professores (Pedagogia em regime regular ou especial e outros), com habilitação em Matemática ou • Programa MAGISTER na área.
10. Ensino Religioso Ensino Fundamental II (6ª a 9ª Séries)	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciatura em Ciências da Religião com habilitação em Ensino Religioso; • Bacharel em Teologia, Ciências da Religião ou em Diaconia, habilitado por Programa Especial de Formação Pedagógica.
11. Educação Especial Modalidade de Ensino	<ul style="list-style-type: none"> • Na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I: ser graduado em Pedagogia com especialização em Educação Especial ou em Psicopedagogia; • No Ensino Fundamental II: possuir Graduação Específica na área de conhecimento, com especialização em Educação Especial ou Psicopedagogia.
12. Sala de Leitura ou Biblioteca	<ul style="list-style-type: none"> • Graduado em Pedagogia, Letras ou Biblioteconomia (com prioridade para quem possuir curso de Formação Continuada na área de Pedagogia de Projetos);

	<ul style="list-style-type: none"> • Carga horária de 120 ou 240 horas.
13. Sala de Apoio Pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciatura em Pedagogia com Especialização em Psicopedagogia, Educação Especial ou Alfabetização;
14. Laboratório de Informática	<ul style="list-style-type: none"> • Estar no exercício do magistério; • Habilitação com Licenciatura Plena; • Carga horária preferencial de 240 horas, ou no mínimo de 120; • Possuir Curso de Especialização em Informática Educativa ou formação oferecida pelo Centro de Referência do Professor ou pelo Núcleo de Tecnologia Educacional - NTE, do Estado, com carga horária mínima de 80h/a.
15. Laboratório de Ciências	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciatura em Ciências, Física, Química ou Biologia.

V - Salas de leitura, biblioteca, laboratórios de informática e laboratório de ciências, são ambientes escolares que têm como objetivo apoiar, auxiliar e complementar as ações curriculares, através do uso adequado dos materiais didáticos e pedagógicos específicos a cada área, sendo a lotação nesses locais considerada como de pleno exercício da função docente; a) A lotação nesses ambientes será precedida de apresentação de projeto didático-pedagógico, pelo candidato à vaga, submetido à análise e parecer da SEDAS e SER. VI - Os professores em situação de readaptação temporária ou definitiva de função, independente de carga horária, serão lotados como apoio pedagógico, nas salas de leitura, bibliotecas, laboratórios ou para atuar em quaisquer projetos desenvolvidos pela escola, de acordo com sua habilitação profissional; VII - A lotação dos professores em situação de readaptação definitiva de função observará o laudo médico; VIII - O professor polivalente com carga horária reduzida será lotado em salas de Ensino Fundamental I. a) Quando a carga horária for de 60 (sessenta) horas a lotação será sempre fazendo par com outro professor na mesma situação; IX - O professor com carga horária reduzida, se em regime de hora-aula, será lotado em salas de Ensino Fundamental II, de acordo com sua habilitação. a) O professor com carga horária reduzida para 120 (cento e vinte) horas poderá ser lotado nas salas de leitura, bibliotecas, laboratórios ou para atuar em quaisquer projetos desenvolvidos pela escola, desde que atenda aos critérios da formação acadêmica. X - Para a lotação em sala de apoio pedagógico, além dos critérios de habilitação, indicados no quadro constante do item IV, o professor terá que ter regime de trabalho de 240 horas, não estar com carga horária reduzida e não estar em readaptação definitiva; XI - A lotação em laboratório de informática se dará após o registro da carência pela Unidade Escolar, junto à SER em que esta estiver circunscrita, cabendo aos professores interessados, que atendam aos requisitos de habilitação, enviar currículo e projeto didático-pedagógico para o Laboratório de Informática Educativa - LIE, que serão submetidos à análise e parecer pela SEDAS e SER. A) Ainda no caso do item anterior, será considerado parecer da Assessoria de Informática, que se manifestará sobre as condições físicas, logísticas e elétricas do LIE, com aprovação da SEDAS; XII - Aos docentes e especialistas em educação afastados da função por motivo de licença saúde ou licença maternidade será assegurada lotação na Unidade Escolar de Origem; XIII - O afastamento de docentes e especialistas em educação, fora das hipóteses do item XII, será considerado como carência definitiva, e quando do seu retorno, a lotação será em Unidade Escolar que apresente carência, na circunscrição do órgão de origem. a) Considera-se órgão de origem a Secretaria Executiva Regional. XIV - A lotação para o ensino religioso é obrigatória para todas as Unidades de Ensino, sendo, entretanto, facultada ao aluno a frequência nessa disciplina. XV - A autorização temporária, documento expedido pelo Centro Regional de Desenvolvimento da Educação - CREDE/SEDUC, autoriza a atividade docente em área de co-

nhcimento correlata à titulação acadêmica do professor ou para o exercício da docência por estudante de nível superior, a partir do 5º (quinto) semestre. a) A lotação com base em Autorização Temporária exigirá do candidato o documento acima referido. XVI - Na hipótese de haver mais de um docente candidato à uma mesma vaga, atendidos os critérios constantes no quadro do item IV, serão considerados para desempate, pela ordem, os seguintes critérios: a) Maior tempo de exercício docente na Unidade Escolar pretendida; b) Maior tempo de exercício docente na Rede Municipal de Ensino; c) Maior titulação em cursos de aperfeiçoamento na área de conhecimento exigida para a lotação; d) Maior idade; e) Maior prole. XVII - De acordo com a necessidade do serviço e o interesse público, mediante autorização da SEDAS e anuência do docente ou especialista em educação, a lotação poderá ser para o desenvolvimento de projetos especiais nas Unidades Escolares. XVIII - A lotação de especialistas em educação se dará segundo a carência de cada Unidade Escolar, que será considerada efetivamente suprida quando houver a lotação de pelo menos um supervisor escolar e um orientador educacional para cada um dos turnos de funcionamento da escola. XIX - A lotação de especialistas em educação se dará preferencialmente na seguinte ordem: a) Para os Anexos Escolares; b) Para as Creches Escolares; c) Para as Unidades Escolares com maior número de alunos matriculados. XX - Os casos omissos serão dirimidos pela SEDAS, ouvidos os Distritos de Educação das Secretarias Executivas Regionais. XXI - Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Fortaleza, 30 de janeiro de 2006. **Ana Maria de Carvalho Fontenele - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

*** ** *

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2006 - NATU-REZA DO ATO: Termo de Contrato de Compra, que fazem entre o Município de Fortaleza com a interveniência da Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social e MICROMAX INFORMÁTICA LTDA., vencedora do item 14 do Pregão Presencial nº 11/2005 (Processo nº 4751/2005). **OBJETO:** O contrato tem por objeto a compra de equipamentos de informática - microcomputadores e outros, conforme discriminação do item 14, constante do Termo de Referência, Anexo I. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Fundamenta-se o presente no termo de homologação de fls. 710 do Processo Administrativo nº 4751/2005, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as modificações posteriores, nas normas e condições estabelecidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, no Decreto Municipal nº 11.251, de 10 de setembro de 2002, no caso de licitação na modalidade de pregão. **DOS RECURSOS FINANCEIROS:** Os recursos financeiros correrão por conta dos Projetos/Atividades Códigos: 24.101.08.122.0016.2226.0001 - 24.101.12.361.0014.2205.0001 - 24.101.12.122.0002.2002.0023 - 24.101.12.361.0057.2105.0001, Elemento de Despesa 44.90.52.0, Fontes de Recursos 100 e 101, do orçamento da SEDAS. **DO VALOR:** Dá-se a este contrato o preço global de R\$ 21.762,00 (vinte e um mil, setecentos e sessenta e dois reais). **DO PRAZO DE VIGÊNCIA:** O contrato terá vigência contados a partir da sua publicação, sendo seu termo final vinculado ao término da garantia dada pelo fabricante exclusivamente no que se relaciona às obrigações dessa garantia, onde a licitante dará assistência para o perfeito funcionamento do produto. **DATA:** Fortaleza, 26 de janeiro de 2006. **ASSINAM: Ana Maria de Carvalho Fontenele - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL e José Gerleone Rodrigues Araújo Filho - MICROMAX INFORMÁTICA LTDA.**

*** ** *

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2006 - NATU-REZA DO ATO: Termo de Contrato de Compra, que fazem entre si o Município de Fortaleza com a interveniência da Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social e AURIGA INFORMÁTICA SERVIÇOS LTDA., vencedora dos itens 04, 06 e 07 do Pregão Presencial nº 11/2005 (Processo nº

4751/2005). **OBJETO:** O contrato tem por objeto a compra de equipamentos de informática - microcomputadores e outros, conforme discriminação dos itens 04, 06 e 07, constante do Termo de Referência, Anexo I. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Fundamenta-se o presente no termo de homologação de fls. 710 do Processo Administrativo nº 4751/2005, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as modificações posteriores, nas normas e condições estabelecidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, no Decreto Municipal nº 11.251, de 10 de setembro de 2002, no caso de licitação na modalidade de pregão. **DOS RECURSOS FINANCEIROS:** Os recursos financeiros correrão por conta dos Projetos/Atividades Códigos: 24.101.08.122.0016.2226.0001 - 24.101.12.361.0014.2205.0001 - 24.101.12.122.0002.2002.0023 - 24.101.12.361.0057.2105.0001, Elemento de Despesa 44.90.52.0, Fontes de Recursos 100 e 101, do orçamento da SEDAS. **DO VALOR:** Dá-se a este contrato o preço global de R\$ 33.260,00 (trinta e três mil, duzentos e sessenta reais). **DO PRAZO DE VIGÊNCIA:** O contrato terá vigência contados a partir da sua publicação, sendo seu termo final vinculado ao término da garantia dada pelo fabricante exclusivamente no que se relaciona às obrigações dessa garantia, onde a licitante dará assistência para o perfeito funcionamento do produto. **DATA:** Fortaleza, 26 de janeiro de 2006. **ASSINAM: Ana Maria de Carvalho Fontenele - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL e Francisco Alves da Silva - AURIGA INFORMÁTICA SERVIÇOS LTDA.**

SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL I

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - O SECRETÁRIO EXECUTIVO REGIONAL I, com esteio na Lei do Pregão nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 11.251/02 e na Lei nº 8.666/93, com as suas alterações posteriores, **HOMOLOGA** o Pregão Presencial nº 10/2005 referente e destinado à contratação de empresa para locação dos seguintes itens para realização de 60 eventos sociais, na área de abrangência da SER I: 1. Placo para montagem e desmontagem, sistema de som com instalação e desligamento, sistema de iluminação elétrica com o seu respectivo serviço de instalação e desligamento; 2. Toldos com montagem e desmontagem. **ADJUDICA** à empresa **DIVULSON - DIVULGAÇÃO E SONORIZAÇÃO LTDA.**, perfazendo o valor global de R\$ 91.620,00 (noventa e um mil, seiscentos e vinte reais). Fortaleza, 03 de fevereiro de 2006. **Mariano Araújo Freitas - SECRETÁRIO EXECUTIVO DA REGIONAL I. VISTO: Dra. Luciany Pontes Moura Rocha - ASSESSORA JURÍDICA - SER I.**

*** ** *

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - O SECRETÁRIO EXECUTIVO REGIONAL I, com esteio na Lei do Pregão nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 11.251/02 e na Lei nº 8.666/93, com as suas alterações posteriores, **HOMOLOGA** o Pregão Presencial nº 09/2005 referente e destinado à contratação de pessoa jurídica para a compra de óculos com armação em metal e lentes monofocal e bifocal (verde ou róseo), para atender aos pacientes do Centro de Saúde Carlos Ribeiro, pertencentes à Secretaria Executiva Regional I - SER I. **ADJUDICA** à empresa **OBJET - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**, perfazendo o valor global de R\$ 53.800,00 (cinquenta e três mil e oitocentos reais). Fortaleza, 03 de fevereiro de 2006. **Mariano Araújo Freitas - SECRETÁRIO EXECUTIVO DA REGIONAL I. VISTO: Dra. Luciany Pontes Moura Rocha - ASSESSORA JURÍDICA - SER I.**

SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL IV

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - O TITULAR DA SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL

IV, no uso de suas atribuições legais, através do presente instrumento e em observância aos ditames da Lei nº 8.666/93, nos termos da análise realizada pela Comissão Permanente de Licitação do Município de Fortaleza HOMOLOGA a Concorrência nº 01/2005 objetivando a contratação de empresa para execução dos serviços do canal do Tauape - 2º trecho, construção do bueiro e desvio da via férrea, compreendido no trecho Av. Aguanambi até o canal do lagamar, no Município de Fortaleza, conforme especificado no Anexo I do edital, num prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, e ADJUDICA seu objeto em favor da seguinte licitante classificada: CONVIP - CONSTRUÇÃO VIÁRIA E INDÚSTRIA DE PRÉMOLDADOS LTDA., perfazendo um valor global de R\$ 2.098.287,53 (dois milhões, noventa e oito mil, duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos). Fortaleza, 02 de fevereiro de 2006. **Francisco José Pinheiro - SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SER IV.**

SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL VI

EMENTÁRIO - NATUREZA DO ATO: Contrato nº 005/2006 - Constituir objeto deste contrato a contratação de empresa para execução dos serviços de conclusão da construção de escolas de 1º grau e quadra poliesportiva, localizada no Parque São Miguel, no Bairro Alagadiço Novo, em área da jurisdição da SER VI. DATA: Fortaleza, 03 de fevereiro de 2006. FUNDAMENTAÇÃO: Fundamenta-se o presente contrato na Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, na Tomada de Preços nº 011/2005 e Processo nº 61418/2005 - SER VI. VALOR: O valor global das obras/serviços objeto do presente contrato é de R\$ 1.076.659,44 (um milhão, setenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e quarenta e quatro centavos). DOTAÇÃO: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta do Projeto/Atividade: 12.361.0057.1093.0008 - Elemento de Despesa: 4.4.90.51 - Fonte de Recurso: 101 e 104 do orçamento vigente da SER VI. PRAZO: O prazo de vigência deste contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da sua assinatura. ASSINAM: **Paulo Barreto Ribeiro Mindêllo - SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL VI - SER VI** e **José Edmilson Carvalho Pinheiro - CEP - CONSTRUTORA EDMILSON PINHEIRO LTDA. VISTO: Patrícia C. Menescal Linhares - ASSESSORA JURÍDICA - SER VI.**

*** **

EMENTÁRIO - NATUREZA DO ATO: Ratificação de Dispensa de Licitação, objetivando a contratação de mão-de-obra terceirizada para as escolas pertencentes à SER VI. DATA: 31 de janeiro de 2006. FUNDAMENTAÇÃO: Artigo 24, X da Lei Federal nº 8.666/93 Parecer nº 012/2006-PGM e Processo nº 716/2006 - SER VI. ASSINAM: **Paulo Barreto Ribeiro Mindêllo - SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL VI. VISTO: Patrícia C. Menescal Linhares - ASSESSORA JURÍDICA - SER VI.**

*** **

EMENTÁRIO - NATUREZA DO ATO: 1º Aditivo ao Contrato nº 024/2005, que tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 90 (noventa) dias. DATA: 01 de fevereiro de 2006. FUNDAMENTAÇÃO: Fundamenta-se aditivo no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores bem como no constante do Processo nº 70111/2006 - SER VI. PRAZO: O prazo do contrato será acrescido de 90 (noventa) dias, contados a partir do primeiro dia seguinte ao término do prazo previsto no contrato, ou seja, 21.12.2005, estendendo-se até 20.03.2006. ASSINAM: **Paulo Barreto Ribeiro Mindêllo - SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL VI - SER VI** e **Jânio Keilton Teixeira Costa - COSAMPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. VISTO: Patrícia C. Menescal Linhares - ASSESSORA JURÍDICA - SER VI.**

*** **

EMENTÁRIO - NATUREZA DO ATO: 2º Aditivo ao Contrato nº 029/2005, que tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 90 (noventa) dias. DATA: 02 de fevereiro de 2006. FUNDAMENTAÇÃO: Fundamenta-se este aditivo no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, bem como no constante do Processo nº 69027/2005 - SER VI. PRAZO: O prazo do contrato será acrescido de 90 (noventa) dias, contados a partir do primeiro dia seguinte ao término do prazo previsto no contrato, ou seja 11.01.2006, estendendo-se até 11.04.2007. ASSINAM: **Paulo Barreto Ribeiro Mindêllo - SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL VI - SER VI** e **Maria da Conceição S. Moreiri - BV BOA VISTA CONSTRUÇÕES LTDA. VISTO: Patrícia C. Menescal Linhares - ASSESSORA JURÍDICA - SER VI.**

*** **

EMENTÁRIO - NATUREZA DO ATO: 2º Aditivo ao Contrato nº 030/2005, que tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 90 (noventa) dias. DATA: 02 de fevereiro de 2006. FUNDAMENTAÇÃO: Fundamenta-se este aditivo no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, bem como no constante do Processo nº 69027/2005 - SER VI. PRAZO: O prazo do contrato será acrescido de 90 (noventa) dias, contados a partir do primeiro dia seguinte ao término do prazo previsto no contrato, ou seja, 11.01.2006, estendendo-se até 11.04.2007. ASSINAM: **Paulo Barreto Ribeiro Mindêllo - SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL VI - SER VI** e **Maria da Conceição S. Moreiri - BV BOA VISTA CONSTRUÇÕES LTDA. VISTO: Patrícia C. Menescal Linhares - ASSESSORA JURÍDICA - SER VI.**

*** **

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - Acolho o Relatório da Comissão Permanente de Execução das Licitações do Município de Fortaleza, atinente a Tomada de Preços nº 10/2005, constantes as fls. 650 e 651 do Processo nº 3576/05 - SEINF/SER VI, sob o Ofício nº 1040/05. HOMOLOGO o presente processo, fundamentado na Lei nº 8.666/93 de licitações e contratos, que visa a contratação de empresa para a execução dos serviços de limpeza de canais, riachos e lagoas em áreas de abrangência desta SER. ADJUDICO o referido processo em favor de: L.C.S. - CONSTRUÇÃO e SERVIÇOS DE TELEMÁTICA LTDA - CNPJ: 05.603.629/0001-40 com o valor global de R\$ 397.733,48 (trezentos e noventa e sete mil, setecentos e trinta e três reais e quarenta e oito centavos). Fica, portanto, a Assessoria Jurídica desta SER, autorizada para elaboração do contrato atinente a esta homologação e adjudicação. Fortaleza-Ce, 02 de fevereiro de 2006. **Paulo Barreto Ribeiro Mindêllo - SECRETÁRIO.**

INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA

EXTRATO DO TERMO DO COMPROMISSO DE ESTÁGIO - ESPÉCIE: Termo de Compromisso de Estágio de Direito. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 6.494/77 regulamentada pelo Decreto nº 87.497/82 Termo de Convênio firmado em 06/12/2005 e Decreto Municipal nºs 11.807/05 e 11.854/05. CONVENIENTE: Instituto Dr. José Frota - IJF. CONVENIADA: Universidade de Fortaleza - Fundação Edson Queiroz - UNIFOR. INTERVENIENTE: Secretaria de Administração do Município. ESTAGIÁRIA: RAQUEL DO VALE ALVES. OBJETO: Contratação de estagiária. VALOR MENSAL DA BOLSA: R\$ 300,00 (trezentos reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. FORO: Fortaleza. DATA DO INÍCIO: 24.01.2006. SIGNATÁRIOS: **Dr. Francisco Wandemberg Rodrigues dos Santos - SUPERINTENDENTE DO IJF. Fátima de Maria Sales Sanford - CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO E ORIENTAÇÃO DA UNIFOR. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO e Raquel do Vale Alves -**

ESTAGIÁRIA. Dra. Marta Batista Landim - COORDENADORA DA PROJUR - IJF.

*** **

EXTRATO DO TERMO DO COMPROMISSO DE ESTÁGIO - ESPÉCIE: Termo de Compromisso de Estágio de Direito. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 6.494/77 regulamentada pelo Decreto nº 87.497/82. Termo de Convênio firmado em 06/12/2005 e Decreto Municipal nºs 11.807/05 e 11.854/05. **CONVENIENTE:** Instituto Dr. José Frota - IJF. **CONVENIADA:** Universidade de Fortaleza - Fundação Edson Queiroz - UNIFOR. **INTERVENIENTE:** Secretaria de Administração do Município. **ESTAGIÁRIA:** GIRLANNY PAIVA OLIVEIRA. **OBJETO:** Contração de estagiária. **VALOR MENSAL DA BOLSA:** R\$ 300,00 (trezentos reais). **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses. **FORO:** Fortaleza. **DATA DO INÍCIO:** 24.01.2006. **SIGNATÁRIOS:** **Dr. Francisco Wandemberg Rodrigues dos Santos - SUPERINTENDENTE DO IJF. Fátima de Maria Sales Sanford - CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO E ORIENTAÇÃO DA UNIFOR. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO e Girlanny Paiva Oliveira - ESTAGIÁRIA. Dra. Marta Batista Landim - COORDENADORA DA PROJUR - IJF.**

*** **

EXTRATO DO TERMO DO COMPROMISSO DE ESTÁGIO - ESPÉCIE: Termo de Compromisso de Estágio de Direito. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 6.494/77 regulamentada pelo Decreto nº 87.497/82. Termo de Convênio firmado em 06/12/2005 e Decreto Municipal nºs 11.807/05 e 11.854/05. **CONVENIENTE:** Instituto Dr. José Frota - IJF. **CONVENIADA:** Universidade de Fortaleza - Fundação Edson Queiroz - UNIFOR. **INTERVENIENTE:** Secretaria de Administração do Município. **ESTAGIÁRIA:** CLAUDIANY MARIA RAMOS CAVALCANTE. **OBJETO:** Contração de estagiária. **VALOR MENSAL DA BOLSA:** R\$ 300,00 (trezentos reais). **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses. **FORO:** Fortaleza. **DATA DO INÍCIO:** 03.01.2006. **SIGNATÁRIOS:** **Dr. Francisco Wandemberg Rodrigues dos Santos - SUPERINTENDENTE DO IJF. Fátima de Maria Sales Sanford - CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO E ORIENTAÇÃO DA UNIFOR. Alfredo José Pessoa de Oliveira - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO e Claudiany Maria Ramos Cavalcante - ESTAGIÁRIA. Dra. Marta Batista Landim - COORDENADORA DA PROJUR - IJF.**

*** **

EXTRATO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO - CONTRATO nº 03/2006. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Pregão Presencial nº 073/2005. Processo de Licitação nº 09140/2005 - IJF. **CONTRATANTE:** Instituto Dr. José Frota - IJF. **CONTRATADA:** SCIENTIFIC Comércio e Importação Ltda. **OBJETO:** Fornecimento de Revelador e fixador. **VALOR GLOBAL:** R\$ 22.343,50 (vinte e dois mil, trezentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos). **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses. **CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:** Previsto sob o nº 3.3.90.30, Fonte de Recurso 0212 - Código 10.302.0031.2.058.0001 do orçamento do Instituto Dr. José Frota. **FORO:** Fortaleza. **DATA DA ASSINATURA:** 24.01.2006. **SIGNATÁRIOS:** **Dr. Francisco Wandemberg Rodrigues dos Santos - SUPERINTENDENTE DO IJF. Francisco Edson Serafim de Sousa - REPRESENTANTE DA CONTRATADA. VISTO: Marta Batista Landim - COORDENADORA DA PROJUR-IJF.**

*** **

EXTRATO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO - CONTRATO nº 012/2006. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Pregão Presencial nº 068/2005. Processo de Licitação nº 09143/2005 - IJF. **CONTRATANTE:** Instituto Dr. José Frota - IJF. **CONTRATADA:** JORGE BATISTA & Cia Ltda. **OBJETO:** Fornecimento de Medicamentos. **VALOR GLOBAL:** R\$ 1.996,00 (um mil, novecentos e noventa e seis reais). **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses. **CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:** Previsto sob o nº 3.3.90.30, Fonte de

Recurso 0212 - Código 10.302.0031.2.058.0001 do orçamento do Instituto Dr. José Frota. **FORO:** Fortaleza. **DATA DA ASSINATURA:** 24.01.2006. **SIGNATÁRIOS:** **Dr. Francisco Wandemberg Rodrigues dos Santos - SUPERINTENDENTE DO IJF. Francisco Adailton Rolin - REPRESENTANTE DA CONTRATADA. VISTO: Marta Batista Landim - COORDENADORA DA PROJUR-IJF.**

PODER LEGISLATIVO

"MATÉRIAS PUBLICADAS POR EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA"

EXTRATO DE CONTRATO - OBJETO: Contratação dos serviços de locação de mão-de-obra, celebrado entre a Câmara Municipal de Fortaleza e a ABCR - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CEARENSE DE REABILITAÇÃO. **DATA E LOCAL DE ASSINATURA:** Fortaleza/Ce, 02 de janeiro de 2006. **VIGÊNCIA:** 01 (um) mês, 02.01.2006 a 31.01.2006. **DOTAÇÃO:** 01.031.0001.2014.0002. Elemento de Despesa 339034.103. **CONSIGNANTES:** **Agostinho Frederico Carmo Gomes, CPF 123.526.593-53 - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA e Marcelo Pereira D'Alencar - CPF 385.174.183-87 - PROCURADOR LEGAL DA ABCR - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CEARENSE DE REABILITAÇÃO.**

*** **

EXTRATO DE CONVÊNIO - OBJETO: Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre a Câmara Municipal de Fortaleza e a SOCIEDADE PARA A INTEGRAÇÃO MUNICIPAL EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. **DATA E LOCAL DE ASSINATURA:** Fortaleza/Ce, 02 de janeiro de 2006. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, ou seja 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2006. **VALOR:** R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) mensal. **DOTAÇÃO:** Programa 01.031.0001.2013.0001 - Elemento de Despesa 335041.103. **CONSIGNANTES:** **Agostinho Frederico Carmo Gomes, CPF 004.127.913-15 - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA e o Senhor Andrezza de Abreu Cavalcante - CPF 377.791.093-72 - PRESIDENTE DO SIM-DDH.**

*** **

EXTRATO DE CONVÊNIO - OBJETO: Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre a Câmara Municipal de Fortaleza e a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA - ASCAMFOR. **DATA E LOCAL DE ASSINATURA:** Fortaleza/Ce, 02 de janeiro de 2006. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, ou seja 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2006. **VALOR:** R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensal. **DOTAÇÃO:** Programa 01.031.0001.2013.0003 - Elemento de Despesa 335041.103. **CONSIGNANTES:** **Agostinho Frederico Carmo Gomes, CPF 004.127.913-15 - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA e a Senhora Antônia Lúcia Baima Barros - CPF 702.602.393-91 - PRESIDENTE DA ASCAMFOR.**

*** **

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2006

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, por sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que às 14:00 horas do dia 13 de março de 2006, no auditório da Câmara Municipal de Fortaleza, situado à Rua Dr. Thompson Bulcão nº 830 - Luciano Cavalcante, Fortaleza-Ce, realizar-se-á Sessão Pública para recebimento dos envelopes de documentos de habilitação e proposta, para o credenciamento de empresas fornecedoras de material gráfico. O edital poderá ser lido e obtido junto a Comissão de Licitação, no endereço acima, no horário de 08:00 às 14:00 horas. **CPL DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA.**

*** **

